



Universidade Federal de Sergipe  
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa  
Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Psicologia Social  
Mestrado em Psicologia Social

GRAZIELA LINS SANTOS

**ADOLESCÊNCIA SOB CONTROLE:  
DISCERNIMENTO E DESENVOLVIMENTO COMO  
RELAÇÕES DE PODER**

São Cristóvão- Sergipe  
2017

**GRAZIELA LINS SANTOS**

**ADOLESCÊNCIA SOB CONTROLE:  
DISCERNIMENTO E DESENVOLVIMENTO COMO  
RELAÇÕES DE PODER**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social do Centro de Ciências de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia Social.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo de Almeida Ferreri

São Cristóvão- Sergipe  
2017

GRAZIELA LINS SANTOS

**ADOLESCÊNCIA SOB CONTROLE:  
DISCERNIMENTO E DESENVOLVIMENTO COMO  
RELAÇÕES DE PODER**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social do Centro de Ciências de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia Social.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo de Almeida Ferreri

Aprovado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA:

---

Marcelo de Almeida Ferreri (orientador - UFS)

---

Andréa Depieri de Albuquerque Reginato (UFS)

---

Sandra Raquel Santos de Oliveira (UFS)

## **Resumo**

A presente pesquisa tem como objetivo discutir como as noções de discernimento e desenvolvimento presentes na PEC 171 se configuram como relações de poder na construção do adolescente infrator e como se atualizam com a teoria do capital humano. Para tal intento, utilizaremos um método de inspiração genealógica, tentando fazer uma pesquisa que não busque uma origem para os fatos estudados ou uma correspondência causal entre presente e passado, mas que se proponha a contar uma história que remonte aos campos de luta/poder que permitiram o surgimento dessas relações. Desse modo, será discutida a normalização do judiciário, enquanto meio para estudo do discernimento, bem como as novas concepções de infância e adolescência na legislação, que remetem a educação como meio de desenvolvimento. Por fim, associaremos as discussões feitas com as teorias do desenvolvimento e capital humano, as quais embasam e reforçam a necessidade de educação para um ser humano pronto e um país desenvolvido.

**Palavras-chaves:** adolescente infrator; discernimento; desenvolvimento; Capital humano.

## **Abstract**

The present research aims to discuss how the notions of discernment and development present in the PEC 171 are configured as power relations in the construction of the adolescent offender and how they are updated with the human capital theory. For this purpose, we will use a method of genealogical inspiration, trying to do a search that does not seek an origin for the facts studied or a causal correspondence between present and past, but which proposes to tell a story that goes back to the fields of struggle / power that allowed the emergence of these relations. In this way, the normalization of the judiciary will be discussed, as a means to study discernment, as well as new conceptions of childhood and adolescence in the legislation, which refer education as a means of development. Finally, we will associate the discussions made with the theories of development and human capital, which underpin and reinforce the need for education for a ready human being and a developed country.

**Keywords:** adolescent offender; discernment; development; human capital.

## Sumário

<b>Introdução .....</b>	<b>6</b>
<b>Metodologia.....</b>	<b>8</b>
<b>1. PEC 171/93 e Legislação Penal: regime disciplinar e normalização do judiciário.....</b>	<b>16</b>
1.1 PEC 171: Lugar histórico, lugar de conflitos.....	16
1.2 Reforma Penal e poder disciplinar.....	22
1.3 Legislação Penal Brasileira e discurso do anormal.....	29
<b>2. Crianças e adolescentes como sujeitos de direito: Legislação específica e movimentos sociais pró ECA .....</b>	<b>44</b>
2.1 Código de Menores: lei específica, antiga intervenção .....	45
2.2 Movimentos pró-constituente e o ECA: movimentos sociais e discussões internacionais na construção da criança e do adolescente .....	49
<b>3. Atenção especial à infância e juventude e PEC 171 hoje: noção de desenvolvimento e teoria do capital humano.....</b>	<b>63</b>
3.1 Crianças e adolescentes como objeto de pesquisa: noção de desenvolvimento e teoria do capital humano .....	63
3.2 PEC 171 hoje: jogos de poder no contexto de aprovação.....	78
<b>Algumas considerações .....</b>	<b>83</b>
<b>Referências .....</b>	<b>84</b>



## **Introdução**

A presente pesquisa se iniciou com o interesse em estudar o adolescente infrator sob uma perspectiva que não o tomasse como um objeto dado, natural, a-histórico. Entendendo que esse termo, “adolescente infrator”, é uma construção histórica, impregnada de implicações jurídicas, políticas, econômicas, antropológicas, psicológicas, biológicas e sociais, as quais devem ser questionadas para o entendimento do lugar que ele ocupa no contexto atual, essa pesquisa se propõe a estudar as relações de poder que vêm construindo-o através da história do seu tratamento pelo Estado brasileiro.

Anterior à pesquisa de mestrado é, contudo, essa relação entre “pesquisador/objeto”. Desde 2011, quando iniciei um estágio, inicialmente não obrigatório, na 17ª Vara Cível<sup>1</sup> do Juizado da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, durante a graduação em psicologia na UFS, me percebo envolvida com as discussões que perpassam esse âmbito. As funções das estagiárias, naquela ocasião muito similares entre as de psicologia e de serviço social, se resumiam em atividades burocráticas de movimentação de processo e “acolher” os adolescentes em um entrevista inicial, na qual eram anotados dados basicamente demográficos, com exceção das questões que se relacionavam ao relato do ato infracional, com enfoque na motivação. O acompanhamento em entrevista para o laudo e visitas ocorriam com menor frequência.

A experiência de quase dois anos nesse estágio motivou a confecção de dois trabalhos, uma monografia e um relatório de estágio institucional, ambos requisitos necessários para a conclusão do curso de psicologia. No primeiro trabalho foi realizada uma pesquisa em relação ao discurso psicológico na mídia televisiva sobre esses adolescentes e no segundo, uma coleta e análise quantitativa de dados sobre os jovens que possuíam processo na 17ª vara cível, com o objetivo de “conhecer” melhor o público atendido, o que permitiria intervenções mais “eficazes”, segundo aquele texto.

O modo como esses dois trabalhos foram feitos se apresentam hoje pra mim como instrumentos disciplinares de exame, que, segundo Foucault (2014b, p.181), “combina as técnicas da hierarquia que vigia e da sanção que normaliza”. Nesses trabalhos, que colocavam o adolescente infrator como o centro, aquele sobre o qual se falava algo, é notável a individualização desse sujeito, numa tentativa de produzir um discurso de

---

<sup>1</sup> A 17ª Vara Cível lida com casos de crianças e adolescentes que cometeram ato infracional (conduta descrita como crime ou contravenção penal, segundo o ECA) e cujas medidas aplicadas se encontram nos artigos 101 (medidas de proteção) e 112 (medidas socioeducativas) do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), promulgado em 13 de julho de 1990, pela lei Nº 8.069.

verdade sobre ele, de objetificá-lo. Sobretudo na segunda pesquisa, em que os dados dos adolescentes foram coletados e comparados, transformando-se em “casos”, é possível se ver examinando esse indivíduo, lhe dando maior visibilidade, ampliando as possibilidades de intervenção. Nada muito diferente do já feito com ele durante o processo “cível”.

As trajetórias dessas pesquisas trouxeram a sensação de que havia um “lugar comum” nos estudos com o adolescente infrator. Um lugar comum que se ampara em discussões socioeconômicas, retratando uma história de exclusão e má distribuição de renda, ou que tenta circunscrever as causas da violência em um nível individual, psicologizando o ato e/ou patologizando o adolescente/ a adolescência.

A proposta desse trabalho é “sair” um pouco desse lugar. A genealogia de Foucault, enquanto tipo de análise, servirá de inspiração para a realização da pesquisa, buscando fazer um estudo que o foco não seja simplesmente o adolescente infrator, mas que se parta das relações de poder que ocorrem no seu nível, para fazer uma análise em que se pense os conflitos de diversas ordens que se instalam em torno da sua figura, ou que tirem proveito da sua figura.

Com a aprovação pela Câmara dos Deputados da Proposta de Emenda à Constituição<sup>2</sup> 171 (PEC 171/1993), em agosto de 2015, a qual discorre sobre a redução da maioria penal, o adolescente infrator ganhou novamente destaque na mídia, imerso em discussões polarizadas e calorosas quanto ao seu papel nos índices de criminalidade. A PEC 171, cujo texto base é de 1993, “ressurge” veiculando um discurso já conhecido da necessidade de medidas mais rígidas para conter a violência juvenil e, em seu texto original, argumentos são utilizados para justificar essa proposta de mudança da legislação.

O acontecimento dessa PEC, em um contexto de crise política, conforme será visto aqui, faz aparecer tensões nas quais a figura do adolescente é colocada em destaque na discussão sobre a violência. Essa proposta, que busca alterar um artigo constitucional, reconfigurando toda a legislação específica e legitimando outro modo de lidar com os adolescentes, se caracteriza atualmente como o documento de maior relevância na

---

<sup>2</sup> Proposta de Emenda à Constituição (PEC) é uma atualização, um emendo à Constituição Federal. É uma das propostas que exige mais tempo para preparo, elaboração e votação, uma vez que modificará a Constituição Federal. Em função disso, requer quórum quase máximo e dois turnos de votação em cada uma das Casas legislativas, Câmara dos Deputados e Senado Federal. Disponível em :< <http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI136066-EI1483,00-Proposta+de+Emenda+a+Constituicao+PEC.html>>.



temática. Desse modo, trazê-la para a discussão do adolescente infrator, ampliando e contextualizando suas tensões, confere relevância a presente pesquisa.

A análise que será feita nesse trabalho não é da PEC, nem do adolescente a que ela se refere, mas sim do campo de luta, das relações de poder que permitem sua emergência, dos discursos de verdade que ela disponibiliza e que a justifica, enfim, do que “está em jogo” nesse ressurgimento.

As discussões que a proposta suscita remetem a dois termos de uso constante e de destaque na sua justificativa, a saber, discernimento e desenvolvimento. A análise dessas noções enquanto relações de poder que constituem /atravessam a figura do adolescente infrator é o objetivo da presente pesquisa. A associação desses termos à educação e progresso de um país, por meio da teoria do capital humano, será feita nessa pesquisa de forma inicial, enquanto aposta para futuras pesquisas.

A análise genealógica necessita que algumas considerações relevantes para o entendimento do caminho que a pesquisa objetiva tomar. Segue-se, então, algumas discussões metodológicas.

## **Metodologia**

As seguintes questões impulsionaram a definição do problema que move essa pesquisa: que relações de poder produzem a PEC 171 e que ela tenta legitimar pelo discurso da segurança pública e diminuição da violência? Que dominações ela pretende esconder sob a forma de discurso jurídico? Que verdades ela produz nesse campo de lutas, se auto justificando?

As noções de discernimento e desenvolvimento foram escolhidas para provocar os mecanismos de poder implicados nessas questões, pois têm sido presença constante nos debates sobre redução da idade penal, sejam eles contrários ou favoráveis. Assim, o objetivo/problema desta pesquisa é discutir como as noções de discernimento e desenvolvimento presentes na PEC 171 se configuram como discursos estruturantes em termos de relações de poder na construção do adolescente infrator e como se atualizam na noção de capital humano.

Alguns aspectos metodológicos precisam ser expostos para que seja possível entender o percurso que essa pesquisa pretende seguir no estudo das relações de poder que permeiam a PEC 171. Primeiramente, é necessária pontuar como o poder é compreendido nessa pesquisa de inspiração foucaultiana.

Em *O sujeito e o poder*, Foucault (1995) afirma que suas pesquisas tiveram como objetivo analisar os modos pelo quais os seres humanos tornam-se sujeitos. E essas análises foram feitas por meio do poder. Segundo Foucault (2014b, p.30), o “poder se exerce mais que se possui”. Ele é entendido enquanto ato, relação. Não é um privilégio ou um bem, como era antes admitido pela teoria jurídica clássica, mas sim relação de uns sobre os outros.

Foucault (1995) afirma que sua forma de analisar o poder, uma análise do “como” do poder, desloca a suposição de um poder fundamental, único, para uma relação que se articula entre dois elementos indispensáveis para configurar essa relação. Enquanto em uma relação de violência, há um investimento de uma força sobre um corpo, reduzindo sua capacidade de ação, em uma relação de poder é indispensável que aquele sobre a qual ela se exerce seja também sujeito dessa ação, e assim se mantenha até o fim dela.

O poder é:

(...) um conjunto de ações sobre ações possíveis; ele opera sobre o campo de possibilidade onde se inscreve o comportamento dos sujeitos ativos; ele incita, induz, desvia, facilita ou torna mais difícil, amplia ou limita, torna mais ou menos provável; no limite, ele coage ou impede absolutamente, mas é sempre uma maneira de agir sobre um ou vários sujeitos ativos, e o quanto eles agem ou são suscetíveis de agir. Uma ação sobre ações (FOUCAULT, 1995, p. 243).

Somente entendendo poder dessa forma é possível se afastar de uma análise puramente econômica, como era feita tanto pela teoria clássica do direito quanto pela concepção marxista, na qual o poder tinha uma “funcionalidade econômica”, ao ter como função manter as relações de produção e reconduzir uma dominação de classe (FOUCAULT, 1999).

Esse “desvio” de uma análise econômica implica em outras consequências para a análise do poder. Sendo ele relação de força, surge o questionamento de sua relação com a guerra. Para Foucault (1999, p.22), o poder é guerra, “guerra continuada por outros meios”. Essa afirmação de Foucault inverte o aforismo de Clausewitz, o qual diz que a guerra é a continuação política por outros meios. Foucault (1999) sustenta que, se o poder político põe fim à guerra e instaura a paz, não o faz para acabar com as consequências dela, mas sim para mantê-las sob uma nova roupagem, recolocando em outros termos as relações de força nas instituições, nas desigualdades econômicas, no corpo, na linguagem. Assim, toda análise que envolva o poder é interpretado como continuação da guerra.

Foucault (1989), referindo-se à “regra” que viria depois da guerra, afirma que, diferente do que se pensa de que ela viria para trazer a paz, “ela permite reativar sem cessar o jogo da dominação; ela põe em cena uma violência meticulosamente repetida”. Em si mesmo a regra é vazia, sem sentido, sendo utilizada para servir a um ou outro e impondo uma violência sobre outra, uma dominação sobre outra.

Esse entendimento do poder enquanto uma relação, na análise que nos propomos a fazer nessa pesquisa, implica em entender a PEC 171 como um instrumento jurídico de poder, que almeja legitimar certos tipos de relações de poder entre o conjunto da sociedade e a figura do adolescente infrator, a começar pelo judiciário, aumentando o modo de ação sobre esses sujeitos, à medida de engloba idades menores.

Sobre o “método” de análise do poder, Foucault fala em um princípio geral e precauções metodológicas no curso *Em defesa da sociedade* (1999) e sobre alguns pontos a se estabelecer metodologicamente em *O Sujeito e o Poder* (1995).

A apreensão dos mecanismos de poder, segundo Foucault (1999), deve ser feita entre as regras do direito, que formalizam o poder, e os efeitos de verdade produzidos por esse poder. Ele parte, então, de um princípio geral de que o problema central do direito é o problema da soberania, isto é, as técnicas do direito mascaram e dissolvem a dominação no interior do poder, fazendo aparecer em seu lugar os direitos legítimos da soberania e a obrigação legal da obediência.

Foucault (1999) propõe tomar a dominação como fato, para a partir daí compreender em que que medida o direito, como instrumento dessa dominação, conduz e impõe esse tipo de relação. Desse modo, se quer fazer com que apareça a dominação e a sujeição no lugar da soberania e da obediência.

Para seguir uma análise nesses termos, Foucault (1995) destaca alguns pontos importantes que precisam ser demarcados, a saber, o sistema de diferenciações que permite uma ação sobre outras, ou seja, diferenças jurídicas, econômicas, linguísticas, culturais, operadas pelo sistema de poder ; os objetivos perseguidos, os instrumentos e as formas de institucionalização utilizados por aqueles que agem sobre os outros, isto é, o que buscam, que mecanismos empregam e através de que instituições as relações de poder se estabelecem; os graus de racionalização, procedimentos utilizados na elaboração dessas relações.

Partindo do princípio geral da teoria da soberania, Foucault (1999) também enumera cinco precauções para que seja possível estudar o poder pelo fato da dominação. Essas precauções ou instruções são as seguintes: apreender o poder em suas extremidades,

onde ele se torna mais local; estudar o poder na sua relação direta e imediata com as sujeições, no momento mesmo em que estas ocorrem; compreender o poder como algo que circula, que funciona e não como uma coisa em si; partir das relações de poder em níveis mais baixos e analisá-las ascendentemente até sua apreensão por instâncias centralizadoras; compreender que as relações de poder se ligam, intrinsicamente, com formação de saber.

Nessa pesquisa, tentou-se explorar os pontos metodológicos considerados relevantes por Foucault, bem como as precauções de método, para manter-se coerente em uma análise de inspiração foucaultiana. Os pontos relevantes vão ser explicitados durante todo o texto, em que se buscou analisar como as noções de discernimento e desenvolvimento, destacadas na PEC 171, enquanto relações de poder, operam diferenciações e tem instrumentos, objetivos e graus de racionalização específicos. Isso será possível por meio de uma análise histórica de teorias e práticas que se utilizam desses termos para estabelecer relações de poder.

A escolha pelo estudo dos termos supracitados, nesse momento em que a PEC se mostra como o instrumento de maior relevância na temática do adolescente infrator, demonstra o propósito de uma pesquisa que se localize no agora, no momento em que ocorre a tentativa de uma nova sujeição, ou mesmo da legalização de uma sujeição já existente. Partindo do discurso que esse documento põe em circulação ou simplesmente autoriza, a análise segue ascendentemente em busca de formas discursivas mais globalizantes e que colocam discursos de verdade em jogo.

Quanto à última precaução, a relação poder/saber, Foucault (2014b) afirma que é preciso ir de encontro a uma tradição que acredita que só é possível existir saber onde as relações de poder estão suspensas, só podendo o saber se desenvolver longe de suas exigências e interesses. Essa ideia remete a uma possível neutralidade da ciência/cientista, que não deve misturar interesses de qualquer ordem com a produção de um conhecimento, que deve ser puro.

Discutindo os estudos de Nietzsche sobre história, Foucault (2002) diz que o conhecimento é simplesmente o resultado do jogo, da luta, do combate entre os instintos. Somente nessas relações de luta e poder – das coisas entre si, dos homens entre si, que lutam, dominam uns aos outros, querem exercer relações de poder – que compreendemos em que consiste o conhecimento.

Não é possível, pois, dissociar as relações de poder de uma produção, acumulação e circulação de um saber, que funciona como verdade. A todo momento somos sujeitos a

produzir verdades que mantêm as relações de poder funcionando. Submetidos, somos também à verdade enquanto norma, discursos que carregam efeitos de poder (FOUCAULT, 1999).

E desse campo de luta, de embates que surge a verdade, o saber, surge também aquele que se pretende como sujeito do conhecimento. Segundo Foucault (2014b), é preciso entender que tanto o sujeito que conhece, como os objetos, as formas de conhecimento, são todos efeitos do poder-saber e de suas mudanças históricas. O sujeito do conhecimento não é independente das relações de poder que o atravessam, podendo produzir um saber desvinculado dessas mesmas relações.

Essa é mais uma precaução metodológica que será tomada nessa pesquisa, pois o lugar de quem pesquisa há muito já vem permeado por discussões, tanto acadêmicas como no nível da prática, a respeito do adolescente infrator e de tudo o que sua figura remete. Não se busca ser neutro, imparcial ou somente relatar um “problema”. A busca é por seguir na construção de uma caminho histórico que permeia e permite esse problema.

Foucault (2002) busca mostrar como as práticas sociais podem gerar domínios de saber, que fazem aparecer determinados tipos de objetos, técnicas, conceitos e sujeitos, incluindo o sujeito do conhecimento. Ele denomina genealogia seu método de análise dessas práticas. Na presente pesquisa, ao analisar o campo de emergência da PEC 171 e da produção de verdades a ela vinculada, nos valeremos, como dissemos, de uma análise de inspiração genealógica dessas relações de poder.

A genealogia, segundo Foucault (1999), proporciona a “insurreição dos saberes sujeitados”, que são os saberes desqualificados por não serem suficientemente elaborados, por não terem os requisitos da cientificidade. A genealogia permite que esse tipo de saber, desqualificado, hierarquicamente inferior, se volte contra a centralização e institucionalização dos efeitos de poder próprios de um discurso científico organizado.

Segundo Dreyfus e Rabinow (1995), Foucault introduz a genealogia como um método para a compreensão e para o diagnóstico das práticas sociais, partindo-se do seu próprio interior. Citando a genealogia de Nietzsche, Foucault (1989) afirma que ela se opõe a uma pesquisa de “origem”, que tenta buscar a essência e pureza das coisas. Ao escutar cuidadosamente a história, segundo o autor, o genealogista perceberá que o que há por trás da essência das coisas, é uma construção “peça por peça”. Para isso é preciso atentar para a singularidade dos acontecimentos históricos.

O intérprete da genealogia observa as coisas de longe, considerando superficialmente as questões tidas como as mais complexas, pois, quanto mais se

interpreta, mais interpretações surgem. Interpretações, que não são naturais, originais, mas sim impostas por relações de dominação. Ele estuda o surgimento de um campo de lutas de onde emergem os sujeitos, os saberes e suas práticas, não com o objetivo de descobrir entidades substanciais, mas para apreender o mundo tal qual ele se mostra, tal qual ele é, nas suas relações diretas de sujeição e dominação (DREYFUS & RABINOW, 1995).

Foucault (1989) expõe que os termos *Entstehung* e *Herkunft* definem melhor o trabalho do genealogista, em oposição à *Ursprung* (origem). *Herkunft* diz respeito a noção de *proveniência*, antigamente associada ao pertencimento a um grupo de sangue com características físicas similares. A análise da proveniência remete ao corpo e todas as marcas que ele carrega, de acontecimentos passados, da hereditariedade. O objetivo da genealogia, enquanto análise da proveniência, não é compreender o passado como algo que motiva ocultamente o presente, mas sim localizar os acontecimentos exatamente onde se passaram, pontuando a articulação entre corpo e história.

Já a *Entstehung* designa a *emergência*, o ponto de surgimento. Ela é a cena onde as forças se afrontam. Não como um lugar, mas sim como uma distância, os adversários não pertencerem ao mesmo espaço. Ninguém pode se responsabilizar por uma emergência, não há sujeito que move a história, mas sim um espaço que define o jogo de forças (FOUCAULT, 1989).

A genealogia vai de encontro a ideia de uma história que caminha progressivamente com finalidades já previstas. Uma história efetiva, *Wirkliche Historie* de Nietzsche, tenta eliminar a falácia “presentista” e o “finalismo”. Na falácia presentista, o historiador toma um fato do presente e tenta encontrar um significado paralelo no passado. Já o finalismo é um tipo de história que, tendo como ponto de início o presente, busca o caminho de desenvolvimento passado desse ponto, dando a esse percurso o sentido de alcançar o objetivo final do que é agora (DREYFUS & RABINOW, 1995).

Uma “história do presente” começaria com uma reflexão sobre a situação atual, localizando os “rituais meticulosos de poder” ou a “tecnologia política do corpo” em busca do momento em que tomaram forma. Os rituais meticulosos de poder não podem ser especificamente localizados em lugares ou pessoas, eles são utilizados para delimitar a maneira como o poder funciona (DEYFRYS & RABINOW, 1995). Já a tecnologia política do corpo se refere a noção de que o corpo está inserido em um campo político, que busca extrair sua força econômica em uma relação de submissão, obtida pela veiculação de verdades, saberes sobre esse corpo (FOUCAULT, 2014b).

É esse tipo de história que se pretende fazer aqui, sem acúmulo de interpretações ou busca de relações causais e explicações para o que está acontecendo. Olharemos para o momento presente, para a emersão dessa PEC, que foi elaborada em 1993, mas que hoje “ressurge” vinculando discursos que afetam diretamente a construção desse “corpo adolescente infrator”. Esse sujeito, que aparece imerso em tantas discussões, entre tanto saberes que lhe produzem verdades, será analisado em sua história, nas práticas sociais de dominação e sujeição que lhe são impostas.

A história efetiva, que a genealogia se propõe a analisar, toma o acontecimento no que ele tem de único, sendo entendido como algo que marca uma história. A genealogia busca reestabelecer os sistemas de submissão, trazendo as relações de poder e dominação ao “palco” da história (FOUCAULT, 1989).

A análise genealógica serviu de inspiração para este trabalho, em que se tentou fazer emergir esse campo de lutas que configura os conceitos de discernimento e desenvolvimento da PEC 171, não buscando uma vinculação causal entre sua atual aprovação e seu período de feitura, mas tentando localizar historicamente como esses conceitos se configuraram como relações de poder que tem efeitos de verdade atuais.

As discussões levantadas até agora sobre poder e sua relação com o saber, bem como sobre a genealogia e história, explana os conceitos que serão adotados para esse estudo, atentando-se para as precauções de método e as demarcações expostas por Foucault na análise do poder. Nosso objetivo é provocar algumas tensões.

O documento utilizado para incitar algumas dessas tensões, a PEC 171/1993, foi acessada no site da Câmara do Deputados, que disponibiliza acervo com informação quanto a todas as movimentações da proposta, desde a sua elaboração em 1993. A versão utilizada nessa pesquisa contém cinco páginas, sendo: duas de justificção, duas de assinaturas dos deputados favoráveis e uma com informações de movimentação. A análise feita nesse trabalho se restringiu às duas primeiras páginas.

O presente trabalho se divide em três capítulos. No primeiro, abordaremos o conteúdo da proposta de emenda bem como seu contexto histórico de elaboração. Seguiremos no estudo da noção de discernimento através da legislação nacional penal e da normalização do judiciário com a prática do exame médico-legal. O segundo capítulo abordará os documentos nacionais e internacionais específicos para a infância e juventude, desenhando o espaço que a noção de desenvolvimento vai tomando e o lugar que a criança e o adolescente vão ocupando nas discussões que lhe dizem respeito. Por fim, associa-se as discussões sobre discernimento e desenvolvimento à teorias que lhe

servem de base, a saber, teorias do desenvolvimento e capital humano, buscando iniciar estudos nessa temática. Traremos também o contexto de aprovação da PEC 171, no ano de 2015, para mostrar como essas teorias e conceitos se atualizam no presente.



## **1. PEC 171 e Legislação Penal: regime disciplinar e normalização do judiciário**

Nesse capítulo discutiremos o contexto histórico de elaboração da PEC 171, bem como a tecnologia disciplinar enquanto meio de ampliação da intervenção do poder judiciário, através da técnica do exame médico legal. Uma revisão da legislação penal brasileira será feita para explanar o tratamento dado ao menor de dezoito anos e como ele se relaciona com as temáticas aqui discutidas.

### **1.1 PEC 171: Lugar histórico, lugar de conflitos**

Aprovada em segundo turno pela Câmara dos Deputados no dia 19 de agosto de 2015, a PEC 171/1993 objetiva alterar o artigo 228<sup>3</sup> da Constituição Federal de 1988, o qual discorre sobre a inimputabilidade dos menores de 18 anos, com o objetivo de reduzi-la para 16 anos.

O texto original é do então deputado federal Benedito Domingos, do Partido Progressista do Distrito Federal. Antes e após a supracitada Proposta de Emenda à Constituição, inúmeras outras foram levantadas, inclusive sendo anexadas e retiradas da PEC 171, durante o longo processo de sua aprovação. A proposta, que está no Senado Federal para ser avaliada, possui texto mais complexo<sup>4</sup> do que o sugerido pelo relator, e por tal alteração, recebeu a letra avulsa “E”, virando, então, PEC 171-E.

Ao invés de olhar a PEC através de aspectos biográficos de autoria, institucionais ligados ao partido político, técnicos da ordem da natureza do documento, ou linguísticos no que diz respeito à sintaxe e à semântica do texto, o olhar se dirigirá ao campo de tensões discursivas que remetem ao âmbito histórico das relações de poder, afirmando essa pesquisa como de inspiração genealógica.

De uma maneira geral, o texto da PEC discorre sobre as razões para alterar a legislação. Utilizando argumentos críticos a uma avaliação puramente biológica do infrator, são explanadas antigas legislações penais que diferem quanto à idade de imputabilidade penal; expõe ainda tal modificação como solução para a criminalidade, cada vez maior entre os menores de 18 anos, segundo o texto; cita passagens bíblicas para

---

<sup>3</sup> Art. 228. São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial (BRASIL, 1988).

<sup>4</sup> Art. 1º. O art. 228 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação: Art. 228. São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial, ressalvados os maiores de dezesseis anos, observando-se o cumprimento da pena em estabelecimento separado dos maiores de dezoito anos e dos menores inimputáveis, em casos de crimes hediondos, homicídio doloso e lesão corporal seguida de morte (BRASIL, 2015).

exemplificar a relação que as pessoas devem estabelecer na sociedade; apresenta a proposta como um meio de “correção, educação e resgate” dos adolescentes, diminuindo, supõe, seu caráter punitivo em favorecimento de uma responsabilização.

Nessa seção traremos um panorama geral do contexto de elaboração da PEC 171, com um relato quanto aos principais fatos que ocorriam durante esse período e que dão impulso a sua emergência.

O ano de 1993 foi o ano pós impeachment do presidente do Brasil Fernando Collor de Mello cujo governo havia sido marcado por escândalos de corrupção além de medidas administrativas impopulares.

Na primeira eleição direta após o período de Regime Militar, Collor surgia como uma figura de renovação, lançando uma candidatura que tinha como uma das bandeiras moralizar o serviço público. Recebeu por isso o título de “Caçador de Marajás”, em alusão aos servidores que recebiam super salários, os quais ele tinha enfrentado em seu estado, Alagoas<sup>5</sup>.

Essa esperança que o presidente de 40 anos provocava foi, contudo, logo no começo de seu mandato, sendo desfeita, devido aos pacotes de medidas que, tentando conter a inflação, chegou a confiscar valores em contas bancárias e poupanças. Houve, ainda, um “congelamento” de preços e salários, a demissão de funcionários públicos e a privatização de estatais pelo capital estrangeiro. Nada disso, porém, proporcionou a contenção da inflação.

O aparecimento de denúncias de que o presidente e seu tesoureiro de campanha, Paulo César Farias (PC Farias), haviam feitos saques consideráveis em suas contas antes do bloqueio, foi configurando um clima de desconfiança quanto ao então presidente. Outras acusações a Collor, como a contratação de agências de publicidade sem licitação em sua campanha e fraudes em compras, foram enfraquecendo o governo do presidente.

Em 30 de março de 1992, o Ministério de Fernando Collor renunciou coletivamente em respostas aos escândalos de corrupção. Em maio, o fato “derradeiro” para desestabilizar o governo foi a denúncia do irmão do presidente, Pedro Collor, que em entrevista à “Revista Veja”, na edição de 27 de maio, apresentou documentos

---

<sup>5</sup> Disponível em: < <http://guiadoestudante.abril.com.br/estudo/como-foi-o-processo-de-impeachment-de-collor/>>.

comprobatórios da existência de sete empresas irregulares de PC Farias no exterior, afirmando que o presidente era conivente com esses e outros esquemas do tesoureiro<sup>6</sup>.

Movimentos sociais estudantis se manifestaram pedindo a saída de Collor e confirmada a participação do então presidente no esquema de corrupção, foi aberto o pedido de impeachment, sendo Collor afastado do cargo em outubro daquele ano. Sabendo que seria condenado, renuncia em dezembro. Mas o Congresso continuou com o processo e os direitos políticos do alagoano foram cassados por oito anos. Em 1993, ele tenta recuperar seus direitos políticos frente ao Supremo Tribunal Federal (STF), mas sem sucesso. Detalhe que em 2014 o ex-presidente foi inocentado pelo STF pelos crimes de falsidade ideológica, corrupção passiva e peculato, pois os juízes entenderam que não haviam provas suficientes para comprovar o envolvimento do acusado<sup>7</sup>.

Com o impeachment de Collor, Itamar Franco, seu vice, assume, garantindo que faria profundas mudanças na economia, ressaltando que haveria “modernidade sem empobrecer o povo, abertura da economia sem perder a soberania, privatizações de estatais sem açodamento”<sup>8</sup>.

Em um país com economia em crise, com um Produto Interno Bruto (PIB) que decrescia há três anos, Itamar tentou impor medidas de forma gradual para não se assemelhar a Collor. Nesse período foi implantado a moeda cruzeiro real. Breve e de pouca eficácia, o cruzeiro real equivalia a mil cruzeiros<sup>9</sup>.

O real, apesar de ter se tornado a moeda brasileira em julho de 1994, começou a ser arquitetado nesse período de crise em busca da contenção da inflação que continuava alta. O programa, com a ajuda de vários instrumentos econômicos e políticos, conseguiu reduzir a inflação<sup>10</sup>.

A conjuntura política do ano de elaboração da PEC 171 também foi marcada por outros acontecimentos de extrema relevância. Em 21 de abril, as pessoas foram às urnas votar em um plebiscito quanto à forma (Monarquia ou República) e o sistema de governo (Presidencialismo ou Parlamentarismo), como era previsto por emenda à Constituição

---

<sup>6</sup> Disponível em: <<http://guiadoestudante.abril.com.br/estudo/como-foi-o-processo-de-impeachment-de-collor/>>.

<sup>7</sup> Disponível em:< <http://acervo.estadao.com.br/noticias/topicos/impeachment-de-collor,887,0.htm>>.

<sup>8</sup> Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/itamar-comecou-montar-governo-um-mes-antes-do-impeachment-de-collor-19180527#ixzz4igjr0LiJ>>.

<sup>9</sup> Disponível em: <[http://www.moedasdobrasil.com.br/moedas/cruz\\_reais.asp](http://www.moedasdobrasil.com.br/moedas/cruz_reais.asp)>.

<sup>10</sup> Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/em-1993-os-brasileiros-viveram-augenda-hiperinflacao-que-alcancou-2500-11263960>>.

Federal de 1988. A República e o sistema presidencialista foram mantidos pela população<sup>11</sup>.

Além da escolha da forma e sistema de governo, outra revisão era proposta pela Constituição Federal, ao completar cinco anos de promulgação. A situação política do momento, pós-impeachment, com escândalos de corrupção, contudo, não permitiu grandes avanços nesse intento. Primeiramente, Itamar Franco, cumprindo o mandato de transição, optou por não se envolver e também houve a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar desvios de verbas públicas. Conhecida como CPI do orçamento, o processo envolveu vários políticos em acusações de manipulação de emendas apresentadas à Comissão do Orçamento. Essa CPI se constituiu como um marco político no país, pois foi a primeira vez que parlamentares investigaram seus próprios colegas<sup>12</sup>. Junto a esse escândalo, ainda havia resistência dos partidos de esquerda com prováveis alterações que pudessem reduzir direitos sociais e coletivos, visto serem recentes as conquistas nesse âmbito.

Nesse contexto, poucas mudanças ocorrem na Constituição. De 19 propostas acolhidas pelo relator, doze foram rejeitadas no primeiro turno pelo plenário sendo aprovadas somente seis. A mais importante delas foi a redução do mandato presidencial de cinco para quatro anos, consequência de um receio dos conservadores quanto à vitória de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), representante da esquerda e potencial candidato das eleições de 1994<sup>13</sup>.

No que diz respeito à questões sociais, o ano de 1993 foi palco de duas das maiores chacinas que ocorreram no Brasil, a saber, a Chacina da Candelária e a de Vigário Geral, ambas no Rio de Janeiro.

A chacina da Candelária ocorreu em julho, quando meninos de rua que dormiam na igreja da Candelária, no centro do Rio, foram surpreendidos por tiros de policiais militares. Oito morreram, a maioria menor de 18 anos. A chacina teve repercussão internacional, o que, junto com a pressão popular, impediu que as investigações fossem bloqueadas, como aconteceu com a chacina de Acari<sup>14</sup>, em 1990. Alguns sobreviventes

---

<sup>11</sup> Disponível em: < <http://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/no-plebiscito-de-1993-brasil-disse-nao-monarquia-sim-ao-presidencialismo-9840238>>.

<sup>12</sup> Disponível em: <<http://www.memorialdademocracia.com.br/card/cpi-investiga-anoes-do-orcamento>>.

<sup>13</sup> Disponível em: <<http://www.memorialdademocracia.com.br/card/revisao-da-carta-traz-pouca-mudanca>>.

<sup>14</sup> Em 26 de julho de 1990, 11 jovens, sendo 7 menores de idade — em sua maioria residentes da favela de Acari e proximidades — foram retirados de um sítio localizado em Suruí, bairro do município de Magé (estado do Rio de Janeiro), por um grupo de homens que se identificaram como policiais, e levadas para destino desconhecido. Seus paradeiros não foram descobertos e os responsáveis não foram levados à

relataram que o motivo da violência tinha sido vingança por um vidro de uma patrulha da 5ª BPM ter sido quebrado em protesto a apreensão de outros dois meninos<sup>15</sup>.

Um dado fornecido pelo Jornal Nacional da época afirma que, só no primeiro semestre daquele ano, 320 crianças haviam sido mortas. Apesar de alguns policiais terem sido condenados, todos se encontravam em liberdade<sup>16</sup>.

39 dias depois da barbárie na Candelária, em Vigário Geral, comunidade da Zona Norte do Rio, um grupo de 36 homens encapuzados mata 21 moradores indiscriminadamente, espalhando o terror na comunidade por mais de uma hora. O ato foi em represália à morte de quatro policiais militares pelo chefe do tráfico de drogas local. Também com repercussão internacional e, devido a proximidade com a Chacina da Candelária, esse acontecimento fortaleceu a percepção do Brasil como um país que não tem controle sobre a violência e com fronteiras tênues entre polícia e banditismo<sup>17</sup>.

Se 1993 foi um ano de violência policial, também foi de organização criminal. A facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC), a maior e mais organizada do Brasil, foi criada por oito presos em agosto no Anexo da Casa de Custódia de Taubaté, o Piranhão. O nome foi escolhido, em um jogo de futebol, para distinguir o time dos presos que vieram transferidos da capital. A proposta da facção, em seu início, era combater a opressão do sistema penal e vingar a morte dos presos no Massacre do Carandiru<sup>18</sup>, no ano anterior. Todos os integrantes ficam obrigados a cumprir um estatuto, que foi redigido pelos fundadores no Piranhão, contendo 16 itens além da contribuição mensal<sup>19</sup>.

Além de uma crise política logo no primeiro governo eleito pelo voto popular, a economia e a segurança se viam comprometidas, sobretudo pelas desastrosas intervenções policiais. Pela recente aprovação da Constituição e pela “abertura” a mudanças que ela mesma trazia, em um contexto em que até mesmo a República foi posta

---

Justiça. O inquérito policial ficou em aberto por 20 anos, tendo sido arquivado em 2010. Disponível em: <[https://www.google.com.br/search?q=lula&ie=utf-8&oe=utf-8&client=firefox-b-ab&gws\\_rd=cr&ei=EM1LWeGpHcSTwgT6p7PgCw#q=chacina+acari](https://www.google.com.br/search?q=lula&ie=utf-8&oe=utf-8&client=firefox-b-ab&gws_rd=cr&ei=EM1LWeGpHcSTwgT6p7PgCw#q=chacina+acari)>.

<sup>15</sup> Disponível em: <<http://www.memorialdademocracia.com.br/card/a-crueldade-da-chacina-da-candelaria>>.

<sup>16</sup> Disponível em: <<http://memoriaglobo.globo.com/programas/jornalismo/coberturas/chacina-na-candelaria/jornal-nacional-sobre-a-chacina.htm>>.

<sup>17</sup> Disponível em: <<http://www.memorialdademocracia.com.br/card/madrugada-de-horror-em-vigario-geral>>.

<sup>18</sup> Em 2 de outubro de 1992 uma briga entre presos da Casa de Detenção de São Paulo - o Carandiru - deu início a um tumulto no Pavilhão 9, que culminou com a invasão da Polícia Militar e a morte de 111 detentos. O episódio, que ficou conhecido como "massacre do Carandiru", não teve ninguém condenado. Disponível em: <<http://www.terra.com.br/noticias/infograficos/carandiru/>>.

<sup>19</sup> Disponível em: <<https://esporte.uol.com.br/futebol/ultimas-noticias/2017/01/24/como-um-time-de-futebol-virou-o-pcc-a-maior-faccacriminosa-do-brasil.htm>>.

em questão, a PEC 171/1993 se vê em um momento propício para se lançar na empreitada de mudar (ou legalizar) um modo de lidar com o adolescente infrator.

O texto da PEC 171 cita antigas leis penais brasileiras como argumento pra demonstrar que a idade de dezoito anos para a imputabilidade penal não é uma constante na história do Direito Penal brasileiro e como a avaliação do discernimento esteve presente nessas leis.

Quando afirma que “idade cronológica não corresponde a idade mental”, o documento tenta mostrar que a fixação de um marco supostamente biológico, que é a idade, deixa de levar em consideração fatos mais importantes, como o “desenvolvimento mental”, que para o texto, é o que deve ser associado com a capacidade de responder penalmente por seus atos. Apesar de diminuir a importância do fator biológico, o autor da proposta continua utilizando-o, ao afirmar que hoje é possível perceber de “maneira límpida e cristalina” que a “capacidade de discernimento” ocorre com os adolescentes maiores de dezesseis anos.

Tenta-se no documento, através de uma linguagem apelativa, levar a crer que “a maioria dos crimes de assalto, de roubo, de estupro, de assassinato e de latrocínio, são praticados por menores de dezoito anos”, havendo um “aumento considerável da criminalidade” por parte dos adolescentes. É preciso intervir rapidamente, caso contrário, continuaremos a “ver os moços com seu caráter marcado negativamente, sem serem interrompidos para uma possível correção, educação e resgate.” Não há, segundo a proposta, instituições adequadas para a realização desses objetivos.

O texto explicita ainda que seria criada uma lei específica para discorrer sobre atenuantes, gradação da pena, o estabelecimento penal, os efeitos e objetivos da pena, englobados por um programa de reeducação social, intelectual e profissional.

Discutiremos nesse capítulo sobre de que modo estratégias disciplinares, como, por exemplo, as instituições de correção e reeducação propostas pela PEC 171, foram se configurando enquanto um modo de ampliação do poder judiciário, possibilitando que outras ciências, como a criminologia e a medicina psiquiátrica, pudessem pôr em circulação seus discursos de verdade. Esses “novos” discursos acham na figura do criminoso seu campo de ação, fazendo com que noções como imputabilidade e discernimento pudessem ser firmadas no direito penal.

Assim, iniciaremos com uma revisão da história do direito penal e como ele foi se configurando como o concebemos hoje, com a consagração da prisão como principal meio de “contenção” da criminalidade. Depois discutiremos a legislação penal brasileira,

destacando sua influência francesa e o modo como mecanismos disciplinares ampliaram o campo de ação do judiciário, permitindo que a medicina psiquiátrica, sobretudo, pudesse atuar através de um processo de normalização, do qual a noção de discernimento se configura como um dos seus efeitos.

## **1.2 Reforma Penal e poder disciplinar**

Foucault (2002) afirma que, enquanto no Direito Germânico a ação penal só possuía dois personagens<sup>20</sup>, a partir do século XII, na Sociedade Feudal<sup>21</sup>, diversas transformações aparecerão. Primeiramente uma justiça, que se impõe do alto para os indivíduos, que não resolvem mais sozinhos suas contendas. A partir daí surge, na Europa do século XII, uma figura completamente nova nesse processo, o procurador, que se designa como representante de um poder prejudicado unicamente pelo fato de ter havido um crime. A presença do procurador no litígio implica em duas novas mudanças no direito, a saber, a noção de infração e o tipo de reparação do dano. Quando a ação penal envolvia somente duas pessoas, dizia respeito somente a um dano que um causou ao outro. Com o procurador, reclamando também ter sido lesionado, a ideia de dano é substituída pela de infração, que remete a uma falta do indivíduo ao Estado, à lei, à sociedade e à soberania do rei. Desse modo, tendo lesado mais do que somente um indivíduo, o que comete a ofensa tem que reparar também o soberano, o que é feito pelo mecanismo de multas.

Foucault (2002) atenta ainda para a prevalência do inquérito na apuração dos casos. O modelo do inquérito já havia existido na época do Império Carolíngio, onde os representantes do poder chamavam pessoas capazes de deliberar por terem conhecimento dos costumes e do Direito e, ao jurarem dizer a verdade, deveriam solucionar o problema.

A origem do inquérito, contudo, para Foucault (2002) é dupla, pois também a Igreja na Alta Idade Média o praticava por meio do *visitatio*, que consistia em visitas do Bispo à diocese, perguntando às pessoas o que havia acontecido na região em sua ausência. O inquérito se configura, assim, segundo o autor, como uma forma de exercer um poder, que, através da instituição judiciária, na apuração da infração, se transformou,

---

<sup>20</sup> O que caracterizava a ação penal era um tipo de duelo, oposição entre dois indivíduos ou famílias, na qual um se declarava vítima e reclamava uma reparação do outro. A intervenção judiciária era uma forma de continuar essa luta entre os indivíduos, sendo possível, para o Direito germânico, interromper essa guerra regulamentada (FOUCAULT, 2002).

<sup>21</sup> Dividida em três diferentes nichos, a sociedade dessa época está genericamente repartida entre clero, nobreza e camponesinato. Disponível:< <http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/historiageral/a-sociedade-feudal.htm>>.

na cultura do Ocidente, em um modo de autenticar a verdade, transformar coisas em verdade e as transmitir. É, pois, uma forma de poder-saber.

Rauter (2003) delimita os períodos do direito penal, afirmando que, inicialmente, as penas eram cruéis em demasia, as leis se misturavam com religião, e os crimes com pecados. A sociedade reagia de modo natural aos infratores, só que essa reação era desordenada e acabava por dizimar boa parte da população. Em um período intermediário, no século XVIII, o direito humaniza-se e ambiciona se tornar mais justo. Refere-se ao período em que Beccaria é o principal representante, o período “ético-humanista”, em que as penas buscavam proporcionalidade aos delitos, havia igualdade perante a lei e não-retroatividade da lei penal e da responsabilidade. A terceira fase, com o surgimento da criminologia, diria respeito ao direito penal enquanto campo científico, no qual se estuda tanto a sociedade como a mente humana. O direito liberal corresponderia às proposituras da chamada “Escola Clássica” e a proposta da criminologia de um direito penal que possa compreender o crime e o criminoso é denominada “escola antropológica” ou “positiva”.

A Reforma Penal, segundo Foucault (2002), foi a reorganização do sistema judiciário e penal em diversos países da Europa e do mundo, e que tiveram como autores de destaque Beccaria, Bentham e Brissot. O princípio fundamental dessa reforma é que a infração não pode mais se relacionar com a falta moral ou religiosa. Crime e infração penal são rompimentos com a lei explicitamente estabelecida dentro de uma sociedade pelo poder legislativo. Um segundo princípio diz respeito a representação pela lei penal do que é útil à sociedade, definindo o que lhe é nocivo. Há também, com a reforma, uma definição clara do crime, que é algo que prejudica a sociedade, incomodando-a como um todo. Essa definição de crime implica na concepção do criminoso, o qual se torna um inimigo social por perturbar a sociedade, rompendo com o contrato social que havia estabelecido.

A teoria geral do contrato é explicitada por Foucault (2014b) enquanto um deslocamento do direito de punir, que antes possuía o caráter de vingança do soberano, e que, com a reforma, passa a ter o objetivo de defender a sociedade desse criminoso colocado como um inimigo comum, já que seu crime ataca a todos. O objetivo dos reformadores, segundo o autor, perpassa pela visão econômica de redistribuir o poder de punir, que vinha concentrado na mão do soberano e disperso nas ilegalidades toleradas pelas comunidades, como os privilégios concedidos, a inobservância de ordenações, entres outras.



A lei penal, assim, objetiva reparar um mal causado e impedir que novos males aconteçam, lançando mão de quatro tipos de punição. A primeira consiste em expulsar as pessoas, deportá-las. A segunda se refere a exclusão no próprio local, isolando-se em um espaço moral, que seriam as punições no nível da vergonha e humilhação de quem cometeu uma infração. Outro tipo de pena é a reparação do dano social através de uma atividade útil ao Estado ou à sociedade. São os trabalhos forçados. Por fim, tem-se a pena do talião, mata-se quem matou, tomam-se os bens de quem roubou (FOUCAULT, 2002).

A noção de humanização das penas na reforma, segundo Foucault (2014b), mais do que algo direcionado ao criminoso, se refere a uma preocupação com aquele que pune, na tentativa de evitar-lhe sofrimentos em demasia. Com essa racionalidade econômica, buscando-se evitar desperdícios e excessos, os reformadores afirmam que o prejuízo que o crime traz está nas consequências que ele provoca na sociedade, devendo a punição incidir sobre as perturbações que o ato pode despertar no corpo social. E isso é feito a partir da execução de algumas regras que se configurem como obstáculos para o crime, sendo cuidadosamente calculadas em seus efeitos, em busca de uma eficácia.

As mudanças impostas pela disciplinarização no sistema penal são abordadas por Foucault (2014b), mostrando os pontos de convergência e divergência entre as concepções dos reformadores e do aparelho de “reformatório”, como são chamados os modelos prisionais que serão aqui expostos. As duas propostas se convergem no fato de serem modelos que se voltam para o futuro, na tentativa de evitar novos crimes. Já as divergências se dão em termos de tecnologia da pena, no modo como o poder punitivo se apossa do indivíduo, na utilização de instrumentos e na relação que estabelece entre corpo e alma.

Por mais que muitos reformadores criticassem a ideia de reclusão penal, entendendo-a como ineficaz e dispendiosa, ela acabou se firmando como uma das formas mais comuns de punição. Foucault (2014) afirma que as justificações mais comuns para esse fato se devem à expansão de grandes modelos prisionais.

Todas as punições sugeridas pela Reforma foram substituídas pela pena do aprisionamento, que, não pertencendo ao projeto teórico da Reforma do século XVIII, surge no século XIX, enquanto instituição e quase sem embasamento teórico. Há, então, a partir desse século e cada vez mais rápido, um desvio da utilidade social da legislação penal, a qual passa a se importar cada vez mais com o indivíduo em detrimento do socialmente útil. As grandes reformas de 1825 e 1850/1860 na legislação penal francesa

são exemplos desse deslocamento, sobretudo através da inserção das circunstâncias atenuantes, que modificam a aplicação rigorosa da lei (FOUCAULT, 2002).

Na França, Perrot (2001) divide o modelo penitenciário em três fases: 1) De 1815 a 1840, que ela chama de “era da prisão triunfante” – as questões não se detêm sobre o valor repressivo e educativo das prisões, mas sim sobre o melhor modelo de prisão a se adotar. Os modelos mais influenciadores da época eram o de Auburn e da Filadélfia; 2) Grande Medo de 1848 – se caracteriza por um aumento das deportações para a Colônia, com vistas a redução de gastos, bem como por um endurecimento da repressão, aumentando-se as forças policiais e instituindo o registro criminal; 3) Terceira República – de 1873 a 1875 embora mantenham-se as deportações, há um aumento no número de prisões e na severidade das penas. A autora utiliza o termo “frio penitenciário” para falar de um modelo que foi criado no século XIX e é a base para o sistema penitenciário atual. Segundo Perrot (2001), há a destruição de qualquer tipo de sociabilidade na prisão, em que o prisioneiro é submetido a um silêncio absoluto, perdendo sua antiga identidade (passa a ser um número) e sujeitado a uma classificação, que os separa quanto ao sexo, idade, natureza do crime e tempo da pena.

Foucault (2014) se demora nos modelos prisionais citados por Perrot (2001), expondo suas características e diferenças quanto às propostas dos reformadores. O trabalho penal está presente nesse modelos, e é visto, desde o código de 1808, juntamente com o isolamento, como um instrumento de transformação carcerária. A cadeia de Gand, baseando-se na ideia de que a ociosidade causa boa parte dos crimes, organizou o trabalho em termos econômicos, de forma que a pedagogia do trabalho passou a ser o cerne da punição para a reconstituição de um homem economicamente útil à sociedade. O autor fala em reconstituição do *Homoeconomicus*, cuja duração da pena só faz sentido se comportar a correção e utilização econômica do criminoso. A importância do trabalho na readaptação do criminoso também está presente nas leis brasileiras, como veremos na seção seguinte, ainda com um caráter moral, de transformá-lo em uma pessoa com valores. Posteriormente, a importância do trabalho será associada ao crescimento econômico com a teoria do capital humano, que será posteriormente discutida.

O isolamento, também princípio do sistema penal, se refere tanto em relação ao mundo exterior, quanto entre os prisioneiros. A solidão é entendida como um momento para reflexão, em que a submissão se torna maior. Os modelos de Auburn e da Filadélfia são exemplos da utilização do isolamento. Sobre a regra do silêncio total, Auburn

estabelece a cela individual durante a noite, e o trabalho e refeições em comum, já o modelo da Filadélfia é do isolamento absoluto (FOUCAULT, 2014).

A prisão que, como observado até então, se configura como o principal meio de punição, indo de encontro a todas as discussões teóricas, é uma instituição de caráter disciplinar. Por isso a importância de se entender como se forma esse tipo de poder, que será também relevante para tratar das disciplinas criminologia e psiquiatria e da normalização no judiciário.

As técnicas da disciplina trazem, no século XVIII, características diferentes no modo de investir no corpo como alvo de poder. Em termos de escala, percebe-se que, diferente de um cuidado com o corpo “geral”, se busca trabalha-lo detalhadamente, no nível da mecânica – gestos, movimentos. Ela tem como objeto as forças desse corpo, por meio de uma economia dos movimentos através do exercício. Com a tecnologia disciplinar, tem-se a ininterrupta coerção sobre os processos de execução enquanto sua modalidade de ação. Assim, para Foucault (2014b, p. 135), “esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhe impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar de disciplinas”.

O estudo das disciplinas não deve ter como foco as instituições em suas singularidades, mas sim as técnicas de poder que de certa forma são generalizáveis, porque determinam um certo modo de investimento no corpo. É importante compreender a disciplina como: uma distribuição de indivíduos no espaço, um controle da atividade, um manejo do tempo e uma composição de forças. A distribuição se dá por técnicas, a saber, cercas, *quadriculamento* – cada indivíduo em um local específico, localizações funcionais – espaços que tem uma utilidade, unidade é posição na fila – localização numa classificação. O controle da atividade se apoia no horário, elaboração temporal do ato – decomposição e encadeamento do ato, corpo e gestos em correlação – atitude geral do corpo em relação a um gesto, articulação corpo-objeto e utilização exaustiva das forças (FOUCAULT, 2014b).

Quanto à organização do tempo pelas disciplinas, ela se dá por meio de quatro processos que, de acordo com Foucault (2014b), as constituem enquanto um tempo evolutivo. Os processos são: segmentação e sucessão do tempo, especificando o momento de chegar em cada um; organização dos segmentos em um esquema analítico; finalização das sequências, geralmente por prova; estabelecimento de série de séries, as particularidades de cada nível na série. Biologia, psicologia e pedagogia e as outras

disciplinas/ ciências que produzem um saber sobre a criança/adolescente, organizam assim a ideia de tempo, determinando fases, etapas a serem cumpridas, em um processo que tem um caminho pré-delimitado, com etapas fechadas.

O autor afirma que:

A colocação em 'série' das atividades sucessivas permite todo um investimento da duração pelo poder: possibilidade de um controle detalhado e de uma intervenção pontual (de diferenciação, de correção, de castigo, de eliminação) a cada momento do tempo; possibilidade de caracterizar, portanto de utilizar os indivíduos de acordo com o nível que tem a série que percorrem; possibilidade de acumular o tempo e a atividade, de encontrá-los totalizados e utilizáveis num resultado último, que é a capacidade final de um indivíduo. Recolhem-se a dispersão temporal para lucrar com isso e se conserva o domínio de uma duração que escapa. O poder se articula diretamente sobre o tempo; realiza o controle dele e garante a sua utilização (2014b, p. 157).

A prisão enquanto instrumento disciplinar permite esse controle do tempo e das forças acima referido. No caso de adolescentes, são corpos que precisam se tornar úteis para a sociedade. Nas medidas socioeducativas são inseridos em trabalhos e engajados em formação profissional pra que trabalhem, virem mão de obra operária. Não se espera mais que isso com o tipo de curso que é ofertado. Tendo um trabalho ou estando na escola ou na prisão é possível “ver” esse sujeito, controla-lo de alguma forma. É necessário que ele ocupe esses espaços disciplinares, que seja submetido a essas técnicas, a esse poder, que ninguém pode escapar para adaptá-los a um ideal de normalidade através de instrumentos específicos de controle.

Esses instrumentos, segundo Foucault (2014b), que o poder disciplinar utiliza para o adestramento dos corpos, são a vigilância hierárquica, a sanção normalizadora e o exame. Esses instrumentos são facilmente percebidos nas situações por onde circulam os adolescentes, tendo ou não cometido atos infracionais. As disciplinas que se encarregam de produzir um saber sobre esse grupo (seja no âmbito jurídico, mais especificamente abordado na próxima sessão ou seja na psicologia do desenvolvimento) produzem um olhar e uma forma de estudar, extrair e produzir saberes e sujeitos normatizados.

O olhar vigilante, como forma de exercer efeitos de poder, ao mesmo tempo em que expõe aqueles a quem se destina os mecanismo coercitivos, é indispensável nesse modelo disciplinar que se propõe econômico, com o mínimo custo e máximo efeito, pois permite que aquele a quem se vigia se sinta exposto a todo momento (se comportando conforme o esperado), sem, necessariamente, sê-lo. Já a sanção normalizadora se refere

ao mecanismo punitivo no poder disciplinar, o qual funciona através de cinco operações, a saber, reunião de comportamentos, atos, desempenhos similares em um conjunto, em que há uma comparação de seus elementos, baseada em uma regra. Diferenciação de uns indivíduos dos outros em função dessa regra. Hierarquização dessas diferenças em termos de valor, capacidade. Imposição de uma necessidade de conformação em função desses valores ressaltados. Por fim, há a delimitação as diferenças que configuram a fronteira do anormal (FOUCAULT, 2014b).

Esses efeitos que a sanção normalizadora opera em vistas a distinção entre o normal e o anormal serão utilizados pelo judiciário enquanto uma forma de expansão de seu poder, que se estende do julgamento do crime para o julgamento das pessoas. Isso vai se tornando possível pela inserção do exame, enquanto técnica disciplinar.

O exame se refere a combinação das duas técnicas explicitadas, o olhar hierárquico e a sanção normalizadora, através das quais é possível qualificar, classificar e punir, unindo a formação de um certo tipo de saber a um certo exercício de poder. A utilização do exame inverte a economia da visibilidade no exercício do poder. Antes, com a soberania, a visibilidade estava no rei e no seu poder. O poder disciplinar é invisível, é o seu alvo que recebe destaque. A constante visibilidade dos “súditos” é que garante a eficácia do poder, podendo exercê-lo nos níveis mais baixos (FOUCAULT, 2014b).

O acúmulo de documentação sobre os indivíduos também se deve ao exame. E esses documentos são organizados, comparados, sendo possível tanto a constituição de um indivíduo enquanto objeto descritível, quanto a formação de um sistema de comparação com amparo nos dados coletados. E com esses dados, cada indivíduo vira um “caso”, termo que antes designava na jurisprudência as circunstâncias de um ato, passa a se referir características do indivíduo. Os procedimentos de individualização no tempo da soberania eram “ascendentes”, quanto mais uma pessoa era importante, mais se individualizava-se por rituais, cerimônias. Com o regime disciplinar, pelo contrário, quanto mais anônimo se torna o poder, mais individualiza-se, através de fiscalizações e comparações (FOUCAULT, 2014b).

As discussões aqui apresentadas quanto ao poder disciplinar e sua forma de atuação nos corpos nos servirá para a compreensão do local ocupado pelo menor de dezoito anos na legislação penal brasileira, a importância dada ao trabalho e como a normalização do judiciário, pela inserção do exame médico-legal, além de estender seu campo de atuação, também possibilitou um novo modo de olhar para o criminoso, como

um anormal, o que reverbera também no adolescente infrator, firmando a necessidade de educação para melhor adaptá-lo.

### **1.3 Legislação Penal Brasileira e o discurso do anormal**

Desde o primeiro código penal brasileiro, o Código Criminal do Império de 1830, a idade do criminoso é utilizada como critério de julgamento da pena. O Código de 1830 versa em seu artigo 10 que os menores de 14 anos de idade não são considerados criminosos. Contudo, logo após, no artigo 13, é colocada a questão do agir com discernimento como critério para que esse menor seja recolhido às casas de correção, por tempo determinado pelo juiz, desde que não exceda a idade de dezessete anos (BRASIL, 1830).

No Código Criminal do Império pode-se notar entre os fatores atenuantes da pena ser menor de 21 anos e não ter total conhecimento do mal e intenção direta de o praticar. Aos menores de 21 anos, juntamente com os maiores de sessenta, também não pode ser atribuída a Pena de Galés<sup>22</sup>. Para os delinquentes entre quatorze e dezessete anos era possível, a critério do juiz, ser aplicada a pena de cumplicidade<sup>23</sup>.

O artigo 10 do referido Código Penal, que, dentre outros casos, designa os loucos como inimputáveis, é analisado pelo jurista Tobias Barreto – em 1886 e reeditado em 2003 –, o qual discorda quanto à junção na mesma categoria de sujeitos irresponsáveis que não podem ser reduzidos a um denominador comum, que ele chamou de normalidade mental. Barreto (2003) acredita que a ideia de criminoso é sustentada por uma “psicologia de pobre”, a qual reduz a três ou quatro conceitos, pouco discutidos e analisados, toda a despesa filosófica do Código. Os conceitos são: vontade, má fé e discernimento, excluindo o momento da liberdade, entendida como uma máxima da ordem social. Assim, a psicologia criminal, segundo o autor, parte do princípio de que o homem, em determinado momento da vida, estabelecido por lei, tem capacidade para entender o valor jurídico de seus atos e agir livremente. A imputabilidade é, então, condicionada a duas características, a saber, conhecimento da ilegalidade da ação executada e o agente poder, por si só, deliberar-se a praticá-la, comissivamente ou omissivamente.

---

<sup>22</sup> Espécie de antiga sanção criminal. O Código Criminal de 1830 adotou-a, determinando, no artigo 44, os réus a andarem com calceta no pé e corrente de ferro, juntos ou separados, e a empregarem-se nos trabalhos públicos da província onde ocorrera o delito, à disposição do governo. Disponível em <<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/294480/pena-de-gales>>.

<sup>23</sup> Art. 35. A complicidade (sic) será punida com as penas da tentativa; e a complicidade (sic) da tentativa com as mesmas penas desta, menos a terça parte, conforme a regra estabelecida no artigo antecedente. (Código Criminal do Império do Brasil, Lei de 16 de dezembro de 1830).

Barreto (2003, p. 11) discorda da ideia de uma imputabilidade absoluta e, ao definir o direito como “o processo de adaptação das ações humanas à ordem pública, ao bem-estar da comunhão política, ao desenvolvimento geral da sociedade”, entende a imputação penal como a condição de agir de acordo com o direito, ou seja, de adaptação livre às normas sociais, expressas na lei. Desse modo, o criminoso é um espírito, que no exercício regular de suas ações, é atravessado por quatro momentos de evolução individual, a saber, “consciência de si mesmo”, “consciência do mundo externo”, “consciência do dever” e “consciência do direito”. O autor distingue ainda o que seria uma irresponsabilidade por perturbação do espírito, englobada na perda dos dois primeiros tipos de consciência (da normalidade mental) e a inimputabilidade dos de tenra idade ou não totalmente desenvolvidos, que estaria mais relacionada com as duas últimas formas de consciência.

A fixação de uma idade a partir da qual se começa a imputabilidade é, segundo Barreto (2003), comum em muitos países, embora as vantagens e desvantagens de tal fixação não seja um consenso entre os criminalistas. Para o autor, contudo, os males que a determinação de uma idade podem causar são ultrapassados pelas possíveis consequências de uma avaliação baseada somente na má fé pueril. O jurista, apoiando o proposto por Kitka, acredita que deva ser tomada a mais alta idade possível, para que não se corra o risco de ter indivíduos acima dela que não tenham atingido o discernimento necessário para a imputação penal.

Barreto (2003) admite a influência francesa na elaboração o Código de 1830, contudo, quanto à idade de imputação (na França era 16 anos), o código brasileiro resolveu se diferenciar, apesar de utilizar a noção de discernimento também presente no Código Penal francês. A comparação entre esses e outros países, para o autor, deve levar em consideração os contextos de cada país que não podem ser equiparados a ponto de justificar idades penais similares. A Itália, por exemplo, pela sua qualidade de ensino, teria, conforme o jurista, mais condições de exigir uma consciência de direito de crianças menores do que o Brasil teria dos maiores de 14 anos.

Nota-se que as afirmações do jurista, quanto a definição de direito enquanto um processo de adaptação para o desenvolvimento da sociedade e de que o ensino de um país se relaciona com a consciência de direito das crianças, associam a educação da criança e sua adaptação com o desenvolvimento da sociedade e de um país, levando a entender que o comportamento dos indivíduos influencia diretamente o *status* de uma nação.

Desde o século XIX, quando se iniciaram as estatísticas criminais em São Paulo, o menor de idade esteve presente. A preocupação dos juristas e legisladores com a situação social da época o levaram a elaborar um Novo Código Penal, em 1890, em substituição daquele do regime anterior, de 1830 (SANTOS, 2000).

O Código Penal de 1890, o Código Penal da República, trouxe algumas novidades quanto ao julgamento dos menores. Similarmente ao código anterior, aqueles que não agem com intenção criminosa não podem ser punidos. Não o são também os menores de 9 anos completos e aqueles que, tendo entre nove e quatorze anos, ajam sem discernimento. Já os que tivessem operado com discernimento deveriam ser encaminhados aos estabelecimentos disciplinares industriais, pelo tempo que o juiz determinar, não excedendo a idade de 17 anos. O delinquente ser menor de 21 anos continua sendo fator atenuante e a pena de cumplicidade para os maiores de 14 e menores de 17 anos passa a ser obrigatória.

Dentre as penas impostas pelo Código Penal da República figura-se a pena de prisão disciplinar, a ser cumprida em estabelecimentos industriais especiais por menores de idade até o prazo máximo de 21 anos. Aplica-se essa pena também aos maiores de 14 anos que se encontrem em situação de vadiagem.<sup>24</sup>

A noção de discernimento que estava presente nos dois códigos era alvo de bastante discussão nos tribunais. Familiares e advogados de defesa sempre tentavam provar a incapacidade mental dos seus protegidos na tentativa de livrá-los da prisão. Uma das definições mais correntes, segundo o autor, classifica o discernimento como uma natureza de juízo, que coloca o indivíduo em condição de apreciar com retidão e critério, as suas próprias ações (SANTOS, 2000).

As mudanças observadas no Código da República, sobretudo quanto a inserção de uma “punição disciplinar” vão revelando uma nova forma de lidar com o crime e os criminosos, que culminam no atual Código Penal (1940), e que se relacionam com a inserção do exame médico-legal no processo judiciário. Até então o trabalho é visto como regenerador moral, sua função ia além da produção econômica. O trabalho ensina disciplina, obediência, impõe valores de respeito, “ocupa a mente” dos presos.

---

<sup>24</sup> Da mesma forma que o menor na cidade de São Paulo era iniciado em atividades produtivas, também o era em atividades ilegais, geralmente transitando entre ambas, numa tentativa de sobrevivência nessa cidade que hostilizava as classes populares. A criminalidade infantil era quase sempre associada ao crime de “vadiagem”, em que juntamente com adultos que não conseguiam se encaixar na lógica produtiva, eram recolhidos das ruas (SANTOS, 2000).



Mas, afinal de contas, quem é capaz de julgar se um indivíduo pode ou não discernir? Quem pode julgar se um indivíduo pode ser responsabilizado pelo seus atos e se essa responsabilização surtirá algum efeito? É a relação da medicina com o judiciário, que fará com que a técnica disciplinar do exame se insira nos processos penais para tentar responder a questões como essas e também fazer com que o direito de punir se estenda pra outras áreas da vida dos indivíduos.

Foucault (2014a) se propõe a analisar esse ponto de encontro entre o saber médico e o judiciário, em que discursos com estatuto de verdade são criados, apesar de curiosamente serem alheios tanto às regras da psiquiatria como do direito. No final do século XVII, a psiquiatria associa ao delito alguns objetos como as noções de “imaturidade psicológica”, “personalidade pouco estruturada”, “má apreciação do real” com o objetivo de constituir a infração como algo individual e acaba ainda por deslocar o nível de realidade da infração, pois ninguém é punido por ser desequilibrado, isso não é uma infração à lei. O que essas condutas infringem é um nível de desenvolvimento ótimo ou um critério de realidade. São infrações morais e éticas.

O que se configura como mais grave nesse deslocamento é que passa-se a punir, com o exame psiquiátrico, não mais seu ato, mas condutas irregulares, possíveis causas, a origem do crime. A função do exame psiquiátrico, segundo Foucault (2014a), é estender o poder de punir para além da infração. Com esse exame é possível reconstituir o que Foucault chama de “faltas sem infração”, comportamentos que não são puníveis por lei, mas estão associados ao ato, mostrando como o indivíduo já dava indícios de seu crime. Resgata-se todas os pequenos defeitos e erros para mostrar como o indivíduo criminoso se assemelha a seu crime.

Outro papel do exame psiquiátrico, proposto por Foucault (2014a), é a constituição de um médico que é também juiz. Ele vai instruir o processo, não em termos de responsabilidade jurídica, pois não é mais disso que se fala, mas de culpa real. E o juiz vai poder se dar ao luxo de julgar outra coisa que não a infração, podendo impor medidas corretivas, de readaptação ou de reinserção, transformando o ofício de punir no ofício de curar.

Como veremos posteriormente, as leis que se propõem a tratar das infrações dos adolescentes sempre recorrem ao caráter de responsabilização associado a uma reinserção social, através de medidas, ditas protetivas, que garantam que o ato infracional não se repita e, em um primeiro momento, não ocorra. Se não é o ato em si que é punido, se a proteção vem antes de um ato ocorrer, o que é que se pune então? O que nos permite dizer

que determinado grupo é vulnerável ou um grupo de risco? Veremos, mais adiante, como as atuais concepções sobre infância e juventude e o papel que lhe é imposto como responsável pelo desenvolvimento de um país, se relacionam com essa necessidade de proteção generalizada.

Em 1832 com a adoção das circunstancias atenuantes no Código Penal Francês, também presentes nas leis aqui mencionadas, foi possível se ter condenações que não se restringiam a análise da situação mesma do crime, mas com o diagnóstico do criminoso, tecendo-se um *continuum* médico-judiciário. O duplo médico-judiciário vai se desdobrar em instituições que nem respondem à doença, se não seriam somente terapêuticas, nem ao crime, porque bastaria que fossem instituições punitivas. Esse *continuum* responde ao perigo. E se desdobra em um discurso do medo e discurso da moralização.

Em 1871, a publicação *L'Uomo delinquente*, de Cesare Lombroso, marca a fundação da criminologia. Contudo, de acordo com Rauter (2003), o Brasil não teve somente influências externas dessa ciência. A implantação da medicina social<sup>25</sup>, desde o começo do século XIX, acabou por se estender às prisões em busca de melhor condições de higiene. Esse processo de medicalização, enquanto dispositivo disciplinar, ao se inserir nas prisões, vai tornando mais forte a relação entre doença e crime, além de possibilitar uma reorganização do espaço da prisão. É a disciplinarização das prisões e do espaço social que cria bases para o surgimento da criminologia no Brasil. Rauter (2003) chama esse momento inicial da criminologia de “momento de observação dos cárceres”. Nessa fase se constitui um saber sobre o criminoso, concebendo-o como anormal. O olhar do criminólogo positivista procurará ver o que diferencia o criminoso do homem normal.

A discussão sobre o “louco-criminoso” que tem a criminologia e a psiquiatria como pano de fundo, com uma disciplinarização através do modelo médico, se

---

<sup>25</sup> Há menções de Medicina Social desde o século XVIII. Na Alemanha, Inglaterra e França já desenvolviam-se modelos institucionalizados de medidas sociais relacionadas à saúde, de acordo com as necessidades de cada lugar. A Medicina Social surgiu através das necessidades que ligam ações sanitárias como desinfecção urbana, atendimento da população de baixa renda, regulamentação de residências e centros urbanos, controle higiênico em prisões, hospitais e outros lugares públicos, à ações onde haveria uma maior possibilidade de saúde, organização, conforto, arborização, enfim, modificações que objetivavam um mais harmonioso e inteligente desenvolvimento urbano. Com todas essas ações a Medicina Social buscava construir uma saúde urbana mais centrada em objetivos e resultados que levariam à cidades mais limpas, organizadas, com ações de higiene e sanitárias, que consequentemente teriam uma população mais saudável e socialmente mais bem vista. Disponível em: < <http://www.infoescola.com/saude/medicina-social/>>. Já Foucault aposta na hipótese de que o capitalismo ao invés de ter transformado a medicina coletiva em privada, fez exatamente o contrário. Ocorreu a socialização da medicina, pois o corpo tornou-se força de produção, força de trabalho, existindo o interesse, com isso, de controlar a sociedade através do indivíduo, investindo-se primeiro no âmbito biológico, somático e corporal, para só adiante controlar as consciências e ideologias (FOUCAULT, 1989).

configuram como relações de poder que também permeiam o menor infrator, relações disciplinares, que buscam através do exame, traçar os limites de normalidade e aumentar o estudo individual do “desviante”. Dessa forma, nessa pesquisa os acontecimentos que marcaram a história do louco no sistema penal são expostos, pois, como ele, mas com diversas variações, o menor também vem se caracterizando como uma figura controversa no sistema penal.

De acordo com Rauter (2003), Lombroso compreendia a anormalidade do criminoso por suas características físicas. Ele é um ser atávico. Como em um evolucionismo às avessas, o criminoso age como um homem primitivo em tempos modernos, com instintos bárbaros e ausência de sensibilidade física e moral. Sendo a anormalidade incurável e os anormais insensíveis à responsabilização, não há outro meio de lidar com o criminoso que não a sua exclusão ou a eliminação.

Além da observação das características físicas dos delinquentes, outra visão vinha se destacando, a saber, o estudo do comportamento, vícios e hábitos dos criminosos. Enrico Ferri<sup>26</sup> é mencionado pela autora como tendo descoberto o criminoso como um anormal moral. Segundo ele, os criminosos possuem características morais como insensibilidade, preguiça, vaidade, covardia, além de incapacidade para o amor e exagerado apetite sexual, entre outras (RAUTER, 2003).

A mudança dos tipos de crime, iniciada no século XVIII e que prossegue até o século XIX, contextualizam a inserção de fatores “sociais” ou “morais” no estudo do criminoso. Segundo Perrot (2001), o Cômputo<sup>27</sup> já mostrava um aumento dos roubos no segundo império francês (1852-1870), sendo inclusive ultrapassado pelos crimes “astuciosos”, que seriam as fraudes. Foucault (2014) entende que essa passagem de crimes violentos para crimes fraudulentos é percebida durante o decorrer do século XVIII e se configura em um mecanismo complexo, em que juntamente com o aumento das

---

<sup>26</sup> Enrico Ferri nasceu em San Benedetto Po, Itália, em 25 de fevereiro de 1856. Formou-se em direito na Universidade de Bolonha em 1877 e publicou a tese sobre *L'imputabilità umana e la negazione del libero arbitrio* (1879; A imputabilidade humana e a negação do livre arbítrio). Ao negar o livre arbítrio e sua consequência, a responsabilidade moral, Ferri deslocou o problema do crime para o estudo do criminoso. Definiu crime como fenômeno originado por fatores antropológicos e sociais. Em 1881 publicou *Sociologia criminale*, em que aplica a filosofia positivista ao campo da criminologia. Disponível em <<http://www.biomania.com.br/bio/?pg=artigo&cod=2092>>.

<sup>27</sup> O Cômputo Geral da Justiça Penal era um documento que passou a ser anual a partir de 1825 e, segundo a autora, fundamentou todos os estudos criminológicos. Baseado nos ideais iluministas, o Cômputo se dividia em duas partes, discorrendo sobre a situação geral da criminalidade e apresentando quadros sobre os fatos criminais daquele ano. Os crimes e delitos era acompanhados por três partes, que constavam dados sobre os acusados, chegando a cruzar características dos acusados e tipos de delitos; sobre os reincidentes; sobre o funcionamento da justiça (PERROT, 2001).

riquezas e valorização da propriedade, percebe-se maior rigor nos métodos de vigilância e policiamento, utilizando-se técnicas mais diretivas de apuração dos fatos. Desse modo, o autor conclui que as mudanças nas práticas ilegais se relacionam com a ampliação e ajuste das práticas punitivas.

Da mesma maneira que Lombroso, Ferri, segundo Rauter (2003), acredita que essa anormalidade moral se deva a um excesso instintivo devido a um retorno ao estado selvagem, primitivo, hereditariamente determinado. Contudo, a manifestação desse atavismo vai além da superfície física, agora pode ser observado nos comportamentos, ampliando ainda mais o alcance de estudo da criminologia positivista. As diferenças sociais são vistas como provenientes da evolução natural. Assim, uma classe é inferior porque não evoluiu totalmente, enquanto outra é superior porque “naturalmente” teve maior êxito nesse processo. É possível perceber com as afirmações de Lombroso e Ferri remetem a uma organização do tempo tal qual imposta pelas disciplinas, um tempo evolutivo, em que os mais adaptados obtêm êxito em detrimento dos outros. Mais uma das facetas do processo de normalização, que põe em circulação discursos de verdade.

Com a consolidação da psiquiatria, se busca definir os psiquiatras como únicos capazes de apontar para a justiça “o grau em que a capacidade de discernimento do criminoso está afetada”. Nessa medicalização da lei, o psiquiatra vai ganhando o espaço de um juiz, e essa disputa de poder entre justiça e psiquiatra se aprofunda no final do século XIX e início do século XX, sobretudo quanto à competência da psiquiatria frente ao louco-criminoso (RAUTER, 2003).

Essa reclamação dos psiquiatras serve como início para uma série de reformas no final do século XIX e durante o século XX, como a necessidade de exame psiquiátrico para todos que passem por um tribunal de júri. Também a implantação de tribunais especiais, como os tribunais para menores, cuja informação dada ao juiz é sobretudo uma informação psicológica, social, médica. Desse modo, essa informação fala mais da vida, do contexto, da disciplina do indivíduo do que sobre o ato que ele cometeu (FOUCAULT, 2014a).

A ideia de anormalidade do criminoso se faz possível por esse ponto de encontro dos saberes medicina e do direito. O exame médico-legal se dirige, segundo Foucault (2014a), a algo que se insere entre esses dois domínios, que não é aos doentes ou delinquentes, mas sim, ao campo da gradação do normal ao anormal. A questão da anormalidade. Daí, essa relação diz respeito a um tipo de poder que não é o médico nem o jurídico, mas o poder de normalização. O exame, técnica disciplinar, permite uma

prática que diz respeito aos anormais, em que intervém um poder de normalização e que aos poucos, por sua força e efeitos de junção proporcionados a esses dois saberes, vai fazer com que os dois se constituam enquanto controle do anormal. São efeitos de normalização do poder disciplinar, enquanto um poder positivo e da norma enquanto técnica positiva de intervenção, que funda e legitima um exercício de poder, porque coloca um modelo ótimo a ser seguido e daí vai classificando as pessoas em torno dele. A modernidade instalou essa “disciplina-normalização.”

As questões impostas aos psiquiatras, como: “o indivíduo é recuperável? É perigoso? É sensível à pena?”, querem significar de fato que o objeto da sanção penal não é o sujeito de direito penalmente responsável, mas um elemento referente a uma técnica que envolve colocar de lado indivíduos perigosos e cuidar dos sensíveis à sanção penal em vistas a readaptá-lo. É uma técnica de normalização que vai se ocupar desse indivíduo delinquente. Essa mudança de um sujeito juridicamente responsável pelo elemento da normalização é o grande feito da inserção do exame psiquiátrico na justiça e é sua formação que Foucault pretende estudar através desse conceito de anormalidade (FOUCAULT, 2014a).

O domínio da anomalia a partir do século XVIII, em articulação com o século XIX, vai se construir em torno de três figuras, a saber, o monstro, o incorrigível e o masturbador. O monstro é um noção jurídica de alguém que viola as leis do direito e da natureza. O problema de todo o século XIX é encontrar a monstruosidade por trás de qualquer conduta criminosa. O indivíduo a ser corrigido é restrito a família e é o esboço do anormal no século XIX. E o masturbador se restringe a seu quarto e cama, também sendo intervencionado pela pedagogia. Da reunião dessas três figuras surgirá o anormal (FOUCAULT, 2014a).

A monstruosidade, conforme também exposto por Rauter (2003), com o tempo vai se deslocando de um tipo biológico, como o hermafroditismo, saindo de uma natureza para o comportamento. Saindo-se de uma anormalidade jurídico-natural para jurídico-moral. É uma monstruosidade da conduta. É o que se faz com a anormalidade, mas não a anormalidade em si. A infração não é mais a aberração da natureza em si mesmo, mas ela remete enquanto origem, causa a essa aberração. Desse modo, é possível perceber que, nos séculos XVII – XVIII, a monstruosidade trazia em si um indicio de criminalidade. A partir do século XIX, há uma inversão dessa relação em que toda infração terá uma suspeita de monstruosidade, todo criminoso pode ter algo de monstruoso (FOUCAULT, 2014a).

Com a Reforma Penal e com o poder disciplinar e a constante vigilância, que coíbe o crime de acontecer, há uma nova economia de poder que busca punir na exata medida para que ele não volte a ocorrer. Essa unidade de medida é chamada de interesse ou razão do crime, que seria o princípio da existência do crime, de sua frequência, se tornando o foco do exame. O criminoso é aquele, que agindo somente conforme seu interesse, rompe com o pacto social, retornando ao estado natural (FOUCAULT, 2014a).

Ao mesmo tempo que sua inteligibilidade, o interesse do crime é sua punibilidade. Antes só era necessário demonstrar demência. Agora é preciso haver uma justaposição das razões do crime com a racionalidade do sujeito do ato. O caso de Henriette Cornier<sup>28</sup>, citado pelo autor, questiona a psiquiatria que tem que lidar com um ato sem razão praticado por um sujeito dotado de razão (FOUCAULT, 2014a).

No caso da Henriette, os médicos utilizaram o termo “ato de delírio”, querendo se referir a um agente extraordinário que a impulsionou. Daí se insere a noção de instinto, que reinsere a psiquiatria não só o modelo médico mas também no biológico, e que permite julgar qualquer um como passível de cometer um crime (FOUCAULT, 2014a).

Com as tensões entre direito penal e psiquiatria quanto a suas áreas de competência, o Código Penal da República de 1890 não continha muitas inovações trazidas pela psiquiatria, não dando aos psiquiatras o poder de avaliação e constatação da loucura que eles reivindicavam. Esse novo código ainda prevê a família como destino do louco-criminoso, além do “hospital de alienados”, e nomeia loucura como “afecção mental”. O que os psiquiatras querem demonstrar nesse momento, segundo Rauter (2003), é que há inúmeros casos de inimputabilidade e que os loucos não necessariamente estão privados de seus sentidos e inteligência. Existem formas morais de loucura, que preservam a integridade do eu além dos estados de inconsciência temporária, entre outros. Assim, a principal contribuição da psiquiatria no período do Código Penal de 1890 é mostrar que não se deve levar a relação entre loucura e criminalidade de modo extremista: os loucos vão para o hospício e os criminosos, para a prisão. É necessário entender que entre a liberdade volitiva e sua ausência, há estados limítrofes, ideia similar à de Barreto (2003), ao se mostrar contrário a uma imputabilidade absoluta.

---

<sup>28</sup> Uma mulher, que, tendo abandonado os filhos, trabalha como empregada doméstica para famílias de Paris. Henriette se oferece para cuidar da filha da vizinha, um bebê de 18 meses, cortando o pescoço da criança com um facão que já havia preparado. Quando perguntada o porquê de ter feito isso, Henriette responde que “foi uma ideia” (FOUCAULT, 2014a).

O destino institucional desses criminosos que têm sua responsabilidade questionada por uma patologia mental ainda é incerto, pois o judiciário não quer transferi-lo para as mãos da psiquiatria. Daí a criminologia tenta capacitar o judiciário a lidar com esses casos, em que se busque subsídios na psiquiatria, mas que não dependa totalmente dela. Dentre as entidades nosológicas relacionadas ao crime, a figura do psicopata ganha maior destaque, sendo o diagnóstico perfeito para unir judiciário e psiquiatria. Patologizar a desobediência às leis, colocando o psicopata como um louco lúcido, cuja patologia consiste numa espécie de opção criminosa, reforça a necessidade de proteger a sociedade desse grupo, além de permitir conceber qualquer tipo de contestação ao Estado como doências (RAUTER, 2003).

Com a ideia de instinto e sobretudo por outros três processos, a psiquiatria se generalizou no sistema judiciário. Primeiramente, um processo administrativo que era a internação *ex officio*, prevista pela lei de 1838, e que permitia a internação de um alienado em um hospital psiquiátrico. Os exames de estado mental não eram obrigatórios no caso de ser um pedido de ordem prefetoral. Com esse novo ato, a psiquiatria passa a ter que responder sobre a perturbação da ordem e ameaça a segurança pública. O médico não tem que atestar mais sobre a incapacidade ao nível da consciência, mas sim quanto aos perigos e comportamentos. Outro processo que permitiu a generalização da psiquiatria é a reorganização do requerimento familiar. Agora com o *ex officio*, a família também pode fazer esse requerimento, o que a coloca também como foco de análise da psiquiatria. O terceiro processo remete a um conteúdo político, cuja explicitação ultrapassa os objetivos dessa pesquisa (FOUCAULT, 2014a).

A generalização da psiquiatria, ou melhor, desse poder de normalização, em que há uma intervenção da ciência psiquiátrica para responder a internação e não o contrário, internar porque possui alguma razão para isso, pensando nas práticas de internação largamente empregadas aos adolescentes infratores, contrárias a todas as recomendações das legislações específicas, podemos vê-las como um tipo de controle que transcende o ato em si. Por seus comportamentos, que podem ser considerados infrações ou não, agora já não mais importa, esses adolescentes perturbam a ordem social, são considerados perigosos e é preciso retirá-los de circulação.

Outro ponto importante nesse desvio da penalidade como defesa da sociedade geral para o controle do indivíduo é a noção de periculosidade, proveniente da criminologia no final do século XIX. Essa noção implica no reconhecimento do indivíduo pela sociedade no nível de suas virtualidades e não de seus atos. Desse modo,

desenvolveu-se em torno da instituição judiciária, em vistas de ajudar no controle dos indivíduos, uma enorme série de instituições que vão enquadrá-los durante sua existência, a saber, a escola, o hospital, o asilo, a polícia, dentre outros. Foucault (2002) conclui, assim, que entramos em um novo tipo de sociedade, chamada por ele de sociedade disciplinar em diferenciação à sociedade penal anterior.

Nesse sentido, a teoria da degeneração remete à necessidade de cuidados individuais no controle da criminalidade. Ao vincular fatores sociais e doença mental, na passagem do século XIX para o século XX, essa teoria encontrava no doente mental um degenerado, com causas hereditárias, presentes sobretudo nas classes pobres e nas chamadas “raças inferiores”, expressão do racismo contra os negros. Com o tempo, a doença mental vai passando a ser vista como a interação entre fatores hereditários e causas ambientais. Esses fatores aparecem como uma predisposição para a doença, a qual se manifestará somente com a colaboração de fatores externos, na maioria das vezes identificados como associados à pobreza, como a subnutrição, desagregação familiar e moral, entre outros (RAUTER, 2003).

Essa teoria também foi um fator para que a psiquiatria pudesse ser vista como um saber médico, já que antes era um ramo da higiene pública, segundo Foucault (2014a). A codificação da loucura como doença e, então, como perigosa foi possível com a noção de degenerescência, que operava um o recorte de uma certa zona de perigo social ao mesmo tempo em que qualifica-a como doença. Para se configurar como um saber médico, a psiquiatria precisa mostrar sua particularidade enquanto ciência, é preciso se mostrar capaz de perceber perigos onde ninguém enxerga. Com a ideia de crime sem razão e da associação do perigo à loucura, a psiquiatria conseguiu se firmar como uma ciência que é capaz de intervir nesses casos, é capaz de prevêê-los, entendê-los, reconhecendo a doença que os acomete (FOUCAULT, 2014a).

Trazendo para a realidade brasileira, essa discussão sobre a degeneração moral conseguiu achar suporte nos costumes brasileiros como o carnaval, sambas, cangaceiros nordestinos e miscigenação, que são vistos como indícios de fraco controle moral, além de preguiça para o trabalho, desrespeito a autoridades e tendência ao crime (RAUTER, 2003).

O combate ao crime para a psiquiatria tem que ser pleno ao englobar tanto o diagnóstico e tratamento da patologia mental, quanto uma política de higiene sobre as famílias, vigiando seus hábitos e costumes, etc. O discurso criminológico que precede a elaboração do Código Penal de 1940 é permeado pela relação entre pobreza e



desorganização social, já levantada pela ideia de degeneração, optando pela via repressiva de cunho policial e judicial para lidar com esse quadro (RAUTER, 2003).

Apesar da pobreza, no discurso criminológico sobre a anormalidade social, ser vista como causadora da criminalidade, essa relação não se dá pela via da falta de recursos financeiros/ delitos contra a propriedade. A pobreza é entendida como consequência de atributos morais ou mentais de um grupo da sociedade, sendo o mais relevante a incapacidade para o trabalho. A vadiagem, assim, antes de ser um crime, é objeto da medicina, pois representa um estilo de vida incompatível com a vida social, que caracteriza a pobreza e, por fim, a prática de crimes. A proposta de transformação social da criminologia impõe uma mudança de hábitos de vida, para a qual se faz necessário a administração e tutela da miséria (RAUTER, 2003).

Nesse contexto, o trabalho é compreendido como o meio mais importante para a recuperação do delinquente. As prisões se configuram como oficinas, tendo o trabalho a função de incrustar a obediência e disciplina nos criminosos, combatendo o ócio. Desse modo, as colônias agrícolas correccionais cumprem esse função, ao representarem espaços similares a uma fábrica-hospital-escola para tratar os vadios. Essas instituições, além dos vadios, poderiam receber trabalhadores livres desempregados (RAUTER, 2003).

Assim, o caráter patológico da vadiagem, as propriedades curativas do trabalho, a miséria como fonte de criminalidade se configuram como requisitos suficientes para que as estratégias de intervenção do Estado na pobreza pudessem ser justificadas. O judiciário, assim, modifica as características de suas ações, que passam a ser vistas como terapêuticas, através do controle dos miseráveis, opositores em potencial (RAUTER, 2003).

Nesse contexto, o Código Penal de 1940 (Decreto-lei nº 2.848) deixa claro em seu artigo 23 que os menores de dezoito anos não são penalmente responsáveis, ficando sujeitos às penas determinadas em legislação especial (no caso, o Código de Menores de 1927). Discorre, contudo, sobre o menor de 21 anos, que sempre terá atenuação da pena e sobre aqueles que possuam um desenvolvimento mental incompleto ou retardado, podendo ficar isento da pena ou podendo reduzi-la de um a dois terços.

Esse Código Penal, segundo Rauter (2003), é tido como o primeiro do Brasil a incorporar o discurso da criminologia, que vinha se expandindo ao longo de quatro décadas a partir do final do século XIX. O processo de disciplinarização que se generaliza na sociedade, através de dispositivos como escola, hospital, também ocorre no Judiciário, sem, contudo, perder seu caráter repressivo.

O discurso da “criminalidade crescente” se fez presente desde os primórdios da criminologia e tem servido para descontextualizar a oposição à lei, aos sistemas capitalista e de propriedade, autorizando as práticas de “combate ao crime”, vistas como desvinculadas do sistema de dominação social. Assim, o aumento de penalidades, que antes poderiam ser entendidas como arbitrárias, com a criminologia passam a ser justificadas como apolíticas, neutras, porque científicas (RAUTER, 2003).

Duas inovações decorridas do desenvolvimento da criminologia são trazidas no Código Penal de 1940, o Novo Código, a saber: a noção de periculosidade para julgamento da pena e as medidas de segurança. Estas deveriam ser cumpridas em instituição especial, um intermédio entre prisão e hospital, designada Casas de Custódia e Tratamento. Contudo, tal estabelecimento não existia no Brasil, o que proporcionava a execução de medidas arbitrárias (RAUTER, 2003).

As medidas de segurança se baseavam em um julgamento que levava mais em consideração a personalidade do criminoso do que seu ato de transgressão. Assim, a anormalidade do delinquente revelava sua periculosidade, critério definido no artigo 77 do Código<sup>29</sup>, que não sendo um diagnóstico psiquiátrico, poderia englobar tantos os doentes mentais, como os reincidentes e os que o juiz julgasse como tal. O Novo Código incorpora a ideia de graus variados de responsabilidade, o que permite conciliar penas rígidas com as medidas de segurança (RAUTER, 2003).

É preciso ressaltar que, com Lei nº 7. 210, de 11 de Julho de 1984, que institui a Lei de Execução Penal, foi inserido o capítulo II, no título VI sobre a cessação da periculosidade. Essa cessação se condiciona ao exame das condições pessoais do agente, ao final do prazo mínimo da medida de segurança, atentando-se para a necessidade de ser enviado ao juiz, pela autoridade administrativa, com até um mês de antecedência do prazo mínimo da medida, relatório que o capacite na revogação ou permanência da medida. Esse relatório deve ser instruído com laudo psiquiátrico e serão ouvidas também, nessa ordem, Ministério Público e o curador ou defensor do indivíduo. Mesmo que não tenha se passado o prazo mínimo da duração da medida de segurança, o juiz pode, frente à requerimento fundamentado de Ministério Público ou do interessado, seu procurador ou defensor, ordenar que seja feito exame para atestar a cessação da periculosidade.

---

<sup>29</sup> Art. 77. Quando a periculosidade não é presumida por lei, deve ser reconhecido perigoso o indivíduo, se a sua personalidade e antecedentes, bem como os motivos e circunstâncias do crime autorizam a suposição de que venha ou torne a delinquir (Brasil, Decreto nº 2848, de 1940).

É preciso destacar também a ampliação do escopo de problematização em criminologia, diferente da discutida até aqui. Baratta (2002) expõe a criminologia crítica como uma vertente que se opõe a criminologia positivista. Segundo o autor, a criminologia crítica foi possível a partir de um movimento de duplo deslocamento: primeiramente, de um enfoque teórico do autor para condições objetivas, estruturais e funcionais, que se encontram na origem dos fenômenos de desvio; e, deslocamento do interesse pelas causas do desvio criminal para os mecanismos sociais por meio dos quais as concepções de desvio e criminalidade são criadas e impostas, e como se realiza o processo de criminalização.

Há assim, uma ampliação de uma análise biopsicológica, da criminologia positivista, para uma perspectiva macrosociológica, na qual a criminologia crítica historiciza a realidade do desvio. A criminalidade, para essa perspectiva, é entendida como um status atribuído a certos indivíduos, por meio de uma dupla seleção, a saber, dos bens protegidos penalmente e do que põe risco a esses bens; e seleção dos indivíduos estigmatizados entre todos os que realizam infrações penais (BARATTA, 2002).

Muitas das práticas que observamos hoje, contudo, parecem ainda utilizar-se da criminologia positivista, por focar em comportamentos individuais de risco e na normalização dos mesmos. Os processos disciplinares normativos foram o foco desse tópico, por acreditar que a partir dele, com a configuração do anormal, o adolescente infrator recebe determinado status e tratamento.

Mais um ponto importante de discussão na relação entre medicina e direito, e que se relaciona diretamente com a nossa pesquisa e com o capítulo que se segue, diz respeito à mudança do ponto de vista da psiquiatria com relação à infância. No caso de Henriette, citado por Foucault (2014a), é destacado seu ato repentino e sem razão, aparentemente, o que demonstra uma descontinuidade com a personalidade, o que permitia a psiquiatrização desse ato, entendido como instintivo.

No caso de Charles Jouy<sup>30</sup>, outro caso analisado pelo autor, o que se observa é uma continuidade, são estigmas permanentes que permitem a psiquiatrização do caso Jouy. O tipo de psiquiatria presente no caso de Charles é a psiquiatria de um estado permanente. Com a infância, segundo Foucault, foi possível uma generalização da psiquiatria, pois ao identificar que comportamentos presentes na infância podem se

---

<sup>30</sup> Um trabalhador rural, denunciado ao prefeito da aldeia pelos pais de uma menina, que ele teria violentado em troca de algumas moedas, não sabendo-se detalhes do ocorrido. Anteriormente, a garota, Sophie Adam já havia masturbado Jouy no mato na presença de outra amiga (FOUCAULT, 2014a).

associar a condutas criminosas, há que se ter muita atenção a essa fase. Do mesmo modo que é necessário a ter com o adulto, na tentativa de identificar o que de infantil permanece nele. A conduta da criança pode se reproduzir na do adulto, assim, todas as condutas são psiquiatrizáveis em busca de fatores que possam demonstrar comportamentos não adaptativos e/ou criminosos (FOUCAULT, 2014a).

O caminho feito pela psiquiatria não foi o do percurso do desenvolvimento até chegar a infância; foi uma limitação cada vez maior, revirando a infância, que a psiquiatria pôde controlar as condutas e também por um processo de despatologização das condutas, pois não só o que é patológico deve ser observado, mas todo os comportamentos. A psiquiatria passa a ter como campo de estudo e intervenção toda a vida humana, em busca de encontrar, o mais cedo possível, traços patológicos (FOUCAULT, 2014a).

No capítulo que segue, falaremos das formas de investimento na infância em busca de um adulto saudável, que ultrapassam um interesse verdadeiramente pela criança. Discutiremos também como as legislações específicas para esse grupo vão colocando os menores de dezoito anos em um lugar especial, de proteção e prioridade, mas que se amparam em um conceito, desenvolvimento, que remete a outras relações de poder além do “universo infantil”.

## **2 Crianças e adolescentes como sujeitos de direito: Legislação específica e movimentos sociais pró ECA**

Um argumento constante na PEC 171 é que o maior acesso à informação presente em 1993 garante uma mudança de mentalidade entre os menores de dezoito anos. As “mudanças que a cibernética trouxe”, interferem na formação das crianças e jovens, modificando seu desenvolvimento e o modo de enfrentar as situações da vida. Segundo seu texto, em 1993 era notável que “um menino de 12 anos compreende situações da vida que há algum tempo atrás um juvenzinho de 16 anos ou mais nem sonhava explicar”.

O documento sustenta ainda que a finalidade da PEC é dar ao adolescente consciência da sua participação social e do cumprimento da lei “como forma de obter a cidadania”. Assim, a redução da idade penal pretende “dar-lhes direitos e consequentemente responsabilidade e não puni-los ou mandá-los para cadeia.”

É afirmada, desse modo, uma ideia de contribuição ao adolescente, o qual poderá avaliar antes de cometer um ato infracional, ao saber dos riscos que corre. Esse é o momento propício para intervir com esses jovens, pois “nessa faixa de idade já estão sendo criados os fatores que marcam a identidade pessoal”. Caso não haja tal mudança na legislação, em alguns anos a preocupação com a criminalidade não se restringirá a eles, mas abarcará idades cada vez menores, diz a proposta de emenda.

A proposta utiliza, para finalizar o documento, uma versão da frase de Pitágoras<sup>31</sup> (embora afirme ser de Rui Barbosa) “vamos educar a criança para não termos que punir o adulto”, contestando que ela só serviria para “valorizar os que estão surgindo”. Àqueles que “fazem parte do quadro que aí está”, só resta ajuda-los a transformar suas vidas, o que é possível impedindo-os de iniciar ou continuar no crimes.

Nessa seção discutir-se-á a perspectiva de formação da legislação da infância e juventude que a PEC altera, direta ou indiretamente, a saber, a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Além dos movimentos sociais pró-constituente, a pesquisa remeterá à legislação internacional que influenciou a confecção do ECA e que veicula a ideia de participação social e cidadania dos menores de dezoito anos, termos também utilizados pelo texto da PEC. Expor-se-á também as leis anteriores de assistência social e Justiça de Menores, os Códigos de Menores de 1927 e de 1979, para obter um panorama mais ampliado da circulação de ideias e práticas da legislação específica das crianças e adolescentes.

---

<sup>31</sup> “Eduquem as crianças e não será necessário castigar os homens.”

## **2.1 Códigos de Menores: lei específica, antiga intervenção**

Em 1927 foi promulgada a primeira lei brasileira específica para menores de dezoito anos, o Decreto nº 17.943-A, ou Código de Menores. Segundo Aleixo (2012, p. 99), a proposta de substituição do Código Penal de 1890 para uma lei específica teve como motivação um discurso falso de aumento da criminalidade infanto-juvenil, reclamando, assim, novas ações do Estado para essa população. Esse momento de especialização, segundo a autora, partia da “necessidade de controle e dominação da infância pobre e inapta para o trabalho útil à Sociedade e ao Estado”.

O Código de Menores de 1927 versa sobre a consolidação das leis de assistência e proteção a menores. Em seu primeiro artigo já é definido a quem se dirige esse código: “o menor, de um ou outro sexo, abandonado ou delinquente, que tiver menos de 18 anos de idade (...)”. Na seção dos menores abandonados, o decreto ainda faz uma divisão entre menores abandonados, menores vadios e menores libertinos.

Quanto aos menores delinquentes, o código dispõe, em seu artigo nº 68, que os menores de 14 anos não se submeterão a processo penal, contudo se “o menor for abandonado, pervertido ou estiver em perigo de o ser”, ele será colocado em “asilo, casa de educação, escola de preservação” ou será confiado a pessoa idônea pelo tempo necessário a sua educação, não ultrapassando os 21 anos de idade (BRASIL, 1927).

Os menores delinquentes que tiverem entre 14 e 18 anos serão submetidos a processo especial e serão verificadas informações a respeito do seu estado “físico, mental, moral” bem como das condições econômicas, sociais e morais de seus familiares. Averiguado que não se trata de menor abandonado, pervertido ou em perigo de o ser, será recolhido a uma escola de reforma pelo prazo de um a cinco anos. Se tratando de menor abandonado, ficará nessa escola pelo tempo necessário a sua educação, no mínimo três e no máximo sete anos. Não havendo estabelecimento especial para receber esses menores, eles devem ser encaminhados a prisão comum, sendo, contudo, separados dos adultos e sujeitos a regime educativo e disciplinar, ao invés do penitenciário (BRASIL, 1927).

Se um crime cometido por um menor entre 16 e 18 anos for considerado grave pelas circunstâncias do ato ou por características do autor do crime, será aplicada a pena de cumplicidade e o delinquente deve ser encaminhado a um estabelecimento para condenados de menor idade ou, na ausência deste, de condenados adultos, desde que fiquem separados, onde deve permanecer até que se perceba sua regeneração, não excedendo o prazo máximo legal da pena (BRASIL, 1927).

Segundo o Código de Menores de 1927, a idade de 18 a 21 anos configura situação atenuante e o delinquente que cometer crime estando nessa idade, deve cumprir pena separado dos criminosos adultos, até a atingir a maioridade. Quando se tratar de vadios, mendigos, capoeiras com a supracitada idade, devem ser recolhidos à Colônia Correcional, pelo prazo de cinco anos.

O código ainda dispõe sobre ao sigilo das ações judiciais em que forem submetidos menores de 18 anos, só estando presentes nas audiências as pessoas necessárias para o processo, além de ser proibida divulgação de qualquer informação dos autos ou do menor envolvido pela imprensa ou qualquer outro meio (BRASIL,1927).

Foram propostos pelo Código de 1927, um Juizado de Menores no Distrito Federal e de um Abrigo de Menores, destinado a receber provisoriamente os menores abandonados e delinquentes. O juiz de menores tem suas competências listadas no artigo 447, as quais vão desde processar e julgar os processos de toda espécie que envolvam menores, a fiscalização das entidades de atendimento, examinar o estado físico, mental e moral dos menores até elaboração de estatísticas do movimento do juízo.

O capítulo IV do Decreto nº 17.943-A versa sobre a criação de institutos disciplinares, que oferecerão “educação física, moral, profissional e literária” para meninos e meninas em institutos diferentes. As meninas recolhidas devem ter entre sete e dezoito anos e os diretores das instituições são de imediata confiança do governo, recebendo ordens diretamente dos juizes de menores. O capítulo ainda dispõe sobre a criação da escola de reforma para os menores do sexo masculino entre 14 e 18 anos para sua regeneração “pelo trabalho, educação e instrução”.

O artigo 222 do Código de Menores de 1927 discorre sobre a criação no Distrito Federal do Conselho de Assistência e Proteção aos Menores, que possui dentre suas finalidades, auxiliar o juiz, visitar e fiscalizar entidades de educação de menores, estudar resoluções para os casos dos menores, proteger e vigiar os menores egressos das escolas de preservação ou reforma, dentre outras.

As categorias utilizadas no Código de Menores de 1927, como menor abandonado, delinquente ou em perigo de o ser, refletem a inserção de questões sociais no tratamento da criminalidade, que passa a ser estudada como decorrente de uma anormalidade moral, socialmente influenciada, como já citado por Ferri no capítulo anterior. Daí percebe-se que as intervenções se direcionam àqueles que não têm “estrutura familiar”, que tem comportamentos moralmente questionáveis ou estejam em situações econômicas e ambientes que possam ser propensos para o crime. Englobar em uma

mesma categoria os menores abandonados e delinquentes demonstra a ideia de que certas condições de vida, como a não presença familiar, induzem à criminalidade. O foco é um controle das virtualidades (“em perigo de o ser”), dos que são criminosos em potencial, havendo assim um olhar direcionado para o indivíduo e não somente para seu crime.

O controle desse grupo perigoso é feito pelo “olhar vigilante da família, da escola e dos institutos disciplinares, que, tal qual discutimos no capítulo anterior, tem uma função de regeneração moral, ao mesmo tempo agora que é uma preparação para o mercado de trabalho, reduzindo a vadiagem, “crime” mais comum nessa faixa etária. Observamos como as propriedades curativas do trabalho abarcam as idades menores, em vistas a uma preparação para uma ocupação futura.

Em período de Regime Militar<sup>32</sup>, surge a nova lei específica para menores, o Código de Menores de 1979 (Lei nº 6.697). A definição da situação irregular é exposta no artigo segundo do Código de 1979, abrangendo seis situações, em que os menores de 18 anos e o menores de 21, nas condições expressas na lei, se encontrem:

I - privado de condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória, ainda que eventualmente, em razão de: a) falta, ação ou omissão dos pais ou responsável; b) manifesta impossibilidade dos pais ou responsável para provê-las; II - vítima de maus tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsável; III - em perigo moral, devido a: a) encontrar-se, de modo habitual, em ambiente contrário aos bons costumes; b) exploração em atividade contrária aos bons costumes; IV - privado de representação ou assistência legal, pela falta eventual dos pais ou responsável; V - Com desvio de conduta, em virtude de grave inadaptação familiar ou comunitária; VI - autor de infração penal (Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979).

O Código de Menores de 1979 preconiza que sejam criadas entidades, tanto públicas como privadas, para a assistência e proteção do menor, conforme a diretrizes da Política Nacional do Bem-Estar do Menor<sup>33</sup>. As medidas aplicáveis ao menor estão dispostas no artigo 14 do referido código e são:

---

<sup>32</sup> Pode-se definir a Ditadura Militar como sendo o período da política brasileira em que os militares governaram o Brasil. Esta época vai de 1964 a 1985. Caracterizou-se pela falta de democracia, supressão de direitos constitucionais, censura, perseguição política e repressão aos que eram contra o regime militar. Disponível em < <http://www.suapesquisa.com/ditadura/>>. Existem outras formas de entender esse período histórico, o que acarreta em denominações como “ditadura civil-militar” ou ainda “ditadura civil-militar-empresarial”, ampliando o período de governos autoritários e o entendimento dos determinantes da ditadura no Brasil.

<sup>33</sup> A lei nº 4.513, de 1º de dezembro de 1964 em seu artigo 5º dispõe sobre a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, que tem como objetivo formular e implantar a política nacional do bem-estar do menor, mediante o estudo do problema e planejamento das soluções, a orientação, coordenação e fiscalização das entidades que executem essa política. Art. 6º- Fixam-se como diretrizes para a política nacional de assistência a cargo da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, além dos princípios constantes de documentos internacionais, a que o Brasil tenha aderido e que resguardem os direitos do menor e da família:



- I - advertência;
- II - entrega aos pais ou responsável, ou a pessoa idônea, mediante termo de responsabilidade;
- III - colocação em lar substituto;
- IV - imposição do regime de liberdade assistida;
- V - colocação em casa de semiliberdade.

(Lei nº 6697, de 10 de outubro de 1979).

Todas as medidas preconizadas pela lei nº 6697 devem ser precedidas da regularização do registro civil do menor, podendo qualquer pessoa acionar a autoridade judiciária competente quando averiguado menor em situação irregular, disposta nos termos dos incisos I, II, III E IV do artigo segundo da lei.

A apuração de infração cometida por menor de 18 anos diferencia-se em três grupos a depender da idade: o menor de dezoito anos e maior de quatorze passa por audiência de apresentação em que é ouvido, juntamente com familiares, vítimas e testemunhas, pelo juiz e representantes do Ministério Público (Art. 100); o menor entre dez e quatorze anos será encaminhado à autoridade judiciária com relatório circunstanciado de sua conduta, podendo ficar em repartição policial especializada ou estabelecimento de assistência, ou, na ausência deste, em dependência separada dos maiores de dezoito anos, até a apresentação ao juiz (Art. 101); o menor de dez anos, ao ser apresentado a autoridade judiciária, poderá ser dispensado da audiência de apresentação ou ser submetido a entrevista com o juiz ou ouvido e orientado por equipe técnica (Art. 102). Completados 21 anos do menor, sem o fim de sua medida, deverá passar à jurisdição do Juízo incumbido das Execuções Penais (Art. 41) (BRASIL, 1979).

O público alvo de ambos os códigos de menores é um tipo específico de criança e adolescente, que, por algum motivo, seja um perigo para a ordem social. A afirmação da doutrina da situação irregular, que pelo instrumento disciplinar da sanção normalizadora, traça um limite entre o anormal e o normal e classifica os comportamentos que devem ser erradicados, se configura como uma relação de poder disciplinar que busca formar certos tipos de indivíduos socialmente adaptados. Assim, percebe-se os Códigos, apesar de se

---

I - Assegurar prioridade aos programas que visem à integração do menor na comunidade, através de assistência na própria família e da colocação familiar em lares substitutos; II - Incrementar a criação de instituições para menores que possuam características aprimoradas das que informam a vida familiar, e, bem assim, a adaptação, a esse objetivo, das entidades existentes de modo que somente do menor à falta de instituições desse tipo ou por determinação judicial. Nenhum internacional se fará sem observância rigorosa da escala de prioridade fixada em preceito regimental do Conselho Nacional; III - Respeitar no atendimento às necessidades de cada região do País, as suas peculiaridades, incentivando as iniciativas locais, públicas ou privadas, e atuando como fator positivo na dinamização e autopromoção dessas comunidades. Disponível em: < [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L4513.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4513.htm)>.

proporem específicos para crianças e adolescentes, utilizam uma linguagem e meios de intervenção muito similares ao que já vinham sido aplicados na legislação penal, em que se preza os mecanismos disciplinares, como a internação institucional, como controle das virtualidades, mantendo-se a antiga associação entre pobreza e criminalidade.

Esses dois códigos, reafirmando a noção de periculosidade e anormalidade moral, sempre relacionadas com características sociais, sobretudo, a pobreza, incluem o exame “físico, mental e moral” como modo de ampliação do conhecimento desse grupo, abrindo caminho para um entendimento do adolescente que ultrapassa a ideia de discernimento, por abranger outras áreas da vida do menor de dezoito anos.

## **2.2 Movimentos pró-constituente e o ECA: movimentos sociais e discussões internacionais na construção da criança e do adolescente.**

A partir de 1974, um pouco antes da elaboração do segundo Código de Menores, o Brasil, com a crise internacional do petróleo e, conseqüentemente do “milagre econômico brasileiro”<sup>34</sup>, há uma emersão dos movimentos sociais. Segundo Gohn (2000), as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), amparadas pela Teologia da libertação<sup>35</sup>, organizaram milhares de pessoas, dando origem a movimentos populares como “Custo de Vida”, além de movimentos pelos transportes, pelo uso de terras pelos moradores de favelas, por saúde e educação. A maior parte desses movimentos se configurou como base de apoio às inúmeras greves ocorridas no país de 1978 a 1979.

---

<sup>34</sup> O período da História do Brasil entre os anos de 1969 e 1973 foi marcado por forte crescimento da economia. Nesta época, o Brasil era uma Ditadura Militar, governado pelo general Médici. O termo “milagre” está relacionado com este rápido e excepcional crescimento econômico pelo qual passou o Brasil neste período. Este crescimento foi alavancado pelo PAEG (Programa de Ação Econômica do Governo) implantado em 1964, durante o governo de Castelo Branco. Embora a economia tenha crescido consideravelmente, não houve distribuição de renda e, portanto, aumentou ainda mais as desigualdades sociais no país com o aumento da concentração de renda nas mãos dos mais ricos. Disponível em: <[http://www.suapesquisa.com/ditadura/milagre\\_economico.htm](http://www.suapesquisa.com/ditadura/milagre_economico.htm)>.

<sup>35</sup> A Teologia da Libertação é um movimento apartidário que engloba várias correntes de pensamento interpretando os ensinamentos de Jesus Cristo como libertadores de injustas condições sociais, políticas e econômicas. Ela recebeu influência de outras três correntes de filosofia religiosa: o Evangelho Social, a Teologia da Esperança e a Teologia Antropo-política. A Teologia da Libertação não se baseia na interpretação eclesial da realidade, mas na realidade da pobreza e da exclusão. Seus proponentes a descreveram como interpretação analítica e antropológica da fé cristã. Mas, ao agregar várias correntes de pensamento, o movimento absorveu crenças da Umbanda, do Espiritismo, do Islamismo e até do Xamanismo. Apesar da internacionalização da Teologia da Libertação, a América Latina reúne seus maiores representantes, como o padre peruano Gustavo Gutiérrez, o brasileiro Leonardo Boff e o uruguaio Juan Luis Segundo. O movimento foi acusado de deturpar o caminho divino e é criticado por adotar o marxismo como base ideológica. A Igreja Católica dedicou dois documentos à Teologia da Libertação na década de 1980, considerando-a herética e incompatível com a doutrina católica. Disponível em :< <http://www.infoescola.com/religiao/teologia-da-libertacao/>>.

Gohn (2002) afirma ainda que houve mobilização também no setor educacional, o que fez surgir associações e uniões de trabalhadores do ensino dos diversos níveis. As centrais sindicais foram recriadas pelos trabalhadores a partir da Associação Nacional de Movimentos Populares e Sindicais (ANAMPOs), surgindo a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT).

O Movimento Diretas Já, em 1984, segundo Gohn (2000) foi um marco na “queda” da ditadura, ao que, logo após se inicia a mobilização em torno da nova constituição. Foi a partir desses movimentos sociais emergentes no final da década de 1970, que foi possível inscrever em leis e direitos as reivindicações dos grupos minoritários.

Quanto a esse movimento pré-constituição, Versiani (2010) explica que em setembro de 1985 foi criada uma Comissão Provisória de Estudos Constitucionais (CEC) por meio de decreto presidencial. Essa comissão, também chamada de Comissão dos Notáveis ou Comissão Alfonso Arinos, era composta por juristas e representantes de variados setores sociais, designados pelo então presidente, sendo incumbida de elaborar um anteprojeto constitucional baseado nas reivindicações desses setores representados, como também em propostas encaminhadas pela população por meio de cartas.

Em diversos estados, como Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, foram criados movimentos pró-constituente, como o objetivo de criar núcleos para viabilizar a participação popular na elaboração da constituição.

Antes da formação da CEC, em junho de 1985, a presidência remeteu ao Congresso uma proposta para a convocação de uma nova Assembleia Nacional Constituinte no Brasil. Sua proposta versava sobre uma Constituinte denominada congressional, ou seja, formada por deputados e senadores a serem eleitos em 1986 e pelos já eleitos em 1982, acumulando-se, assim, a função legislativa e constituinte. Houve bastantes discussões quanto a essa proposta, por considerarem inadequado esse acúmulo de funções. Mesmo assim, apesar de toda pressão social contrária, a formação da Constituinte congressional foi aprovada em novembro de 1985, sendo instalada a Assembleia Nacional Constituinte em 1º de fevereiro de 1987 (VERSIANI, 2010).

A mobilização social se tornou cada vez mais intensa, segundo Versiani (2010), exigindo instrumentos jurídicos de participação direta nas decisões da Assembleia, como uma forma de ressarcir todos os grupos minoritários excluídos. Essa participação direta foi garantida pelas emendas populares. Com esse instrumento era possível que qualquer eleitor pudesse apresentar emendas ao projeto de Constituição, desde que assinadas por

30 mil cidadãos brasileiros e referendadas por três entidades da sociedade civil. Cada cidadão poderia assinar até três propostas. Em torno de 12 milhões de assinaturas, em 122 emendas, foram contabilizadas tratando de temas muito variados. Ainda foram recebidas cartas individuais de cidadãos de todo o país.

Foi nesse contexto que emergiu a Constituição de 1988, conhecida como Constituição Cidadã. Ela surge carregada de um valor simbólico de mudança e experiência de cidadania. O texto apresenta relevantes avanços no domínio dos direitos humanos, como consagrar o racismo como crime imprescritível, além de orientações expressas de proteção dos idosos e das crianças (VERSIANI, 2010).

Esse último ponto, no que se refere às crianças, merece destaque devido a sua relevância para a presente discussão, sendo mais detalhado no enfoque que será dado aos movimentos específicos da formulação dos artigos 227 e 228 da Constituição Federal.

Em 1981, a divulgação de dados, pela Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor (FUNABEM)<sup>36</sup>, que alertavam para um contingente de 32.100.565 de menores em situação de carência, repercutiu na implantação, em 1983, do Projeto Alternativas de Atendimento a Meninos de Rua (PAAMR). Esse projeto, desenvolvido em conjunto com UNICEF<sup>37</sup>, FUNABEM, e Secretaria de Assistência Social do Ministério da Previdência e Assistência Social (SAS/MPAS), visava desenvolver outras formas de atendimento às crianças e adolescentes (PINHEIRO, 2001).

No contexto dos movimentos sociais pró-constituintes, das discussões entre entidades que atendiam menores, sobretudo Organizações Não Governamentais (ONGs), surgiu o projeto de um rede de articulações fora do espaço governamental. Cria-se, então, o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR), em 1985, que, apesar da proposta de autonomia, inicialmente contou com recursos da UNICEF e do PAAMR.

---

<sup>36</sup> Por não satisfazer as necessidades do momento e apoiado nas críticas ao antigo Serviço de Assistência ao Menor, o regime militar substituiu o SAM pela Fundação do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) criada em 1º de dezembro de 1964, pela Lei nº 4513, vinculada ao Ministério da Justiça, reforçando seu caráter policial frente à problemática que deveria atender. À FUNABEM coube a tarefa de implementar a Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBM) e, para assegurar o controle da situação, desencadeou, na década de 70, um processo de sensibilização dos governos estaduais, dando origem às unidades da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM). Disponível em: < <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/educacao/o-codigo-de-menores-e-o-surgimento-da-febem/43795>>.

<sup>37</sup> O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) foi criado em 11 de dezembro de 1946, pela Organização das Nações Unidas (ONU), para atender, na Europa e na China, às necessidades emergenciais das crianças durante o período pós-guerra. Em 1950, o mandato do Fundo foi estendido com a finalidade de atender, em projetos de longo prazo, crianças e mulheres nos países em desenvolvimento. O UNICEF tornou-se parte permanente das Nações Unidas em 1953. Disponível em: < <https://www.unicef.org/brazil/pt/faq.html>>.

Norteando-se por dois princípios, a saber, “considerar a criança e o adolescente como sujeitos da história; desenvolver o trabalho educativo no contexto social em que eles estão inseridos” (MNMMR, 1994 apud PINHEIRO, 2001), o movimento, segundo a autora, influenciou toda a política da infância e juventude a partir de então.

Souza (2013) também atesta a importância de tal movimento, afirmando ser seu objetivo empoderar as crianças e jovens moradores de rua para que tivessem um senso crítico quanto a sua situação, ressaltando ainda a influência não só dos movimentos nacionais, mas também os internacionais. A autora cita as Regras de Beijing de 1985 e as Diretrizes do Riad. Esses e outros documentos internacionais possibilitaram várias assembleias e congressos nacionais a respeito da temática da infância, em que se discutiam um novo olhar de reconhecimento das crianças e adolescentes como cidadãos e sujeitos de direitos.

Esse novo olhar dado pelo MNMMR às crianças e aos adolescentes, segundo Pinheiro (2001), os tira da condição de objeto, os compreendo como sujeitos. A autora afirma ainda que a Doutrina da Proteção Integral, sistematizada na Convenção da Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, contempla e é o sustentáculo jurídico da noção da infância e juventude como sujeitos de direitos. No I Encontro Nacional do Meninos e Meninas de Rua, em 1986, na cidade de Brasília-DF, firmou-se, segundo a autora, a representação do sujeito de direitos, pois foi dada visibilidade a fala de 430 meninos e meninas de todo o Brasil, que discutiam seus direitos.

O MNMMR foi convidado, segundo Souza (2013), para participar do movimento pró-constituente. Duas campanhas tiveram a participação do movimento, a saber, “Criança e Constituinte”, com enfoque na primeira infância, se limitando à crianças de até seis anos; e “Criança e Prioridade Nacional”, que englobava a atenção aos adolescentes e uniu diversas organizações. Citando uma informação verbal de Benedito Rodrigues dos Santos, a autora afirma que a última proposta recebeu maior adesão e, assim, apresentou-se uma ementa com mais de um milhão de assinaturas. Essa ementa incluiu na Constituição o artigo 227<sup>38</sup>, sendo acrescido ainda o artigo 228.

A conclusão de Pinheiro (2001) é de que foi da articulação desses movimentos que nasceu, na Constituição de 1988, conhecida como Constituição cidadã, a dedicação

---

<sup>38</sup> Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).

de um capítulo específico, inspirado no debate internacional, que trata dos menores de dezoito anos, além da utilização do termo prioridade absoluta e adoção do princípio da universalidade e da condição de pessoa em desenvolvimento no texto constitucional.

Desenvolveram-se, a essa época, cinco versões do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), redigidas com a participação de juristas consultores da UNICEF e de movimentos engajados na causa. Uma das propostas foi enviada à Câmara dos Deputados e outra ao Senado, tendo a desse último tramitado mais rápido. Como a proposta sofreu bastantes modificações que a descaracterizaram, o Movimento resgatou a proposta original e recolheu novamente assinaturas dos parlamentares. A pressão popular atenta ao percurso do projeto permitiu uma aprovação da proposta original que viria a ser o ECA (SOUZA, 2013).

Com lei nº 8069, de 13 de julho de 1990, é promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), enquanto lei nacional específica para a infância e juventude e que vem firmar os princípios da proteção integral, prioridade absoluta e da criança e adolescente como sujeitos de direitos. Já em suas disposições preliminares, o ECA determina que criança é a pessoa até doze anos incompletos, e adolescente é aquela entre doze e dezoito anos.

Arantes (2008) constata que a noção de Proteção Integral, adotada pelo ECA, se estabelece em torno de três fundamentos básicos, a saber, “crianças e adolescentes são sujeitos de direitos”; “são pessoas em condição peculiar de desenvolvimento”; “são prioridade absoluta”. Sem esses três fatores não existe Proteção Integral, eles precisam vir juntos e não podem se opor no tratamento à infância e adolescência.

A garantia da prioridade compreende, segundo o Estatuto: a) preferência em receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias; b) primazia de atendimento em serviços públicos; c) precedência na formulação e execução das políticas sociais públicas; d) privilégio na destinação de recursos públicos em áreas relacionadas a proteção da infância e juventude (BRASIL, 1990).

O ECA reserva o Título III, do Livro II- Parte especial, para versar sobre a prática do ato infracional por crianças e adolescentes. O artigo 103 dispõe sobre ato infracional como “conduta descrita como crime ou contravenção penal”, sendo os menores de 18 anos penalmente inimputáveis e sujeitos às medidas socioeducativas que a lei dispõe. As medidas, dispostas no artigo 112, são: I- Advertência; II- Obrigação de reparar o dano; III- Prestação de serviços à comunidade; IV- Liberdade assistida; V- Inserção em regime

de semiliberdade; VI- Internação em estabelecimento educacional; VII- Qualquer uma das previstas no art. 101, I a IX<sup>39</sup> (Brasil, 1990).

O texto do ECA no que se refere a política de atendimento do adolescente infrator e execução das medidas socioeducativas só foi regulamentada juridicamente mais de vinte anos depois, com o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), que é um texto de 2006, tendo virado a lei nº 12.594, em 18 de janeiro de 2012. No artigo primeiro, parágrafo primeiro, define-se Sinase como:

o conjunto ordenado de princípios, regras e critérios que envolvem a execução de medidas socioeducativas, incluindo-se nele, por adesão, os sistemas estaduais, distrital e municipais, bem como todos os planos, políticas e programas específicos de atendimento a adolescente em conflito com a lei (BRASIL, 2012).

As medidas socioeducativas, previstas no artigo 112 do ECA, têm como objetivos, segundo o documento: a responsabilização do adolescente no que se refere às consequências danosas de seu ato; a integração social deste adolescente, garantindo seus direitos individuais e sociais; e a desaprovação do comportamento infracional.

Cofinanciado pelo orçamento fiscal e seguridade social, o Sinase expõe os princípios da execução das medidas socioeducativas, a saber:

- I - legalidade, não podendo o adolescente receber tratamento mais gravoso do que o conferido ao adulto;
- II - excepcionalidade da intervenção judicial e da imposição de medidas, favorecendo-se meios de autocomposição de conflitos;
- III - prioridade a práticas ou medidas que sejam restaurativas e, sempre que possível, atendam às necessidades das vítimas;
- IV - proporcionalidade em relação à ofensa cometida;
- V - brevidade da medida em resposta ao ato cometido, em especial o respeito ao que dispõe o art. 122 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);
- VI - individualização, considerando-se a idade, capacidades e circunstâncias pessoais do adolescente;

---

<sup>39</sup> Art. 101. Verificada qualquer das hipóteses previstas no art. 98, a autoridade competente poderá determinar, dentre outras, as seguintes medidas:

- I - encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade;
- II - orientação, apoio e acompanhamento temporários;
- III - matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental;
- IV - inclusão em serviços e programas oficiais ou comunitários de proteção, apoio e promoção da família, da criança e do adolescente;
- V - requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial;
- VI - inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;
- VII - acolhimento institucional;
- VIII - inclusão em programa de acolhimento familiar;
- IX - colocação em família substituta. (BRASIL, 1990).

Versão disponível em :< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm)>.

- VII - mínima intervenção, restrita ao necessário para a realização dos objetivos da medida;
- VIII - não discriminação do adolescente, notadamente em razão de etnia, gênero, nacionalidade, classe social, orientação religiosa, política ou sexual, ou associação ou pertencimento a qualquer minoria ou status;
- e
- IX - fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários no processo socioeducativo (BRASIL, 2012).

Os direitos dos adolescentes submetidos a medidas socioeducativas são dispostos no artigo 49 e incluem, dentre outros, ser acompanhado por pais ou responsáveis durante todo o processo, ser respeitado em sua personalidade e ideologias, ser informado quanto às regras de funcionamento de programa de funcionamento e das previsões de natureza disciplinar. O cumprimento de quaisquer das medidas socioeducativas previstas no ECA está condicionado ao Plano Individual de Atendimento (PIA), que objetiva prever, registrar e gerir atividades a serem executadas durante a medida.

O Sinase busca regulamentar as práticas referentes ao adolescente infrator determinando o modo de intervir nesse sujeito. É uma lei que busca integrar diversos níveis da sociedade, como é preconizado pelo ECA, na tentativa de reinseri-lo socialmente, responsabiliza-lo pelo seu ato e desaprovar a infração. Com PIA tem-se a acumulação documental, conforme exposta por Foucault (2014b), que individualiza esse sujeito enquanto um caso, que merece uma atenção especial, a qual envolve vários níveis da sociedade. Esse plano é também um planejamento para o futuro, para que adolescente pense no que “ele quer ser” e liste os passos para esse fim. Desse modo, ele é inserido em cursos profissionalizantes ou reinserido na escola ou até mesmo sua medida de prestação de serviços pode ter um caráter de desenvolver potencialidades laborais. Assim, o olhar que se configura para esse jovem é o olhar para o futuro.

Não é possível desassociar os movimentos que ocorriam no Brasil em busca de um novo modo de lidar com a infância e juventude, e as mobilizações internacionais com esse mesmo objetivo. Assim, documentos internacionais de relevância nas discussões brasileiras e dos quais o Brasil é signatário, serão aqui expostos em busca de observar o âmbito da circulação de saberes que permeavam essa nova experiência com os menores de dezoito anos.

Esses documentos são: a Declaração dos Direitos da Criança, de 1924 e de 1959; A Convenção sobre os Direitos das Crianças, de 1989; As Regras Mínimas das Nações Unidas para Administração da Justiça de Menores, conhecidas como Regras de Beijing, de 1985; Os Princípios Orientadores das Nações Unidas para a Prevenção da



Delinquência Juvenil, de 1990; As Regras das Nações Unidas para a Proteção de Menores Privados de Liberdade, de 1990.

A primeira declaração dos direitos da criança, segundo Renaut (2002), é de 1924, conhecida como “Declaração de Genebra”, inscrevendo-se no contexto da Sociedade das Nações<sup>40</sup>. Essa declaração foi refeita em 1946 pela Organização das Nações Unidas<sup>41</sup> (ONU), que também criou o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Para distinguir melhor a necessidade de uma proteção especial para as crianças, já proposta na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão<sup>42</sup>, de 1789, foi elaborada a Declaração de 1959.

A Declaração dos Direitos da Criança, aprovada pelas Nações Unidas em 20 de novembro de 1959 e ratificada pelo Brasil, é composta por dez princípios que visam o provimento de uma infância feliz para as crianças e que elas possam usufruir de seus direitos, pedindo para que pais e indivíduos da sociedade, bem como organizações, autoridades e governos reconheçam esses princípios e os façam valer através de medidas legislativas ou de outra natureza.

O princípio 1º discorre sobre a abrangência dos direitos enunciados na Declaração, a qual deve ser a todas as crianças, independentemente de sexo, raça, origem social, religião, opinião política, entre outras. As garantias incluem: proteção social; direito a nome e nacionalidade e aos benefícios da previdência social; direito à educação e cuidados especiais, caso possua alguma incapacidade; ser criada em ambiente de amor e compreensão para que possa desenvolver completa e harmoniosamente sua personalidade; receber educação gratuita e compulsória pelo menos no grau primário,

---

<sup>40</sup> Liga das Nações ou Sociedade das Nações era o nome de uma organização internacional criada, em Genebra, na Suíça, em 1919, pelo Tratado de Versalhes, e autodissolvida em 1946, e que tinha como objetivo reunir todas as nações da Terra e, através da mediação e arbitragem entre as mesmas em uma organização, manter a paz e a ordem no mundo inteiro, evitando assim conflitos desastrosos como o da guerra que recentemente devastara a Europa. A Liga das Nações era organizada de uma maneira bem semelhante à da atual ONU, sendo composta de um Secretariado, Assembleia Geral, e um Conselho Executivo. Disponível em: < <http://www.infoescola.com/historia/liga-das-nacoes/>>.

<sup>41</sup> Fundada em 24 de outubro de 1945, na cidade de São Francisco (Califórnia – Estados Unidos), a ONU (Organização das Nações Unidas) é uma organização constituída por governos da maioria dos países do mundo. É a maior organização internacional, cujo objetivo principal é criar e colocar em prática mecanismos que possibilitem a segurança internacional, desenvolvimento econômico, definição de leis internacionais, respeito aos direitos humanos e o progresso social. Disponível em: < <http://www.suapesquisa.com/geografia/onu.htm>>.

<sup>42</sup> Recebe o nome de Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão um documento elaborado durante a Revolução Francesa de 1789, e que iria refletir a partir de sua divulgação, um ideal de âmbito universal, ou seja, o de liberdade, igualdade e fraternidade humanas, acima dos interesses de qualquer particular. Disponível em: < <http://www.infoescola.com/direito/declaracao-dos-direitos-do-homem-e-do-cidadao/>>.

“desenvolver as suas aptidões, sua capacidade de emitir juízo e seu senso de responsabilidade moral e social, e a tornar-se um membro útil da sociedade.” (Princípio 7º); prioridade no recebimento de proteção e socorro; proteção quanto à diversas formas de negligência, crueldade e exploração, não sendo permitido o trabalho antes da idade mínima estabelecida; proteção contra qualquer forma de discriminação e intolerância (ONU, 1959).

A necessidade de proteção da criança e o provimento das condições necessárias para o seu desenvolvimento saudável é basicamente do que trata a Declaração. Alguns requisitos são postos como relevantes para assegurar esse processo de desenvolvimento da maneira mais segura possível, como estar em um ambiente amoroso, ter educação e ser resguardada de qualquer situação que lhe traga constrangimento, como negligência, discriminação e trabalho precoce. Assim, é possível observar o que é considerado como relevante para o desenvolvimento de uma criança e que sua condição especial exige garantias e proteção específica.

Renaut (2002) destaca que tanto a Declaração de 1924 quanto a de 1959 não possuíam caráter de obrigatoriedade jurídica, ou seja, os Estados signatários não tinham nenhuma obrigação quanto ao que era sugerido nos textos. O autor ainda atenta para a falta de menção a qualquer direito no texto de 1924 e para restrição a um tipo de direito específico, no texto de 1959. O documento de 1924 somente destaca o que é devido às crianças, falando sobre os deveres de proteção física e moral que o adultos têm para com elas. Já a Declaração de 1959 não traz direitos que possam ser compreendidos como liberdades. Todos os direitos explicitados nesse texto são “direitos a ...”, em detrimento de “direitos de ...”. As crianças eram tidas como possuindo direitos a serem obtidos, mas não direitos de realização, isto é, possuíam direitos-créditos e não direitos-liberdades.

A especificação de somente um tipo de direito para as crianças traz o questionamento do lugar em que ela era então colocada em sua relação com os adultos. Os adultos eram responsáveis por garantir que elas tivessem um desenvolvimento saudável, porém por si próprias elas não podiam opinar ou decidir sobre sua vida.

Já a Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada pela Assembleia Geral nas Nações Unidas em 20 de novembro de 1989 e promulgada no Brasil pelo Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990, impõe obrigações jurídicas dos Estados Partes. A Convenção é composta por 54 artigos divididos em três partes.

De acordo com Renaut (2002), essa Convenção teve um logo período de preparo. Um projeto de convenção emanou em 1978 do Governo polaco, enquanto uma

homenagem ao pedagogo Janusz Korczak<sup>43</sup>, que havia criticado a Declaração de 1924. Com essa iniciativa, constituiu-se um grupo de trabalho, que culminou no documento.

O estatuto jurídico que a Convenção adquire, tanto a difere dos documentos anteriores, como foi causa de dificuldades quando da sua ratificação, a partir de 1990. Alguns Estados membros hesitaram em ratificá-la, pois a ratificação poderia implicar em mudanças e necessidade de reajustes em aspectos do direito positivo (RENAUT, 2002).

Em seu artigo primeiro há a definição de criança como todo ser humano menor de 18 anos. O comprometimento dos Estados Partes com a proteção das crianças contra toda forma de discriminação, sanções jurídicas ou decorrentes de atos e opiniões de seus pais ou outros familiares é afirmado no artigo segundo. Todas as medidas tomadas na área da infância devem levar sempre em consideração o interesse superior da criança (ONU, 1989).

Os Estados Partes se comprometem a assegurar que os direitos apresentados na Convenção possam ser efetivados através de medidas legislativas, administrativas, dentre outras, sem deixar de reconhecer os direitos e deveres dos pais ou responsáveis pela criança em seu desenvolvimento e conhecimento dos presentes direitos. O artigo 12 firma o direito de a criança exprimir sua opinião sobre assuntos que lhe dizem respeito desde que demonstre capacidade de discernimento, sendo levadas em consideração a depender de sua idade e maturidade. A esse respeito, tem-se a oportunidade de ser ouvida em processos judiciais de seu interesse (ONU, 1989).

É possível notar, com os exemplos de direitos acima explicitados, que a Convenção também “inova” em relação aos outros textos ao garantir direitos-liberdades às crianças, como a liberdade de opinião. Contudo, a afirmação de tais direitos gerou divergências de opiniões quanto a qual seria o verdadeiro “lugar” da criança.

Renaut (2002) afirma que, em um primeiro momento, a proclamação dos direitos-liberdades para as crianças aparece como uma contradição da Convenção, pois ao mesmo tempo que as definem como imaturas física e intelectualmente, requerendo proteção especial, as concede direitos que a colocam em lugares de decisão e afirmação tal qual

---

<sup>43</sup> Janusz Korczak, pseudônimo de Henryk Goldszmit, também conhecido como o Velho Doutor ou o Senhor Doutor, nasceu em Varsóvia, no dia 22 de julho de 1878 ou 1879, e foi assassinado em Treblinka, no dia 5 ou 6 de agosto de 1942), foi médico, pediatra, pedagogo, escritor, autor infantil, publicista, ativista social, oficial do Exército Polaco. Foi um pedagogo inovador e autor de obras no campo da teoria e prática educacional. Foi precursor nas iniciativas em prol dos direitos da criança e do reconhecimento da total igualdade das crianças que hoje encontramos nas Escolas Democráticas. Disponível em :< [https://pt.wikipedia.org/wiki/Janusz\\_Korczak](https://pt.wikipedia.org/wiki/Janusz_Korczak)>.

um homem adulto. Essas discussões, segundo o autor, levaram ao surgimento de duas posições contrárias, a saber, os liberacionistas e os protecionistas. Na primeira posição, a criança é entendida como igual aos outros homens, não devendo ser tratada como imatura ou incapaz. Já os protecionistas defendem que, apesar de a criança ser por essência um ser livre, só poderá usufruir dessa liberdade ao passar pelo processo educativo e se tornar um ser autônomo e responsável. Os direitos da criança são, então, os dos seres humanos vulneráveis, não-autônomos, sendo esta a concepção dos direitos da criança como “direitos dos menores”.

A contradição dos direitos da criança se articula à tentativa da PEC 171 de justificar a redução da idade de penal como meio de dar direitos e responsabilidade aos menores de dezoito anos. Pois, se com o ECA, ele foi definido como sujeito de direitos, nada mais justo do que ser um “sujeito de deveres”. A proposta tenta utilizar esse argumento, juntamente com o da “ajuda” e “proteção” como afirmação das discussões que há anos vinham sido feitas, até internacionalmente como vemos, quanto a forma de se relacionar com a infância e juventude. Poucos anos após a proclamação do ECA e da Constituição, uma proposta que altera todos os esforços feitos nesse sentido precisa de alguma forma comungar (ou fingir o fazer) com o que está em voga.

Arantes (2012) refere-se também às críticas feitas ao documento quanto aos direitos da infância. Citando o caso da França, a autora expõe que havia uma corrente que acreditava que desconstruir a infância enquanto menoridade jurídica implica, consequentemente, em outorgar-lhe mais direitos. A menoridade jurídica não seria um não-direito, seria apenas uma não submissão aos deveres dos adultos. Irène Théry (1992/2007, p.49), citada pela autora, afirma que, embora titular de direitos desde o nascimento, a criança não pode exercê-los imediatamente, indicando alguém para zelar pelos seus direitos fundamentais. “A incapacidade jurídica não é senão o direito a irresponsabilidade, isto é, o direito de não ser submetido aos deveres que a capacidade implica.”

Já o educador norte-americano John Holt (1975 apud Arantes, 2012), defendendo outra corrente de pensamento, é crítico do aprisionamento que as crianças vivem em suas famílias e escolas e acredita que qualquer pessoa jovem que assim desejar pode ter direitos, privilégios, obrigações e responsabilidades, desde que demonstre ser capaz e responsável para tal.

A Convenção sobre os Direitos da Criança, segundo a autora, não afirma nenhuma das duas correntes inteiramente, colocando os direitos de proteção acrescidos dos direitos

de liberdade e participação. Arantes (2012) não vê nessa discussão uma efetiva contradição entre autonomia e proteção, ela reconhece a existência de uma tensão, a qual precisa ser mais bem compreendida e discutida, já que impulsiona a uma visão não apenas jurídica, mas ética, política e social dos direitos da criança e do adolescente.

Renaut (2002) acredita que para sair dessa contradição primeiramente é necessário discutir a ideia de que a Convenção de 1989 atribuiu direitos de cidadão às crianças. Para ele, cidadania não está contida nas garantias jurídicas reconhecidas aos humanos. Citando a Declaração de 1789, o autor afirma haver distinção entre os direitos do homem e do cidadão. Os direitos do homem diriam respeito aos direitos individuais, como propriedade, liberdade religiosa. Já o cidadão é o que participa, direta ou indiretamente, de questões públicas, como o voto. É possível se beneficiar dos direitos do homem sem ser cidadão como é o caso do estrangeiro.

Entender a criança como igual ao estrangeiro, que é homem, mas não cidadão, é o que propõe Renaut (2002) em sua análise. A Convenção, desse modo, possui os direitos-créditos como modo de assegurar a especificidade desse ser, bem como os direitos-liberdades, que garantem sua igualdade enquanto homem.

A Convenção cita a educação, enquanto um direito da criança, que deve ser assegurado, com algumas medidas, a saber, ensino primário e obrigatório gratuito para todos, encorajar a organização de ensino secundário, geral e profissional públicos, ensino superior acessível a todos, disciplina escolar compatível com a dignidade da criança, entre outras. Ainda quanto à educação, a Convenção dispõe em seu artigo 29 sobre seus objetivos que incluem o desenvolvimento da personalidade da criança, inculcando-lhe o respeito pelos direitos do homem, pelos pais e por sua nacionalidade, além de prepara-la para assumir responsabilidades, ser tolerante e respeitar o meio ambiente.

Quanto à participação no mundo do trabalho, a Convenção afirma que a criança deve ser protegida de qualquer forma de exploração econômica ou trabalhos perigosos, devendo-se tomar medidas para que seja estabelecida uma idade mínima para admissão em emprego, bem como adoção de regulamentos próprios quanto a duração e condições de trabalho.

É importante atentar para a importância dada a educação em comparação com uma prudência no que diz respeito ao trabalho. Esse momento da vida, ao que parece, é o momento de aprender, de crescer, evoluir, para desenvolver em um homem responsável e consciente de seus direitos. A educação é exposta como capaz não só de desenvolver intelectualmente a criança, mas incorporar nela direitos e valores.

Quanto à punição de crianças e adolescentes, a Convenção de 1989 dispõe que as penas de morte ou de prisão perpétua não podem ser impostas aos menores de 18 anos, não podendo também passar por torturas ou tratamentos cruéis. Com a privação de liberdade, utilizada como último recurso e de forma breve, as crianças devem ser tratadas com humanidade e separadas dos adultos, além de manterem contato com os familiares e ter direito a uma rápida decisão sobre o caso. Independentemente do motivo que tenha levado uma criança a situação de institucionalização, lhe é garantido o direito de revisão periódica da medida imposta (ONU, 1989).

O artigo 40 da Convenção sobre os Direitos da Criança discorre sobre a administração da justiça de menores. As garantias estabelecidas no artigo são: presunção da inocência; ser informada das acusações e ter assistência jurídica; ter sua causa examinada sem demora; não ser obrigada a confessar-se culpada; recorrer das decisões; ser assistida por um intérprete, se necessário; ser respeitada em sua vida privada durante o processo. Os Estados Partes ainda se empenham em promover leis, processos, autoridades e instituições específicas para as crianças acusadas ou reconhecidas como infratoras. Assim, incentivam o estabelecimento de uma idade mínima para capacidade de infringir uma lei penal, a adoção de recursos extra judiciais para resolver esses casos (ONU, 1989).

Embora a Convenção estabeleça algumas garantias processuais para os menores de dezoito anos, a responsabilidade de criar leis específicas para os infratores é de cada Estado Parte, bem como a delimitação da idade penal. Daí se tem dentre os países signatários, diferentes formas de lidar com o ato infracional cometido por adolescentes, bem como diferentes idades de imputação penal.

As discussões internacionais quanto aos direitos da infância e juventude também se especifica no que diz respeito ao adolescente infrator, sendo os principais documentos na temática: as Regras de Beijing, de 1985; as Regras de Riad, de 1990; e as Regras das Nações Unidas para a Proteção de Menores Privados de Liberdade, de 1990. Esses textos utilizam o termo menor para se referir às crianças e aos adolescentes. Manteremos o termo para ser fiel às normativas dos textos, embora, com a Doutrina da Situação Irregular firmado no Código de Menores de 1979, esse termo se associe a problemáticas que vão muito além da infração.

Esses documentos possuem proposições muito semelhantes entre si e também com o que é preconizado na Convenção de 1989. A criança e o adolescente são concebidos como em fase de desenvolvimento e por isso necessitam de uma atenção

especial, que lhe assegurem nesse processo. Os menores que passam por processo judicial devem ter todas as garantias processuais, procurando sempre intervenções extrajudiciais e que, quando ocorrer da justiça intervir, que seja de modo não prejudicial.

A internação deve ser de caráter excepcional, pelo menor tempo possível, sempre em vistas da proteção do menor e que sejam garantidas sua educação e formação profissional. A ressocialização bem como a prevenção da criminalidade nessa idade deve estar inserida em políticas que englobe a comunidade, os familiares e o Estado, e levar em consideração que comportamentos inadaptados podem estar relacionados com processos de maturação, como é afirmado nas Diretrizes de Riad.

A idade de imputabilidade penal bem como as instituições que devem lidar com esses menores ficam à responsabilidade de cada Estado Parte, não havendo nenhum modelo obrigatório. O Sinase aqui já citado se configura como esse documento regulador do tratamento aos adolescentes infratores.

A legislação internacional específica para menores de 18 anos se mostra, de um modo geral, bastante coerente entre si. Traz como fundamento básico que crianças e adolescentes necessitam de uma proteção especial, mas que também precisam ser ouvidas em suas singularidades, pois são sujeitos de direito. Enfoca-se a educação como necessária e primordial para o desenvolvimento dos adultos que se tornarão, devendo ser garantida obrigatoriamente pelo Estado. A prioridade absoluta e proteção especial que crianças e adolescentes precisam estão, de um modo geral, nesses textos, apresentados como associados a sua condição de desenvolvimento. É necessário assegurar uma infância e juventude tranquila, com todos os direitos necessários para um desenvolvimento sadio e adaptativo. Percebe-se que esse período da vida precisa de um cuidado especial, pois muitas “coisas” estão ocorrendo e se não tiverem a atenção que merecem, corre-se o risco de a criança não virar um adulto saudável.

Essa noção de desenvolvimento como um processo contínuo, seriado, que precisa ser vivenciado em todas suas etapas até o estágio final, tem, com as teorias do desenvolvimento os argumentos de sua fundamentação. O próximo capítulo se propõe a compreender como os estudos da criança foram sendo investido pela noção de desenvolvimento, sendo apreendida por diversas ciências, como a psicologia, que será aqui principalmente discutida, e como essa ideia, juntamente com a teoria do capital humano, justifica todas as discussões que são feitas em torno da figura da criança e, mais especificamente, do adolescente infrator. Essas análises se atualizarão no contexto de aprovação da PEC 171, em 2015.

### **3. Atenção especial à infância e juventude e PEC 171 hoje: noção de desenvolvimento e teoria do capital humano.**

Nesse capítulo faremos um movimento inicial de trazer a Teoria do Capital Humano, proveniente da Escola de Chicago, como elemento fundamental de justificativa da atenção especial dada infância e adolescência, em vistas ao desenvolvimento de uma nação. Associando-o às teorias do desenvolvimento, que veicula a divisão do ciclo da vida em períodos mais ou menos constantes, os quais é preciso conhecer, pra saber como intervir, tem-se uma ideia dos discursos de verdade que circulam em torno desse adolescente. Analisaremos também a PEC 171 no acontecimento de sua aprovação, em 2015, trazendo como os discursos de discernimento e desenvolvimento, analisados nessa pesquisa, se adensam a ideia de capital humano.

#### **3.1 Crianças e adolescentes como objeto de pesquisa: noção de desenvolvimento e teoria do capital humano**

A divergência de opiniões exposta por Arantes (2012) quanto aos direitos da criança, no capítulo anterior, revela diferentes entendimentos de infância dos autores apresentados. Por mais que a ideia de “infância” como algo homogêneo e natural seja bastante comum nas discussões em que ela está presente, não é desse modo que se apresenta no campo de tensões e nem como compreendemo-la.

Hillesheim e Guareschi (2007) afirmam a necessidade de entender a infância através de mecanismos de poder, estratégias de saber e regimes de verdade que foram sendo articulados enquanto discurso em épocas e lugares diversos. Para elas, infância é uma invenção/construção social e, enquanto tal, precisa ser estudada relacionada com as práticas culturais, históricas e políticas dos discursos que as permeiam/produzem. Os saberes das disciplinas, como psicologia, educação, medicina, psicanálise e outros, além de descrever a infância, ainda a delimitaram enquanto diferente dos adultos, por meio de uma comparação, em que o adulto é o parâmetro. Essa é a proposta dessa pesquisa, sair de um entendimento da infância e juventude de modo dada para questionar esses discursos de verdade que a constituem, sobretudo no campo do direito, no caso do adolescente infrator.

Pensar o adulto como ‘meta’ do processo de desenvolvimento coloca as fases anteriores em um nível de menor importância. Nesse sentido, a noção de desenvolvimento pressupõe a ideia de progresso. Castro (2001) afirma que a imaginação desenvolvimentista associa a infância com um “traço a ser abolido”, se referindo a tudo



aquilo que se deve evitar para poder ser cada vez mais “maduro” e “civilizado”. Segundo a autora, isso só é possível através de uma lenta submissão aos padrões sociais que valorizam a autonomia, o racionalismo, a individualização e o auto-centramento.

A infância enquanto momento de preparação acaba por ser restringida a determinados ambientes, como a casa e a escola. Há, portanto, outros ambientes em que ela não pode ocupar, como a rua. As crianças são vistas como inferiores, incompletas, porque não possuem os atributos da maturidade e as diferenças percebidas entre adultos e crianças ganham um caráter de positividade (ter ou não alguma característica relacionada à idade) e não são vistas como processuais, contingentes e relacionais (CASTRO, 2001).

Fazendo referência a Ghiraldelli (2000), Hillesheim e Guareschi (2007) citam duas produções de discursos sobre a infância. A primeira, relacionada com Santo Agostinho e Descartes, concebe a infância como uma fase a ser ultrapassada, seja porque é um momento de pecado ou por ser desprovida de razão. A segunda produção discursiva é ligada a Rousseau e compreende a infância como momento de inocência e pureza. Ambas as produções estabelecem uma relação de poder entre o adulto e a criança, colocando-a como necessitada de instrução para sair da situação em que se encontra.

A modernidade, conforme Hillesheim e Guareschi (2007), inaugura uma sistematização de saberes/poderes para falar da infância, sendo a psicologia do desenvolvimento um deles. Com a organização do sistema escolar, que, segundo Ariès (1981) citado pelas autoras, ampliou o período da infância, a necessidade de estudos sobre as crianças aumentou, virando tema de discurso de especialistas. Daí surge a psicologia do desenvolvimento, enquanto saber especializado e comprometido com os valores da Modernidade. Ela emerge influenciada pelas ideias do Iluminismo, em que a razão ocupa posição central, sendo condição para o desenvolvimento. Assim, valores como progresso, estabilidade, ordem e neutralidade são importantes para o pensamento ocidental, colocando a criança como primitivo, a quem se deve emancipar com a consolidação desses valores.

Associada à psicologia da educação, a psicologia do desenvolvimento surge vinculada ao movimento funcionalista no fim do século XIX, cujo cerne era a adaptação do indivíduo ao meio. Sendo assim, seus principais estudos estavam relacionados a predição e controle de comportamentos, sobretudo no ambiente escolar.

As autoras compreendem que mais do que julgar os discursos da psicologia como falsos, é preciso pensar infância não como um objeto dado, que foi apreendido pela

psicologia do desenvolvimento, mas como uma invenção. Naturalizar a infância como uma etapa do desenvolvimento contribui para a delimitação do modo de ser criança, e, conseqüentemente, o estabelecimento de uma norma, o que acaba por excluir e patologizar todas as outras vivências que não se encaixem nesse parâmetro construído. Esse pensamento busca reduzir as disparidades, universalizando modos de vidas e os homogeneizando.

Cabe ressaltar, contudo, que o interesse pelo desenvolvimento infantil é anterior ao da psicologia. Ottavi (2001) fez uma revisão sobre a noção de desenvolvimento, baseando-se, sobretudo, na obra de G. Canguilhem, *Du développement à l'évolution*, de 1985. Ottavi acredita que a ciência da criança não provem de um interesse pela mesma, com vistas a melhorar sua educação. Isso só foi possível a partir do século XIX, quando o conhecimento da criança foi organizado com finalidades práticas e associado à educação.

Para se compreender como surgiu esse interesse da ciência pela infância, Ottavi (2001) afirma que é preciso se aprofundar em um problema teórico, que vai desencadear a invenção da ciência da criança como ciência do desenvolvimento. Citando a obra de Canguilhem, o autor diz que o conceito de desenvolvimento é anterior à teoria da evolução, tendo surgido no século XVII com a teoria preformista da geração. Essa noção surge com a descoberta dos ovários e, posteriormente, dos espermatozoides e assume a ideia de que o organismo já está totalmente formado no ovo, mas na condição de germe. Desenvolvimento, para essa teoria, é simplesmente o desenrolar de algo que estava enrolado, envolto e escondido, mas existente. A teoria preformista é inteiramente compatível com o criacionismo, pois a ideia de que já se está formado e do desenvolvimento como manifestação do que já existe, remete a noção de que esse desenrolar só pode ser guiado pela Providência Divina, a mesma que o criou enquanto gérmen.

Contudo, outra concepção de desenvolvimento surge no século XVIII se opondo à preformista. É a teoria epigenética, que surge no campo da embriologia e afirma que crescer não é, inicialmente, se desenvolver, no sentido citado do termo, mas uma sucessão de acumulações de materiais, uma formação, pela associação de substâncias externas, a partir do inexistente. O germe se associa a outras substâncias e vai se formando pela junção de materiais, sendo capaz de se autoproduzir. Esse modelo epigenético do desenvolvimento se expande, juntamente com a teoria da evolução, para a totalidade da matéria viva. Assim, a espécie se torna, com essa teoria, resultado de mutações diversas

e acumulações não previstas. Daí surge a ideia do transformismo de Lamarck, hipótese segundo qual uma espécie pode surgir de outras, devido às mudanças por fatores internos e externos ao organismo vivo (OTTAVI, 2001).

As teorias epigenéticas, ao excluírem a noção de germe, lançam mão da ideia de história para a construção/formação do seres. Mudanças que não são inicialmente previstas, mas que acontecem com o tempo, com a experiência, a acumulação de fatos. Oswei Temkin, segundo Ottavi (2001), analisa a relação entre o pensamento epigenético e a filosofia da história, mais especificamente a filosofia alemã do século XIX. Segundo Temkin, no final do século XVIII o modelo biológico da epigênese tende a se impor entre os filósofos. Afirmar ainda que C. Dollinger acreditava que cada fenômeno possui um lugar “historicamente” situado na vida, se relacionando e adquirindo significado do que o precede e do que o sucede. Assim, não só o desenvolvimento embrionário, mas toda a vida poderia ser apreendida em termos de história. Desse modo, a filosofia da natureza recupera o termo força genética, enquanto força invisível que impulsiona o processo de formação, e alonga a ação de tal força para todo o devir, além da evolução, sendo possível traçar um paralelo entre o devir do indivíduo e da civilização.

Essas discussões quanto à noção de desenvolvimento, expostas pelas teorias preformista e epigenética, culminam em uma ampliação também na discussão sobre a evolução psicológica, que passa a ser entendida pela teoria epigenética em termos de “gênese”. As faculdades mentais superiores, então, são devidas ao tempo e à evolução. A partir daí, Ottavi (2001), citando Canguilhem, se refere a teoria da recapitulação de Ernest Haeckel, de 1868. De acordo com essa teoria, o indivíduo possui todas as etapas biológicas da raça e as resume, percorrendo-as durante o crescimento. Assim, a criança estaria numa posição privilegiada para permitir o testemunho da evolução psicológica. Estudar a psicogênese individual seria um meio para o estudo da psicogênese da espécie. Para Canguilhem, essa é uma teoria preformista, pois encerra a criança num passado a ser revivido. Há, porém, estudos da psicogênese com um viés epigenicista, como J. Fiske, que concede ao imprevisível uma parte determinante e vê a criança como meio de progresso, associado à ideia de educação.

O pioneiro nos estudos da adolescência, Stanley Hall<sup>44</sup>, segundo Campos (1981), desenvolveu uma teoria biogenética, a qual foi influenciada pelo conceito de evolução

---

<sup>44</sup> Psicólogo e educador norte-americano, Granville Stanley Hall nasceu a 1 de fevereiro de 1884, em Ashfield, Massachusetts, e faleceu a 24 de abril de 1924. Em 1867, formou-se no Williams College, depois, interessado em Teologia e Filosofia, estudou no Seminário de União Teológica. Posteriormente,

biológica de Darwin juntamente com a teoria da “recapitulação”. Hall entendeu que as experiências da espécie humana viravam parte da estrutura genética de cada indivíduo. Assim, o processo de desenvolvimento passa em seu organismo por estágios correspondentes aos que ocorreram na história da humanidade – da selvageria a civilização.

Hall acreditava que também a evolução psicológica seguia a lei da recapitulação, assim a ontogênese repetia a filogênese. A adolescência era vista como um novo nascimento de características superiores, mais humanas. O autor destacava ainda o período como conturbado porque repleto de oscilações emocionais (CAMPOS, 1981).

A criança assim ora é vista como meio de conhecer o passado, ora o futuro. Contudo, a ideia de passado se mostrou mais forte no começo dos estudos sobre as crianças. Já tinham seu futuro encerrado, sendo vista como memória, como selvagem, pois ainda não havia evoluído. Estudá-la, então, remetia a um estudo de vidas inferiores, anteriores e, conseqüentemente, da civilização.

Desse modo, pelas palavras de Ottavi:

Assim definida, a criança torna-se, então, um sujeito privilegiado de observação, porque exemplifica um processo epigenético, histórico, de formação e, em particular, de formação do espírito; pra lá da sua individualidade, esclarece sobre uma natureza cuja substância é história ou sobre uma história integrada num desenvolvimento ou numa evolução naturais (2001, p. 43).

Percebe-se, com esses autores, como o estudo da infância se desenvolveu no decorrer dos tempos, iniciando-se como um modo de conhecer melhor o adulto e sua evolução e configurando-se em uma forma de “delimitação” de espaços e práticas para as crianças, bem como de “preparação” para uma vida adulta adaptada.

Voltando-se para o estudo da adolescência, Campos (1981) acredita que não há entre os estudiosos um consenso quanto a um critério biológico ou psicológico que a defina. Isso porque as variações individuais tornam impossível associar a idade

---

influenciado pela obra de Wilhelm Wundt, dedicou-se à psicologia e, em 1878, obteve o seu doutoramento, sob a orientação de William James, pela Universidade de Harvard, tornando-se no primeiro doutorado em psicologia do país. Organizou o primeiro laboratório americano de psicologia, em 1882. Cinco anos depois, fundou o *Jornal Americano de Psicologia*. Granville Stanley Hall foi o primeiro Presidente da Associação Americana de Psicologia.. Stanley Hall foi pioneiro, nos Estados Unidos, no estudo do desenvolvimento da criança e da psicologia educacional. Nas suas investigações, debruçou-se também sobre os problemas da criança e do adolescente em três aspetos: conflitos com os pais, perturbações de humores, comportamentos de risco. Disponível em:< [http://www.infopedia.pt/\\$stanley-hall](http://www.infopedia.pt/$stanley-hall)>.

cronológica à biológica e as características psicológicas variam de uma teoria para outra. A autora entende que as sociedades estabelecem requisitos para o mundo adulto que estão mais relacionados com tradição social do que do maturidade biológica. Para Campos (1981), geralmente as culturas empregam dois tipos de critério de pertencimento ao mundo adulto, a saber, os que definem a função (ganhar a vida) e os que definem o status (direito ao voto).

Afirmando haver dois tipos de teorias do desenvolvimento, Campos (1981) as delimita enquanto: teoria de desenvolvimento biogenético, por exemplo, os pré-formistas e predeterministas, e as socioculturais, que concebem os fatores ambientais como determinantes dos comportamentos. A teoria sociocultural, segundo a autora, começou a desafiar a visão biogenética com o advento do behaviorismo na figura de John Watson e dos estudos da antropologia cultural nas décadas de 1920 e 1930.

Analizando-se dois manuais de psicologia do desenvolvimento, a saber, Berger (2003) e Shaffer (2005), percebe-se um enfoque no biológico, principalmente no início da adolescência. Considerada um período intermediário, a adolescência é entendida como bastante complexa, em que ganha destaque o desenvolvimento da identidade e a busca da maturidade, processos estes que inevitavelmente geram sofrimento, segundo os textos.

As obras de Aberastury e Knobel (1989) e Aberastury e cols. (1990) trazem uma concepção de adolescência repleta de características biogenéticas, principalmente no que se refere às mudanças corporais acompanhadas da formação da personalidade e do desejo de entrar no mundo adulto. A relação com os pais também é enfatizada como sendo conflituosa devido às discordâncias entre as mudanças do filho e as expectativas dos pais. Entendida como “o momento mais difícil da vida do homem”, para a adolescência são enumeradas características do que seria a adolescência normal, dentre elas, busca de si mesmo, crises religiosas, tendência grupal, constante flutuação do humor e separação progressiva dos pais (ABERASTURY e cols, 1990).

Apesar de afirmarem que o contexto biológico por si só não pode determinar os comportamentos típicos dos adolescentes, Stone e Church (1969) atribuíram algumas características psicológicas naturalizantes para esse grupo, como, por exemplo, concebê-lo como carente de um eu estável, ainda em formação como o próprio corpo, daí justificando o uso da ideia de fase, bem como transições, e apontando alguns outros traços específicos como a tendência grupal e conflito com os pais. Os grupos que não se encaixam nas características por eles descritas são denominados como “desvios” da

concepção clássica. Desse modo, percebe-se que a visão sobre essa etapa da vida parte de um viés adultocêntrico, estabelecendo modos de ser normais e desviantes.

Papalia e Olds (1981) apontam a pubescência como o início da adolescência, fase essa caracterizada pelas mudanças biológicas no corpo da criança. O final dessa fase, no sentido psicológico, é alcançado quando uma pessoa liquidou algumas tarefas, a saber, descobrir a própria identidade, tornar-se independente dos pais, desenvolver seu próprio sistema de valores e tornar-se capaz de desenvolver relacionamentos maduros e interdependentes de amizade e amor. As autoras apontam que, de acordo com esses critérios, há pessoas que nunca se tornam adultas, apesar da idade cronológica.

Knobel (1981, p.8) enfoca o caráter da descoberta da identidade nessa fase de desenvolvimento, dizendo que “toda idade é um preparo para a idade posterior e finalmente para a morte”. Desse modo, tal fase não deve ser considerada especial e única. O autor aponta ainda que, avaliando a conduta do adolescente, é possível afirmar que todo o processo da adolescência implica certa característica do tipo psicopático, configurando o que o autor designa de anormalidade normal, condição inerente à evolução normal deste período.

Apesar de acreditar que não seja possível conceber a adolescência como algo isolado, dependente apenas do indivíduo, Knobel (1981) sustenta que as variações do meio, apesar de modificarem as “expressões” da anormalidade normal do adolescente, não são suficientes para condicionar todas as mudanças evolutivas dessa fase. As circunstâncias exteriores não dão conta dos conflitos da adolescência, para o autor.

Campos (1981) analisa a teoria de Knobel e entende que, para os psicanalistas, o caráter “patológico” da adolescência lhe é inerente posto não ser possível passar por esse período de vida sem experienciar uma crise. A sintomatologia da síndrome normal da adolescência se caracteriza por: busca de si mesmo e da identidade; tendência grupal; necessidade de intelectual e fantasias; crises religiosas; desorientação temporal; evolução sexual do auto erotismo à heterossexualidade; atividade social reivindicatória; contradições nas manifestações da conduta; separação progressiva dos pais; flutuações constantes de humor e estado de ânimo.

Erik Erikson<sup>45</sup> (1987, p. 124) possui estudos bastante referenciados quanto à adolescência. Ele concebe essa fase como “um modo de vida entre a infância e a vida

---

<sup>45</sup> Erik Erikson (Homburger, Frankfurt, 1902 - Harwich, Massachusetts, 1994). Depois de estudar arte em sua juventude, ele conheceu Anna Freud, por influência da qual se estabeleceu em Viena e juntou-se ao movimento psicanalítico. Em 1933, emigrou para os Estados Unidos, onde estudou a influência cultural no

adulta”, atribuindo-lhe o conceito de moratória, entendido como o tempo necessário para a integração de elementos de identidade atribuídos nas fases anteriores. Desse modo, a adolescência seria o momento em que há a construção da identidade do sujeito, que culminará em sua formação completa na vida adulta.

Analisando a teoria antropológica da adolescência, Campos (1981) discorre sobre os estudos de Ruth Benedict<sup>46</sup>. Para a antropóloga, a diferença entre as sociedades primitivas e a ocidental, quanto à ideia de desenvolvimento, pode ser percebida pelo caráter de descontinuidade presente em nossa sociedade. As mudanças que as crianças passam, de um estágio de dependência e submissão, para outro em que tem que assumir suas responsabilidades, se dá de forma brusca e não gradualmente como ocorre nas primitivas. Desse modo, a teoria antropológica acaba por resolver a questão teórica que tenta explicar se o processo de desenvolvimento se dá por estágios ou de forma contínua. As observações do meio ambiente, das instituições e do modelo específico de condicionamento cultural vão determinar o tipo de desenvolvimento (CAMPOS, 1981).

As teorias que foram aqui explicitadas, apesar de não esgotarem o modo como a psicologia do desenvolvimento é entendida e estudada nos dias de hoje, tentam explicitar esse modo de compreender a infância e a adolescência expostos nas legislações até aqui discutidas. O caráter de falta, de “excepcionalidade”, de “ser em desenvolvimento” se relacionam com as concepções desenvolvidas por essas teorias.

A maior parte das teorias de desenvolvimento aqui expostas remete ao que Coimbra, Bocco e Nascimento (2005) chamam de lógica desenvolvimentista, que considera a adolescência como uma etapa de desenvolvimento, pela qual todos passam de modo similar. Para as autoras, o pensamento psicológico que predominava no final do século XIX, início do século XX, foi responsável por atribuir determinadas características inerentes a esse período da vida, ao mesmo tempo em que separava comportamentos e sujeitos normais de anormais. Dentro dessa lógica desenvolvimentista, o biológico ganha força nas explicações dos fenômenos tidos como peculiares da adolescência. Assim, a

---

desenvolvimento psicológico trabalhando com crianças de várias reservas indígenas. Considerado um dos representantes da tendência culturalista da psicanálise, as suas obras referem-se especialmente à crianças e adolescentes. Disponível em: < [https://pt.wikipedia.org/wiki/Erik\\_Erikson](https://pt.wikipedia.org/wiki/Erik_Erikson)>.

<sup>46</sup> As teorias de Ruth Benedict exerceram profunda influência sobre a antropologia cultural, sobretudo no estudo das relações entre cultura e personalidade. Ruth Benedict, Ruth Fulton em solteira, nasceu em 5 de junho de 1887 em Nova York. Formada em literatura inglesa, desde sua iniciação nas ciências sociais, na década de 1920, concebeu as culturas como construções integradas de elementos intelectuais, religiosos e estéticos. Orientada por Franz Boas, doutorou-se na Universidade de Colúmbia, onde lecionaria a partir de 1930, com a tese *The Concept of the Guardian Spirit in North America* (1923; O conceito do espírito guardião na América do Norte), sobre um mito onipresente entre os índios americanos. Disponível em :< <http://www.biomania.com.br/bio/?pg=artigo&cod=1624>>.

rebeldia, agressividade, melancolia e outras características se associam com as mudanças hormonais da puberdade.

O pensamento desenvolvimentista, segundo as autoras, está fundamentado no princípio da primazia da razão, arraigada no modo de vida ocidental a partir do pressupostos cartesianos. Segundo esse princípio, os sujeitos são guiados pela consciência calculante, o que permite uma apreensão do mundo cada vez mais sofisticada. Assim, os sujeitos, à medida que passam pelas fases de desenvolvimento, tendem a aprimorar-se mais, principalmente no nível racional, para dominarem cada vez mais os conhecimentos sobre si e sobre o mundo. Essa visão “cartesiana racionalista-desenvolvimentista” pressupõe a adolescência como um período de formação da identidade, que estaria obrigatoriamente condicionada a atingir certo objetivo, que é a racionalidade madura.

Mais do que uma identidade adulta, a que todos estão destinados, essa identidade deve ser fixa e homogênea, o que é possível determinando os modos corretos de estar no mundo, através da produção de uma norma. Para Coimbra et al (2005), conceber determinados modos de ser para a adolescência tem como resultado a homogeneização do grupo, que está diretamente relacionada com a lógica capitalística. Contudo, ao mesmo tempo que o pensamento desenvolvimentista homogeneíza, o modo de subjetivação capitalística individualiza o modo como as pessoas passam pelas fases da vida e como enfrentam suas dificuldades. Assim, chegar ou não a essa maturidade adulta almejada depende da capacidade e empenho de cada indivíduo.

As autoras acreditam que a visão desenvolvimentista norteia também vários aspectos da lei brasileira específica para a infância e adolescência, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Afirmam isso ao apresentar diversas passagens do estatuto em que o termo “pessoa em desenvolvimento” está presente.<sup>47</sup>

A ideia de homogeneização, necessária para o modo de produção capitalista encontra na lógica desenvolvimento um reforço para afirmar que há padrões de comportamento em cada fase da vida e que as pessoas tem que se conformar a eles para entrar no mercado de trabalho e se tornar um adulto.

---

<sup>47</sup> Art. 6º. Na interpretação desta Lei levar-se-ão em conta os fins sociais a que ela se dirige [...] e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento. Art. 15º. A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis [...]. Art. 53º. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa [...]” (BRASIL, 1990).



Conforme já discutido na pesquisa, a noção de desenvolvimento vem associada a educação, sobretudo escolar, na legislação especial para menores de dezoito anos, dando a entender que a educação é essencial nesse processo de crescimento, não só cognitivo, mas também em termos adaptativos e de desenvolvimento de personalidade. Essa lógica de desenvolvimento tem um final pré-determinado, que é o homem maduro, em conformidade com as normas sociais. A educação e todas as garantias necessárias para uma criança se tornar um adulto saudável são os eixos base de todos os documentos que tratam da infância e juventude. A importância dada a educação para a formação do ser humano e a preocupação com as idades cada vez menores em um modo de produção capitalista, que preza pela conformação, remete a necessidade de formar trabalhadores com atributos específicos, o que requer investimento nesses trabalhadores em potencial. A teoria do Capital Humano veicula a ideia de que os seres humanos também devem ser vistos como um fator de produção, que precisa ser corretamente investido para que o crescimento econômico ocorra e um país se desenvolva.

A Teoria do Capital Humano surge na Escola de Chicago<sup>48</sup> e tem como nomes de destaque Theodore Schultz<sup>49</sup>, Gary Becker<sup>50</sup> e Mincer<sup>51</sup>. Becker (1996) afirma que, na época da formação da Escola de Chicago, os Estados Unidos enfrentavam problemas

---

<sup>48</sup> Madeira (2002), citando a obra de Freitas (2002), afirma que a Universidade de Chicago foi criada em meio a um contexto de crescimento urbano, sendo a primeira universidade dos Estados Unidos com um departamento de sociologia. Lá nasceu a Escola de Chicago, cuja história abarca duas fases, a saber, primeira fase de 1915 a 1940 e a segunda, no pós Segunda Guerra Mundial, de 1945 a 1960.

<sup>49</sup> Theodore William Schultz (Arlington, 30 de abril de 1902 — Evanston, 26 de fevereiro de 1998) foi um economista estadunidense. No pós-guerra, Schultz pesquisou a rápida recuperação da Alemanha e do Japão, comparando a situação desses países à do Reino Unido, onde ainda havia racionamento de alimentos muito tempo depois da guerra. Concluiu que a velocidade de recuperação se devia a uma população saudável e altamente educada. Segundo ele, a educação torna as pessoas produtivas e a boa atenção à saúde aumenta o retorno do investimento em educação. Assim, introduziu a ideia de "capital educacional" relacionando-o especificamente aos investimentos em educação. Tal ideia foi a base da Teoria do Capital humano, posteriormente desenvolvida por Gary Becker, e inspirou um grande número de trabalhos sobre o desenvolvimento, nos anos 1980, motivando investimentos no ensino técnico e vocacional pelas instituições financeiras do Sistema Bretton Woods - como o FMI e o Banco Mundial. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Theodore\\_Schultz](https://pt.wikipedia.org/wiki/Theodore_Schultz)>.

<sup>50</sup> Gary Stanley Becker (Pottsville, 2 de dezembro de 1930 — 4 de maio de 2014) foi um economista estadunidense. Professor na Universidade de Chicago, foi laureado com o Prêmio de Ciências Econômicas de 1992 por ter estendido os domínios da análise microeconômica para comportamento e interação humana. Foi membro do Hoover Institution, do National Bureau of Economic Research e da Pontifícia Academia das Ciências desde 1997. Disponível em <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Gary\\_St Stanley\\_Becker](https://pt.wikipedia.org/wiki/Gary_St Stanley_Becker)>.

<sup>51</sup> Jacob Mincer (Tomaszow, Polônia, 15 de julho de 1922 - Nova York, 20 de agosto de 2006) foi um economista que era geralmente considerado o pai da economia trabalhista moderna e ajudou a definir o campo de desenvolvimento e análise do capital humano, a maneira pela qual os indivíduos investem em suas habilidades de trabalho para ganhar salários maiores no futuro. Usando dados dos censos de 1950 e 1960, Mincer determinou que o rendimento anual de uma pessoa aumentou em 5-10% para cada ano de escolaridade adicional concluída. Mincer resumiu suas descobertas na *Seminal Schooling, Experience e Earnings* (1974). Disponível em: <<https://global.britannica.com/biography/Jacob-Mincer>>.

referente a pobreza e a imigração. Um problema de grande destaque da época era delinquência juvenil, que atingia especialmente os filhos dos imigrantes de Chicago. Essa situação suscitava dois tipos de problemas: primeiramente um problema de reforma, como agir com essas crianças, e também uma questão sociológica, entendendo que a má socialização dessas crianças seria geradora de mais problemas futuros.

Nesse contexto, a supracitada teoria surge como uma busca de explicação, segundo Schultz (1973), para a abundância econômica. Segundo o autor, foram empregadas diversas tentativas de justificar as mudanças que ocorriam na produtividade. As explicações utilizando os recursos naturais e físicos, como número de operários, estoques de capital, se mostravam insuficientes.

Apesar das limitações que apresenta na análise do crescimento econômico, a classificação tripartida dos fatores de produção, a saber, terra, trabalho e capital, advinda da economia clássica, ainda permanecia. Há, contudo, uma maior valorização do trabalho e do capital nos estudos mais modernos. Schultz (1973) acredita que o progresso econômico deve ser analisado em termos de investimento, em que se computem todos os investimentos adicionais e as alterações do capital, possibilitando uma explicação para tal crescimento.

O autor acredita que os investimentos no homem vinham sendo negligenciados no pensamento econômico e que precisam de maior atenção. A ideia de capital humano remete a investimentos em educação, saúde, migração interna, dentre outros. Apesar de já ser uma ideia antiga que as pessoas adquirem capacidades e conhecimentos, concebê-las como capital pode oferecer certa resistência, ao pôr em questão a liberdade humana. Entretanto, o investimento em si mesmo aumenta o raio de escolha dessa pessoas, aumentando seu bem estar e firmando-os como livres (SCHULTZ, 1973).

Becker (1993) afirma que a denominação “capital humano” se deve a indissociabilidade do capital daquele que o possui, diferente do capital físico e financeiro que pode ser movimentado, mesmo que seu dono permaneça fixo. O autor afirma ainda que a má aceitação de seu livro sobre a temática deveu-se a contestação das pessoas em serem tratadas como máquinas ou escravos. Melhor aceita posteriormente, a teoria ainda encontrou críticas no meio acadêmico que discutia a exploração do trabalhador pelo capital, ao que Becker revidou, afirmando que seus livros e os de Schultz foram utilizados em países comunistas como a União Soviética, além da Europa Oriental e China.

Os trabalhadores viram então capitalistas, de acordo com Schultz (1973), não porque houve uma distribuição do capital das empresas, mas porque podem adquirir

habilidades e competências que têm valor econômico e, juntos com outros investimentos humanos, são responsáveis pela superioridade produtiva de um país. Já os países pobres, afirma o autor, carecem de um investimento correto, pois há a crença de que sua pobreza decorre de uma falta de capital. O capital vindo de fora acaba sendo, desse modo, investido em equipamentos, estruturas, mercadorias em detrimento do homem, limitando a possibilidade de crescimento econômico.

Frigotto (2010), quanto a esses investimentos externos, afirma que a retomada da prosperidade econômica no final da década de 1950, permite aos Estados Unidos se proporem a ajudar as nações subdesenvolvidas, através de ajuda financeira e cooperação técnica. O Tratado da Aliança para o Progresso<sup>52</sup>, assinado em 1961, em Punta del Este, Uruguai, simboliza um novo modos do EUA se relacionarem com os países sul-americanos, bem como serve de instrumento para a ampliação de sua influência no continente.

Schultz (1973) concentra seus estudos em cinco atividades que capacitam os humanos, a saber, recursos relativos à saúde, que incluem todos os gastos que afetam a expectativa de vida de um povo; treinamento no emprego; educação formal; planos de estudos para adultos não inseridos em firmas, no caso da agricultura; e, migração individual e familiar para adaptação a oportunidades de empregos.

Detalhando um pouco mais esses campos de estudo, Becker (1993) expõe que a educação e o treinamento são os mais importantes investimentos no capital humano, já existindo estudos suficientes que mostram que, quanto maior nível de educação, maior o salário. As críticas a essa lógica defendem que o fato de haver maiores ganhos entre os graduados no ensino superior do que no ensino médio se deve ao fato de os estudantes mais produtivos irem para a universidade, e não que a universidade os tenha tornado produtivos. O autor rebate tal crítica afirmando que as habilidades acadêmicas não são as

---

<sup>52</sup> Aliança para o Progresso foi um amplo programa cooperativo destinado a acelerar o desenvolvimento econômico e social da América Latina, ao mesmo tempo que visava frear o avanço do socialismo nesse continente. A sua origem remonta a uma proposta oficial do Presidente John F. Kennedy, no seu discurso de 13 de Março de 1961 durante uma recepção, na Casa Branca, aos embaixadores latino-americanos. O discurso foi transmitido pela Voz da América em inglês e traduzido em espanhol, português e francês. A Aliança duraria 10 anos, projetando-se um investimento de 20 bilhões de dólares, principalmente da responsabilidade dos Estados Unidos, mas também de diversas organizações internacionais, países europeus e empresas privadas. A proposta foi depois pormenorizada na reunião ocorrida em Punta del Este, Uruguai, de 5 a 27 de Agosto, no Conselho Interamericano Económico e Social (CIES) da OEA. A Declaração e Carta de Punta del Este foram ambas aprovadas por todos os países presentes, com a exceção de Cuba. Disponível em: < [https://pt.wikipedia.org/wiki/Alia%C3%A7%C3%A3o\\_para\\_o\\_Progresso](https://pt.wikipedia.org/wiki/Alia%C3%A7%C3%A3o_para_o_Progresso)>.

mais procuradas pelas empresas, e que a relação de sucesso seria a uma formação para o contexto de trabalho nesses espaços de educação.

Ao comentar sobre a importância da família na discussão sobre capital humano, Becker (1993) destaca que as diferenças na criação das crianças por parte dos familiares tendem a ter efeitos cada vez maiores nos adolescentes, pois é mais difícil para o mercado de trabalho inserir desistentes que mal sabem ler ou que nunca desenvolveram bons hábitos para o trabalho. Afirma ainda que os pais podem influenciar aspectos das vidas do filho como gravidez precoce, dependência estatal e instabilidade marital. Por fim, conclui que há uma relação negativa entre o número de filhos de uma família e os gastos individuais com os mesmos, o que estabelece uma relação próxima e inversamente proporcional entre crescimento populacional e investimento em capital humano.

Chiavenato (2006) analisa o capital humano diretamente de dentro das empresas. Para ele, na era da informação, o capital financeiro deixa de ser o recurso mais relevante da organização, dando lugar ao capital intelectual, que é composto pelo capital interno, que corresponde a organização interna da organização, conceitos, modelos e sistemas internos; o capital externo, que seria a relação com os clientes e fornecedores; e, o capital humano, que diz respeito às pessoas com seus talentos e competências.

O valor desse capital varia a medida em que consegue ter uma influência sobre as ações da empresa. A organização, assim, necessita investir em quatro importantes incentivos, a saber: autoridade, liberdade de decisão para os empregados; informação, facilitar sua circulação para melhores tomadas de decisão; recompensas, incentivando o trabalho bem feito; e, competências, ajudar os empregados a desenvolvê-las, para assim melhorar os rendimentos da empresa (CHIAVENATO, 2006).

O autor afirma ainda que a mudança da ideia de recursos humanos para capital humano se dá também porque recurso remete a matéria, e logo um trabalho mais repetitivo e braçal, o que tem mudado nas organizações. Além dessa, outras mudanças são notadas, como o realce de diferenças e talentos individuais; trabalho multidisciplinar, em que não se opera uma lógica divisória cartesiana, mas sim a necessidade de aplicar corretamente os talentos; a relação gerente executivo já não se configura de forma autocrática, cuidando do processo de seleção e treinamento das organizações; o desenvolvimento das pessoas se transformou em uma preocupação geral, através de universidades corporativas, empresas-escola; cada executivo possui a função de desenvolver talentos humanos, aumentando cada vez mais esse capital humano (CHIAVENATO, 2006).

Assim, o processo educativo se reduz a produzir habilidades, atitudes e conhecimentos que se constituem como geradores de capacidade de trabalho e, conseqüentemente, de produção. A teoria do capital humano se liga a perspectiva tecnicista que está em desenvolvimento desde a década de 1950, transformando a educação em um fator de produção. Tecnicado, o sistema educacional é concebido como uma empresa, em que são aplicadas as mesmas técnicas e máquinas do sistema produtivo (FRIGOTTO, 2010).

A discussão trazida por Chiavenato mostra o “destino final” do investimento que se pretende educacional e formal, a escola e as empresas se unem para controlar os indivíduos nesse processo de potencialização. A empresa precisa de determinado tipo de indivíduo e vão ser buscadas parcerias com escolas e universidades nesse sentido.

Frigotto (2010) faz uma análise crítica da teoria de capital humano e dá maior destaque a sua relação com a educação. Para a compreensão do contexto em que essa teoria emerge, o autor atenta para a necessidade de se entender o modo de produção capitalista. Nesse modo de produção, a conjuntura histórica básica é o trabalhador se configurar como uma força de trabalho duplamente livre, destituído de propriedade e livre de dominação de alguém sobre si. Ao perder suas condições objetivas de apropriação da natureza, ele se constrange em ser um assalariado, um vendedor de si mesmo enquanto mercadoria. O trabalho, que tem como função criar valores de uso, recebe uma determinação histórica, se tornando trabalho genérico, abstrato, força de trabalho. Dessa forma, se constrói um modo de produção no qual as relações de produção de existência são marcadas por uma separação entre os proprietários dos meios e instrumentos de produção e os não proprietários, os assalariados. Essa lógica é fundamental para entender como as relações de produção e a educação se desenvolvem.

Apreendendo-se, assim, a teoria do capital humano historicamente, é notável seu desenvolvimento nas discussões sobre fatores explicativos do crescimento econômico, associando avanços educacionais e desenvolvimento econômico de um país. Frigotto afirma que:

A teoria do capital humano, que tem no arsenal da economia neoclássica, na ideologia positivista os elementos constitutivos, os pressupostos do seu estatuto teórico, vem, ao mesmo tempo, se constituindo numa teoria do desenvolvimento e numa “teoria da educação”. Quanto ao primeiro sentido concebe a educação como produtora da capacidade de trabalho, potenciadora de trabalho e, por extensão, potenciadora da renda, um capital (social e individual), um fator de desenvolvimento econômico e social. Quanto ao segundo sentido, ligado ao primeiro, a ação pedagógica, a prática educativa

escolar reduzem-se a uma questão técnica, a uma tecnologia educacional cuja função precípua é ajustar requisitos educacionais a pré-requisitos de uma ocupação no mercado de trabalho de uma dada sociedade. Trata-se da perspectiva instrumentalista e funcional de educação (FRIGOTTO, 2010, p. 27).

O autor afirma ainda que a teoria do capital humano é uma especificação das teorias de desenvolvimento amplamente criadas nos anos pós Segunda Guerra Mundial, envolvendo questões da relação trabalho-capital, administração do processo de trabalho acompanhado pela crescente automação da produção e o reflexo disso no processo de trabalho. Essas teorias desenvolvimentistas apoiam um maior intervencionismo do Estado. Assim sendo, o capital humano reflete a quantidade de investimento que um país faz ou os próprios indivíduos, buscando-se retornos futuros. Macroeconomicamente entendido, esse investimento no “fator humano” se configura como um determinante básico para aumentar a produtividade e superar o atraso econômico. De um ponto de vista microeconômico, se mostra como um fator que explica as diferenças individuais de produtividade, renda e, logicamente, de mobilidade social (FRIGOTTO, 2010).

Percebe-se, então, como esse conceito mascara as relações de poder que envolvem as diferenças econômicas entre os países e as pessoas, isentando o caráter orgânico da acumulação, concentração e centralização do capital. Ele nivela o capital físico e a capacidade de trabalho dos indivíduos, ambos entendidos como mercadorias. Nesse nivelamento, o trabalhador é visto também como proprietário de um capital (investimentos que faz em si próprio) e seu salário passa a ser entendido como uma remuneração de seu capital humano, o que esconde as relações de exploração capitalistas (FRIGOTTO, 2010).

No caso do Brasil, nota-se que, justamente no auge da internacionalização da economia brasileira, o capital humano começa a ser utilizado insistentemente, evocando-se a educação como meio de modernização e equilíbrio das desigualdades regionais. Essa ideia justifica políticas de aceleração de acumulação, centralização e concentração capital, pois começa a entender a democratização das oportunidades de educação como o meio mais eficiente de distribuição de renda, sendo encontrada, na segunda metade da década de 1960, nos planos econômicos governamentais tais justificativas, em detrimento das negociações entre patrão e trabalhador (FRIGOTTO, 2010).

Esse modelo de compreensão da relação entre educação e mobilidade social se forma de modo circular, pois, ao mesmo tempo que a teoria do capital humano associa a mobilidade social com a educação, entende o “fator econômico” (indicadores

socioeconômicos) como responsável pelo acesso e permanência escolar. Isto é, a escolarização é compreendida como determinante da renda futura, da mobilidade e o acesso à escola são explicados pelas renda e outros indicadores de desenvolvimento econômico (FRIGOTTO, 2010).

Ao que parece o estudo o capital humano engloba todas as áreas da vida de uma pessoa, pois não se restringe somente às habilidades e competências que podem ser adquiridas na educação formal, mas sim a todo um campo de ação que pode iniciar seus investimentos ainda na fase intrauterina. A família vira alvo de intervenção produtivista, a comunidade e todos os ambientes que rodeiam essa pessoa. Até o controle populacional deve ser observado por estar relacionado com esse desenvolvimento econômico de um país. É uma teoria que consegue isentar qualquer discussão maior sobre o modo econômico de produção de índices de desemprego porque, mesmo para um indivíduo que possua inúmeros certificados e diplomas, a justificativa do desemprego vai se dever a alguma característica dele, como falta de iniciativa ou de sociabilidade, por exemplo.

Assim, a teoria do capital humano, ao isentar a lógica capitalística como responsável pelas desigualdades sociais, coloca o indivíduo como responsável pela sua situação atual, seja ela qual for, pois é sua a reponsabilidade de cuidar do capital que lhe é próprio. Vê-se como a preocupação com os menores de dezoito anos, sobretudo com aqueles que “desviaram” da norma definida para a adolescência, cometendo ou não uma infração penal, diz respeito a uma preocupação com o desenvolvimento de uma economia, de um país, que precisa de seres humanos conformados e obedientes. No tópico seguinte trataremos como a situação de aprovação da PEC 171 tensiona os discursos de verdade e as relações de poder discutidos nesta pesquisa.

### **3.2 PEC 171 hoje: jogos de poder no contexto de aprovação**

Assim como no ano de sua criação, 1993, a PEC 171 foi aprovada em um contexto de crise política e econômica. 2015 foi, segundo discurso presente na mídia, um dos piores anos para a economia brasileira. O PIB estava com uma retração de 3,62% e a inflação passou de 10 % ao ano. Segundo dados do IBGE, houve uma crise generalizada no setor industrial, que acumulou uma queda de 7,8% ano. Nesse contexto, os índices de desemprego aumentaram, sendo que o setor de serviços perdeu 76 mil vagas de trabalho

em 2015. Em consequência a essas quedas, as vendas do comércio varejista recuaram a níveis de 2012<sup>53</sup>.

Fato é que todo o discurso de recessão econômica, diretamente ligada a uma crise em nível mundial, foi associada com a má gestão da presidenta eleita do Brasil, o que endossou os pedidos de impeachment que vinham sendo feitos desde a sua reeleição em 2014.

Juntamente com isso, ainda tem-se a eleição do Congresso mais conservador desde 1964, o que já dava uma ideia das pautas que poderiam ser aprovadas. A eleição em fevereiro do presidente da Câmara acaba reforçando essa possibilidade e ensaiando uma tensão com o governo, pois o presidente da Câmara, ao vencer, afirma que ter sofrido uma tentativa do governo impedir sua vitória, apoiando outro candidato<sup>54</sup>

Nesse ínterim, os protestos contra o governo eleito se espalhavam pelo Brasil, adquirindo, a partir de abril de 2015, um caráter mais homogêneo quanto ao desejo pelo impeachment. Com o rompimento entre as lideranças do Poder Legislativo e Executivo em julho, esse desejo parecia cada vez mais próximo de sua concretização<sup>55</sup>.

Aliança rompida, e após virar alvo das investigações de Operação criminais, a liderança do legislativo se declarou perseguido e, em retaliação ao governo, ameaçou instalar CPIs incômodas, exemplo a do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES) e dos fundos de pensão. Essa oposição ao governo também se organizou quanto a votação das contas de 2014 da presidenta eleita.

Em dezembro do mesmo ano, a liderança do Congresso autorizou a abertura do processo de impeachment, alegando que o ponto central de aceitação foi o fato da presidência ter editado decretos liberando crédito extraordinário em 2015, sem a aprovação do Congresso Nacional. Daí houve a instalação de Comissão Especial para elaborar um parecer sobre o caso, tendo sido votado, foi aprovada a abertura do processo, afastando a presidenta em maio de 2016, e sofrendo impedimento no seguinte mês de agosto<sup>56</sup>.

---

<sup>53</sup> Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/12/economia-em-2015-o-ano-em-que-o-brasil-andou-para-tras.html>>.

<sup>54</sup> Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/02/eduardo-cunha-e-eleito-presidente-da-camara-dos-deputados.html>>.

<sup>55</sup> Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/04/df-e-estados-tem-atos-contra-o-governo-dilma-e-corrupcao.htm>>.

<sup>56</sup> Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/03/manifestantes-protestam-contra-dilma-em-estados-no-df-e-no-externo.html>>.



Apesar de a contextualização da aprovação da PEC trazer um quê de repetição conjetural em relação a 1993, com crise política e econômica, a pesquisa não busca por essas repetições, recorrências, ciclos de processos históricos, mas sim, os campos de tensão da esfera do poder nos quais a questão do adolescente infrator está lançada.

Entre o rompimento com o governo e a autorização da abertura do processo de impeachment, foi votada a PEC 171, de modo bem similar como vinha ocorrendo com as pautas que era do interesse do líder da Câmara dos Deputados: imposta verticalmente, não democrática.

Após a proposta ter sido rejeitada no dia 1º de julho, voltou no dia seguinte novamente à pauta uma nova emenda sobre o tema, que especificava a redução da idade penal para 16 anos nos casos de crime como homicídio doloso, lesão corporal seguida de morte e crimes hediondos. Com esses termos, a PEC foi aprovada em primeiro turno com 323 votos<sup>57</sup>.

Um grupo 102 deputados de 14 partidos entregou ao STF pedido de suspensão da votação da PEC 171, devido à condução polêmica imposta pelo presidente da Câmara, colocando para votação o mesmo projeto com emendas aglutinativas, sem apreciação do texto original. A Corte recusou o pedido, justificando não haver possibilidade de “lesão irreparável do direito dos parlamentares que motivasse o bloqueio da votação”, já que somente em agosto a proposta seria novamente votada<sup>58</sup>. Em 19 de agosto, a PEC 171 foi aprovada em segundo turno pela Câmara dos Deputados com 320 votos, seguindo para apreciação do Senado Federal, onde se encontra até o momento<sup>59</sup>.

Ao mesmo tempo em que o contexto político brasileiro era um contexto de crise, com o processo de impeachment ainda em andamento, era também um momento em que se reforçou no imaginário social, sobretudo daqueles que eram a favor da saída da presidenta eleita, a esperança por mudança, a possibilidade de viver em um país sem corrupção e economicamente mais desenvolvido. As pessoas se sentiram participantes de uma democracia por poderem expressar seu descontentamento com a situação do país, podendo supostamente intervir diretamente no seu percurso.

---

<sup>57</sup> Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/parlatorio/com-nova-manobra-de-cunha-camara-aprova-reducao-da-maioridade-penal-4715.html>>.

<sup>58</sup> Disponível em:< <https://www.cartacapital.com.br/politica/supremo-nega-pedido-para-suspender-votacao-da-maioridade-penal-2087.html>>.

<sup>59</sup> Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/parlatorio/camara-aprova-reducao-da-maioridade-penal-em-2o-turno-5946.html>>.

Além de ser um ano em que investigações criminais de autoridades do Legislativo e Executivo se destacavam nos jornais, ao que as pessoas acompanhavam com entusiasmo cada “vazamento” de áudio na mídia ou fato novo, também foi o ano de lançamento das “Dez Medidas Contra a Corrupção do Ministério Público Federal”. As medidas se propunham a evitar desvio de recursos públicos bem como garantir maior transparência, celeridade e eficiência ao trabalho dos MPs.

O Ministério Público operando as investigações, explicou que a operação criminal que envolvia muitos políticos indignou o país e que incitou nos brasileiros o desejo de um país com menos corrupção e impunidade. “Se você é um brasileiro que não vê saída nessa situação, eu gostaria de dizer que existe uma luz - e aí uma referência à lâmpada<sup>60</sup> nas dez medidas de combate à corrupção - e que cada um de nós, a imprensa, o Ministério Público, os órgãos públicos e a sociedade têm um grande poder e uma grande responsabilidade na implementação dessas mudanças” declarou o procurador do MPF.<sup>61</sup>

Observe aí o contexto propício para aprovar uma proposta que roga pelo combate à suposta impunidade dos menores de 18 anos. Brasileiros “ferozes” com tantos escândalos jurídicos, acreditando que estão no caminho de um país livre da corrupção, mais desenvolvido e com progresso econômico em vista. País “dividido” entre apoiadores e críticos do processo de impeachment, onde o conservadorismo não só invadiu o Congresso, mas as redes sociais, através de discursos de ódio, xenófobos e raciais, atingindo inclusive personalidades artísticas.

A aprovação da PEC 171, nesse momento, se configurou como mais uma dentre tantas outras pautas conservadoras apoiadas pelo Congresso, sobretudo após o afastamento definitivo da presidenta. Revela-se como uma tentativa de legitimar uma prática já comum no trato com adolescentes infratores, a institucionalização. Revela ainda um retorno da moralidade, tal como critério de julgamento nas antigas leis específicas para menores de dezoito anos. A discussão do discernimento volta a ganhar, tomada por valores morais, dos “cidadãos de bem” que desejam viver em um país desenvolvido de primeiro mundo.

A ideia de capital humano enquanto uma relação de poder que perpassa o adolescente infrator, o faz pelas duas vias dos conceitos de discernimento e desenvolvimento estudados nessa pesquisa. O conceito de discernimento configura um

---

<sup>60</sup> No folder da campanha das dez medidas, há o desenho de uma lâmpada.

<sup>61</sup> Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/mpf-lanca-dez-medidas-para-combater-a-corrupcao-e-a-impunidade>>.

campo em que se fala de responsabilidade jurídica penal, quando na verdade se está falando de periculosidade, de controle de virtualidades, de capacidade ou não de ressocialização, de conformação às leis. Esse adolescente disciplinado, normatizado, que deve ser o resultado final do processo que responderá na vara cível, é o adolescente que o capitalismo precisa para submeter às condições de trabalho. A formação desse tipo de capital humano fica por conta de todas as instituições, judiciais e extrajudiciais, que acompanham todo esse processo de reinserção social.

As teorias psicológicas de desenvolvimento, que também utilizam de critérios disciplinares de normatização para separar as idades, colocam toda a existência humana em um *continuum*, com início, meio e fim. O adolescente normal, segundo essas teorias, é aquele que, passando pelas crises típicas de sua idade, consegue atingir seu desenvolvimento completo, o que é possível pelas variadas intervenções educacionais, escolares ou não. O adolescente infrator “se perdeu” nesse processo e não vai conseguir chegar à fase final sem a inserção no sistema educativo. O capital humano surge, pela intervenção estatal, familiar ou individual como uma associação direta entre um desenvolvimento que é pessoal a um desenvolvimento econômico. Um país só será bem sucedido economicamente se tiver pessoas desenvolvidas, aptas a se empenhar na construção dessa nação forte.

Desse modo, a teoria do capital humano consegue utilizar-se dos conceitos de discernimento e desenvolvimento, seja no âmbito jurídico, escolar, familiar ou social, como meio de se configurar como uma relação de poder e produção de discursos de verdade, que justifica a atenção dada ao adolescente infrator na âmbito da criminalidade.

## **Algumas considerações**

A presente pesquisa teve como objetivo incitar a discussão sobre as relações de poder que constituem o adolescente infrator. Utilizou-se as noções de discernimento e desenvolvimento presentes na PEC 171 e o modo como se atualizam com a teoria do capital humano, como meio para provocar essas tensões. Baseados em um método de um método de inspiração genealógica, tentou-se fazer uma pesquisa de análise histórica, remontando aos campos de luta/poder que permitiram o surgimento dessas relações.

Iniciamos a discussão sobre discernimento através do estudo da normalização do judiciário, através do exame médico-legal e como tal exame ampliou a extensão de poder do judiciário. Discutimos ainda as legislações penais e específicas para crianças e adolescentes, tendo em vista compreender o interesse que a infância e juventude ia despertando e como os termos utilizados para justificar esse interesse, perpassavam âmbitos e discursos de verdade nada explícitos nesses textos jurídicos.

Remeter as discussões de discernimento e desenvolvimento a uma teoria inicialmente econômica, do capital humano, nos permitiu “sair do lugar comum” das pesquisas que vem sendo feitos quanto ao adolescente infrator, que por mais que levantem questões sociais, mais associadas a uma ideia de exclusão, não se detém nas possíveis relações que as concepções atuais de criança e juventude tem com a lógica capitalística.

Esse pesquisa não se propôs a esgotar as discussões sobre as relações de poder que constroem a figura do adolescente infrator, muito menos quanto à participação do capital humano nessa construção, que é aqui exposta ainda de forma inicial, enquanto aposta para futuras discussões mais embasadas e elaboradas.

O importante é que se tenha podido contribuir para novas discussões nesse âmbito, por meio de uma metodologia que privilegie os acontecimentos no momento mesmo em que ocorrem, para que possamos fazer análises menos interpretativas e mais históricas.

## Referências

- ABERASTURY, A. & cols. Adolescência. Tradução de R. Cabral. 6ª edição. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- ABERASTURY, A.; KNOBEL, M. Adolescência normal: Um enfoque psicanalítico. Tradução de S. M. G. Ballve. 8ª edição. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- ALEIXO, K. C. Ato infracional: ambivalências e contradições no seu controle. Curitiba: Juruá, 2012.
- ARANTES, E. M de M. Fala Pelo Conselho Federal de Psicologia em Audiência Pública, em 01/07/2008, sobre o Substitutivo ao Projeto de Lei nº 4.126 de 2004. Disponível em <<http://www.aasptjsp.org.br/sites/default/files/arquivos-387-1274205330.pdf>>.
- ARANTES, E. M de M. Direitos da criança e do adolescente: um debate necessário. Psicologia Clínica, Rio de Janeiro, vol. 24, n.1, p. 45 – 56, 2012.
- BARATTA, A. Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal: introdução à sociologia do direito penal. Tradução de Juarez Cirino dos Santos. 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2002.
- BARRETO, T. Menores e loucos em direito criminal. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.
- BECKER, G. S. Human Capital: A Theoretical and Empirical Analysis, with Special Reference to Education. Third edition. The University of Chicago Press Ltd., 1993. Printed in United States of America.
- BECKER, H. Conferência A escola de Chicago. Mana, Rio de Janeiro, v.2, n. 2, p. 177-188, 1996.
- BEIJING, Resolução 40/33, de 29 de novembro de 1985. Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça de Menores adotadas pela Assembleia Geral das Nações Unidas. Disponível em: < <http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/pdf/SinaseRegrasdeBeijing.pdf/view>>.
- BERGER, K. S. O desenvolvimento da pessoa: Da infância à terceira idade. Tradução de D. C. Alencar. Rio de Janeiro: Livro técnicos e científicos Editora S.A, 2003.
- BRASIL, Lei de 16 de dezembro de 1830. Manda executar o Código Criminal. Disponível em: < [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm)>.
- BRASIL, Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890. Promulga o Código Penal. Disponível em: < <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>>.

BRASIL, Decreto nº 17.943-a de 12 de outubro de 1927. Consolida as leis de assistência e proteção a menores. Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1910-1929/d17943aimpressao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d17943aimpressao.htm) >

BRASIL, Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. Disponível em:< <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102343>>.

BRASIL, Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979. Institui o Código de Menores. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/1970-1979/L6697impressao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1970-1979/L6697impressao.htm)>

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de Julho de 1990 – Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, DF, 1990.

BRASIL, Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional. Disponível em:< [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm)>.

BRASIL, 1993. Proposta de Emenda à Constituição nº 171. Altera a redação do artigo 228 da Constituição Federal (imputabilidade penal do maior de dezesseis anos). Disponível em:< [http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=94B0B8DBBC4845983D9F020DC1705D1B.proposicoesWebExterno2?codteor=1014859&filename=Dossie+-PEC+171/1993](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=94B0B8DBBC4845983D9F020DC1705D1B.proposicoesWebExterno2?codteor=1014859&filename=Dossie+-PEC+171/1993)>.

CAMPOS, D. M. de S. Psicologia da adolescência: normalidade e psicopatologia. 6ª edição. Petrópolis: Vozes, 1981.

CASTRO, L. R. de. Da invisibilidade à ação: crianças e jovens na construção da cultura. In: \_\_\_\_\_(org) Crianças e jovens na construção da cultura. Rio de Janeiro: NAU editora: FAPERJ, 2001. pp. 19-46.

CHIAVENATO, I. Recursos humanos: o capital humano nas organizações. 8ª edição. São Paulo: Atlas, 2006.

COIMBRA, C. M. B., BOCCO, F. & NASCIMENTO, M. L. Subvertendo o conceito de adolescência. Arquivos Brasileiros de Psicologia, 57(1), 2-11, 2005.

ERIKSON, E. H. Identidade, Juventude e Crise. Tradução de Álvaro Cabral. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.

FOUCAULT, M. Microfísica do Poder. 8ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

\_\_\_\_\_. O Sujeito e o Poder. In: DREYFUS. H. L.; RABINOW, P. Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Tradução de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense universitária, 1995. p. 231-249.

\_\_\_\_\_. A verdade e as formas jurídicas. 3ª edição. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002.

\_\_\_\_\_. Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975 – 1976). Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

\_\_\_\_\_. Segurança, Território e População: Curso dado no Collège de France (1977-1978). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

\_\_\_\_\_. O Uso dos Prazeres e as Técnicas de Si – 1983. In: MOTTA, M. B. de (org). Ditos e Escritos V. Michel Foucault: Ética, Sexualidade, Política. 2ª edição. Tradução de Elisa Monteiro, Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

\_\_\_\_\_. Os Anormais: curso no Collège de France (1974-1975). Tradução de Eduardo Brandão. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2014a.

\_\_\_\_\_. Vigiar e Punir: Nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhete. 42ª edição. Petrópolis: Vozes, 2014b.

FRIGOTTO, G. A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. 9ª edição. São Paulo: Cortez, 2010.

GOHN, M. da G. 500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e Terceiro Setor. Revista Mediações. Londrina, v. 5, n. 1, p. 11-40, jan/jun, 2000.

GUARESCHI, N. M. de F.; HILLESHEIM, B. De que infância nos fala a psicologia do desenvolvimento? Algumas reflexões. Psicologia da Educação, São Paulo, 25, p. 75-92, 2º semestre de 2007.

KNOBEL, M. Adolescência e conceito psicanalítico de processo evolutivo. In: KNOBEL, M. ; PERESTRELLO, M. ; UCHÔA, D. M. Adolescência e a família atual: Visão Psicanalítica (pp. 7- 25). Rio de Janeiro: Livraria Atheneu, 1981.

MADEIRA, L. M. O retorno da cidade como objeto de estudo da sociologia do crime. Sociologias, Porto Alegre, ano 5º, n. 9, p. 370-373, jan./jun. 2003.

ONU, 14 de dezembro de 1959. Declaração dos Direitos da Criança adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas. Disponível em:< [http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/c\\_a/lex41.htm](http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/c_a/lex41.htm)>.

ONU, 20 de novembro de 1989. A Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas. Disponível em:< [http://www.unicef.org/brazil/pt/resources\\_10120.htm](http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10120.htm)>.

ONU, 14 de dezembro de 1990. Regras das Nações Unidas para a Proteção dos Menores Privados de Liberdade Adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas. Disponível em: < [http://www.rolim.com.br/2002/\\_pdfs/066.pdf](http://www.rolim.com.br/2002/_pdfs/066.pdf)>.

OTTAVI, D. De Darwin a Piaget: Para uma história da psicologia da criança. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

PAPALIA, D. E.; OLDS, S. W. O mundo da criança: da infância à adolescência. Tradução de A. B. Simões. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, Ltda, 1981.

PERROT, M. Os excluídos da história: Operários, mulheres e prisioneiros. Tradução de Denise Bottmann. 3ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

PINHEIRO, A. de A. A. A criança e o adolescente como sujeitos de direitos: emergência e consolidação de uma representação social no Brasil. In: CASTRO, L. R. de. (org) Crianças e jovens na construção da cultura. Rio de Janeiro: NAU editora: FAPERJ, 2001. pp. 47-68.

RAUTER, C. Criminologia e subjetividade no Brasil. Instituto Carioca de Criminologia. Coleção Pensamento Criminológico. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2003.

RENAUT, A. A libertação das crianças. A era da criança cidadão: Contribuição filosófica para uma história da infância. Trad. De Ana Rabaça. Lisboa: Instituto Piaget, 2002.

RIAD, Resolução 45/112, de 14 de Dezembro de 1990. Princípios Orientadores das Nações Unidas para a Prevenção da Delinquência Juvenil, adotados e proclamados pela Assembleia Geral das Nações Unidas.

Disponível em: < <http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e-dolescentes/pdf/SinasePrincipiosdeRiade.pdf>>.

SANTOS, M. A. C. dos. Criança e criminalidade no início do século. In: DEL PRIORE, M. (org). História das crianças no Brasil. 2ª edição. São Paulo: Editora Contexto, 2000. p. 210-229.

SCHULTZ, T. W. O capital humano: investimentos em educação e pesquisa. Tradução de Marco Aurélio de Moura Matos. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

SHAFFER, D. R. Psicologia do desenvolvimento: Infância e adolescência. Tradução de C. R. P. São Paulo: Thomson Learning, 2005.

SOUZA, T. de J. O Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua e a conquista dos direitos: O marco do Movimento Social em prol da garantia dos direitos da criança e do adolescente no Brasil. III Simpósio mineiro de assistentes sociais. Belo Horizonte, 2013.



STONE, L. J.; CHURCH, J. Infância e adolescência: Uma psicologia da pessoa em crescimento. 15ª edição. Belo Horizonte : Editora do Professor, 1969.

VERSIANI, M. H. Uma República Constituinte (1985-1988). Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 30, n 60, p. 233-252, 2010.

### **Fontes consultadas na internet**

NUNES, K. O Brasil e o Mundo em 1993: CPI revela anões do Orçamento, duas chacinas envergonham os cariocas, Romário classifica o Brasil para a Copa e Palmeiras volta a ganhar títulos. 2013. Disponível em:

<<http://contandohistoria1977.blogspot.com.br/2013/08/o-brasil-e-o-mundo-em-1993-cpi-revela.html>>. Acesso em: 1 jun. 2017.

COMO foi o processo de impeachment de Collor? 2016. Disponível em:

<<http://guiadoestudante.abril.com.br/estudo/como-foi-o-processo-de-impeachment-de-collor/>>. Acesso em: 1 jun. 2017.

IMPEACHMENT de Collor. Disponível em:

<<http://acervo.estadao.com.br/noticias/topicos,impeachment-de-collor,887,0.htm>>. Acesso em 1 jun. 2017.

SILVEIRA, M. Itamar começou a montar governo um mês antes do impeachment de Collor. 2016. Disponível em: < <http://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/itamar-comecou-montar-governo-um-mes-antes-do-impeachment-de-collor-19180527#ixzz4igjr0LiJ>>. Acesso em: 1 jun. 2017.

CRUZEIRO real – o mais breve padrão monetário. Disponível em:

<[http://www.moedasdobrasil.com.br/moedas/cruz\\_reais.asp](http://www.moedasdobrasil.com.br/moedas/cruz_reais.asp)>. Acesso em: 1 jun. 2017.

EM 1993, os brasileiros viveram o auge da hiperinflação, que alcançou 2.500%. 2014. Disponível em:< <http://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/em-1993-os-brasileiros-viveram-auge-da-hiperinflacao-que-alcancou-2500-11263960>>. Acesso em: 1 jun. 2017.

NO plebiscito de 1993, Brasil disse não à monarquia e sim ao presidencialismo. 2013.

Disponível em: < <http://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/no-plebiscito-de-1993-brasil-disse-nao-monarquia-sim-ao-presidencialismo-9840238>>. Acesso em: 1 jun. 2017.

PLEBISCITO sobre forma e sistema de governo completa 20 anos. 2013. Disponível em: < <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2013/Abril/plebiscito-sobre-forma-e-sistema-de-governo-completa-20-anos>>. Acesso em: 1 jun. 2017.

REVISÃO da Carta muda pouca coisa. Disponível em:

<<http://www.memorialdademocracia.com.br/card/revisao-da-carta-traz-pouca-mudanca>>. Acesso em: 1 jun. 2017.

CPI investiga anões do Orçamento. Disponível em:

<<http://www.memorialdademocracia.com.br/card/cpi-investiga-anoes-do-orcamento>>. Acesso em: 1 jun. 2017.

CHACINA na Candelária. Disponível em:

<<http://memoriaglobo.globo.com/programas/jornalismo/coberturas/chacina-na-candelaria/jornal-nacional-sobre-a-chacina.htm>>. Acesso em: 1 jun. 2017.

A CRUELDADE da chacina da Candelária. Disponível em:

<<http://www.memorialdademocracia.com.br/card/a-crueldade-da-chacina-da-candelaria>>. Acesso em: 1 jun. 2017.

MADRUGADA de horror em Vigário Geral. Disponível em:

<<http://www.memorialdademocracia.com.br/card/madrugada-de-horror-em-vigario-geral>>. Acesso em: 1 jun. 2017.

PEREIRA, F. Como um time de futebol de cadeia virou o PCC, a maior facção do Brasil. São Paulo: 2017. Disponível em: < <https://esporte.uol.com.br/futebol/ultimas-noticias/2017/01/24/como-um-time-de-futebol-virou-o-pcc-a-maior-faccaocriminosa-do-brasil.htm>>. Acesso em: 1 jun. 2017.

ALVARENGA, D. Economia em 2015: O ano em que o Brasil andou pra trás. São Paulo: 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/12/economia-em-2015-o-ano-em-que-o-brasil-andou-para-tras.html>>. Acesso em: 1 jun. 2015.

MATOSO, F.; PASSARINHO, N. Eduardo Cunha é eleito presidente da Câmara em primeiro turno. 2015. Disponível em:

<<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/02/eduardo-cunha-e-eleito-presidente-da-camara-dos-deputados.html>>. Acesso em: 1 jun. 2017.

ATOS anti-Dilma reúnem 701 mil em 24 estados e no DF, segundo a polícia. São

Paulo: 2015. Disponível em: < <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/04/df-e-estados-tem-atos-contra-o-governo-dilma-e-corrupcao.html>>. Acesso em: 1 jun. 2017.

MANIFESTANTES protestam contra Dilma em todos os estados, DF e exterior. São Paulo: 2015. Disponível em:

<<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/03/manifestantes-protestam-contradilma-em-estados-no-df-e-no-exterio.html>>. Acesso em: 1 jun. 2017.

COM nova manobra de Cunha, Câmara aprova redução da maioria penal. 2015.

Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/parlatorio/com-nova-manobra-de-cunha-camara-aprova-reducao-da-maioridade-penal-4715.html>>. Acesso em: 1 jun. 2017.

SUPREMO nega pedido para suspender votação da maioria penal. 2015. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/supremo-nega-pedido-para-suspender-votacao-da-maioridade-penal-2087.html>>. Acesso em: 1 jun. 2017.

CÂMARA aprova redução da maioria penal e segundo turno. 2015. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/parlatorio/camara-aprova-reducao-da-maioridade-penal-em-2o-turno-5946.html>>. Acesso em: 1 jun. 2017.

MPF lança medidas para combater a corrupção e a impunidade. 2015. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/mpf-lanca-dez-medidas-para-combater-a-corrupcao-e-a-impunidade>>. Acesso em: 1 jun. 2017.